

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

***Centro de Filosofia e Ciências Humanas***

***Programa de Pós-Graduação***

***Dissertação de Mestrado em Geografia***

***O LUGAR DO PÚBLICO***  
***NO CAMPECHE***

***POR***

***ANA MARIA GADELHA ALBANO AMORA***

***Florianópolis, maio de 1996***

---

---

***O LUGAR DO PÚBLICO NO CAMPECHE***

***Ana Maria Gadelha Albano Amora***

***Florianópolis, maio de 1996***

---

---

***À Lua Amora Silva, minha filha, que por amor me fez mudar para Florianópolis.***

***Aos moradores do Campeche, nativos e novos, resguardadas suas singularidades, sem diferenças essenciais, na construção do seu lugar no espaço urbano do Campeche.***

---

---

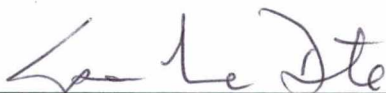
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação  
Dissertação de Mestrado em Geografia

## ***O LUGAR DO PÚBLICO NO CAMPECHE***

***Ana Maria Gadelha Albano Amora***

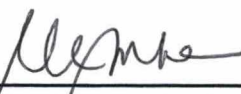
***Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.***

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 24 / 05 ..... / 1996



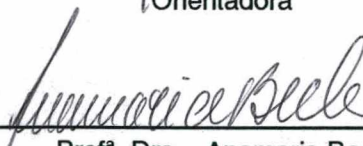
---

Profª Drª Gerusa Maria Duarte  
Coordenadora do Curso de Pós Graduação em Geografia



---

Profª Dra. Margareth Afeche Pimenta  
Orientadora



---

Profª. Dra. Anamaria Beck  
Membro da Banca



---

Profª. MSC Dolores Buss  
Membro da Banca

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

---

Aos “antigos” da comunidade nativa do Campeche que contaram a sua história: O saudoso Seu Deca, o Seu Cândido, e o Seu Domingos que não estão mais conosco. O Seu Ermínio, Seu João Noca, Seu Valério, Dna. Maria, Dna. Tita, Seu Chico, Dna. Geralda.

Aos seus descendentes: Os filhos do Deca e seus instrumentos de pesca e musicais, Elenir, Aparício, Tonho, Getúlio, Tito. Os seus netos e netas. O seu Waldir, antigo patrão da rede do seu Deca, com os almoços, no seu restaurante, regados com histórias do passado. O pessoal da Amocan (gestões do Jacó e do Edgar) Jacó, Edgar, Lázaro, Wandeca, Nizete, Jupira, e todo o pessoal da pastoral da Igreja do Campeche pelo belo encontro na romaria em defesa das dunas.

Ao Seu Serepião e Seu Jonatas pelas informações valiosas acerca do Campo da Aviação.

Ao pessoal da ONG Viveiro Pau Campeche, pela parceria na luta pela preservação da lagoa da Chica.

Ao pessoal do Orçamento Participativo, das Associações do Sul da Ilha: Janice, Marta, Maria, Patrícia, Cida, Marcos Ganzo, Seu Walmor, Seu Chico, Seu José.

À Fátima do Rio Tavares pelas informações.

À Lúcia Pereira pela valiosa contribuição.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Geografia. À professora Gerusa Maria Duarte coordenadora do curso de Mestrado em Geografia. Ao professor Luiz Fugazzola Pimenta, vice-coordenador. Ao professor Luiz Fernando Scheibe, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. À professora Dolores Buss, pelo carinho e incentivo que me foi dado para participar

---

---

da seleção do mestrado, e pela valiosa contribuição na análise da paisagem do Campeche.

À professora Margareth Afeche Pimenta, em especial, pela competência profissional na orientação deste trabalho, como também pela paciência e amizade na abertura da sua biblioteca pessoal, corrigindo erros e incentivando os acertos dos rumos da pesquisa.

Aos colegas do mestrado, nas discussões e no apoio nos momentos difíceis. À Graça, colega e amiga, pelo companheirismo.

À Professora Anamaria Beck, que abriu para mim uma porta nova de conhecimento, pelos agradáveis momentos de discussão na disciplina Antropologia da Pesca, pela sua paciência, apoio, e também pelo acesso a sua biblioteca.

À CAPES e à Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao CECA, pela seção de informações sobre o Campeche.

Ao Catito pelo acesso aos dados sobre o Campeche.

À Ariane e ao Adriano pela solidariedade acadêmica na elaboração dos mapas e ilustrações.

À Zélia pelo apoio na editoração.

Aos amigos e amigas que fui fazendo nesses oito anos na cidade de Florianópolis. Em especial aos do Campeche, por terem acolhido amorosamente esta cearense/carioca.

À minha família, minha mãe, irmãs e cunhado, pelo apoio afetivo e financeiro. A Marli Hahn, pelo apoio doméstico. Ao Marcos pelo carinho, e orientação.

---

---

---

# SUMÁRIO

---

RESUMO .....	9
ABSTRACT .....	10
INTRODUÇÃO .....	1

## CAPÍTULO 1

1. LOCALIZANDO O PROBLEMA, MÉTODOS E TÉCNICAS .....	14
1.1. ÁREA DE ESTUDO E DESCRIÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL .....	15
1.1.1. A Transformação da Paisagem .....	22
1.2. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA .....	31
1.3. MÉTODOS E TÉCNICAS: .....	35
1.3.1. Pesquisa Qualitativa/ Método Etnográfico .....	36
1.3.2. A Memória na Reconstrução da História Local .....	39
1.3.3. A Ação na Pesquisa .....	42
1.3.4. Técnicas Utilizadas .....	43

## CAPÍTULO 2

2. URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA PRAIA DO CAMPECHE .....	48
2.1. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPECHE ARTICULADO AO CRESCIMENTO DE FLORIANÓPOLIS .....	48
2.2. CONSEQUÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA SOCIAL .....	53
2.3. MUDANÇA NOS VALORES SOCIAIS, TRABALHO E RELAÇÃO COM O SOLO .....	61
2.4. DE VALOR DE USO A VALOR DE TROCA, A TERRA TRANSFORMADA EM TERRENO .....	71
2.5. O CAMPECHE DE HOJE .....	77

## CAPÍTULO 3

3. O PÚBLICO E O PRIVADO NO CAMPECHE .....	86
3.1. O USO PÚBLICO E O USO PRIVADO NO CAMPECHE .....	86
3.2. A QUESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS .....	94
3.3. O PLANEJAMENTO E A CONSTRUÇÃO DO LUGAR .....	98
3.4. OS PLANOS PARA O CAMPECHE .....	100
3.4.1. Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (1969/1972) e Plano Diretor (1976) .....	101
3.4.2. Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina (1985) .....	105
3.4.3. Plano de Desenvolvimento - Campeche .....	112
3.4.3.1. O polo tecnológico .....	112
3.4.3.2. O modelo .....	114
3.4.3.3. Historiando o plano, a reação da população envolvida .....	120

---

---

## CAPÍTULO 4

4. APROPRIAÇÃO E LUTA PELA PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CAMPECHE - A LAGOA DA CHICA E O CAMPO DA AVIAÇÃO.....	133
4.1. A LAGOA DA CHICA.....	133
4.1.1. As Causas da Ocupação.....	134
4.1.2. Posse e Propriedade.....	135
4.1.3. Ocupação Versus Defesa.....	137
4.1.4. A “Legalização” do Processo de Apropriação.....	139
4.1.5. As Consequências da Ocupação.....	140
4.1.6. E a Luta, Continua?.....	142
4.2. O CAMPO DA AVIAÇÃO.....	150
4.2.1. A História do Campo.....	150
4.2.2. Processo de Apropriação.....	154
4.2.3. Quanto a Utilização do Imóvel.....	159
4.2.4. O Movimento dos Moradores.....	162
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	174
LISTA DE MAPAS.....	175
LISTA DE TABELAS.....	176
ANEXO 1.....	177
ANEXO 2.....	179
ANEXO 3.....	180
ANEXO 4.....	181
ANEXO 5.....	182
ANEXO 6.....	183
ANEXO 7.....	184
ANEXO 8.....	186
ANEXO 9.....	189

---



---

---

## RESUMO

---

Esta Dissertação de Mestrado trata do processo de urbanização da praia do Campeche (Florianópolis-SC), e as conseqüências desse processo sobre os espaços públicos historicamente definidos. Tal processo vem ocasionando a mudança dos antigos gêneros de vida de uma comunidade de pescadores-lavradores, com sua inserção na sociedade urbana, e a conseqüente substituição do valor de uso da terra pelo seu valor de troca. Nesse processo, os limites entre os espaços públicos e os espaços privados são cada vez mais estabelecidos em função de interesses privados. O modo de vida urbano deixa de garantir a qualidade original de áreas historicamente definidas como públicas, fundamentais para o estabelecimento da vida urbana. Algumas áreas, apesar de serem alvo constante de especulações, continuam parcialmente preservadas através dos novos usos que as requalificam como públicas, constituindo-se como importantes espaços para a construção de um *ethos* do Campeche.

Assim, o trabalho está constituído em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão: no primeiro capítulo foi realizada, inicialmente, uma análise do processo de transformação da paisagem do Campeche, indicando as conseqüências do processo de urbanização sobre a base física. Depois, descreveu-se o método e as técnicas de pesquisa utilizadas. No segundo capítulo, analisou-se o processo de transformação do espaço social do Campeche e suas conseqüências sobre a relação da população com a terra. No terceiro capítulo, buscou-se entender o significado dos espaços públicos na construção do espaço urbano, e estabeleceu-se uma crítica ao planejamento urbano para o Campeche o qual tem sistematicamente ignorado o significado dos espaços públicos historicamente definidos, e elaborado os planos urbanísticos a partir de modelos desvinculados da realidade. No quarto capítulo, realizou-se a análise de duas áreas que têm sido resignificadas como espaços públicos no processo de construção do urbano no Campeche. Analisou-se também a apropriação dessas áreas e a luta da população pela preservação das mesmas, assim como pela a assimilação das duas áreas pelo planejamento da cidade enquanto espaços públicos. Finalmente, a conclusão tentou articular os diversos capítulos no sentido de se propor uma estratégia de ação comunitária para garantir o uso público das áreas descritas no capítulo 4.

---

---

## **ABSTRACT**

---

This thesis, for master degree in Geography, deals with the Campeche beach's urbanization process (Florianópolis, Santa Catarina, Brazil), and the results of this process for the public spaces which were being historically defined. This process also had consequences for the way of living of the original inhabitants, who used to gain their living from agriculture and fishing. Nowadays, they are inserted into urban society, which has consequences for the land's value. In the construction of Campeche's urban space private interests have gained space over public interest. So, the historically defined public spaces, which are fundamental for urban living, are being threatened by private interests. However, some of these public spaces are being preserved by the people through their new uses and meanings. These spaces are certainly very important to the construction of a Campeche's ethos.

The thesis has four chapters: In the first chapter, there is some introductory analysis about the landscape's transformation resulting from the changes in the way of living and land use from rural to urban land use. Also, this chapter deals with the research method, and techniques. In the second chapter, there is an analysis of the changes in the social space and their consequences over people's land relationship, from use value to exchange value. In the third chapter, we searched for the meaning of the public space for the urban living, and established a critical approach to Campeche's urban planning, which was inspired by models, without caring about the historically defined public spaces. The fourth chapter is dedicated to analyses of two of these public spaces, their private appropriation and the people's fight to preserve these spaces for public use. Finally, in the conclusion, we tried to connect these themes to define a strategy to guarantee these places' public use.

---

---

## **INTRODUÇÃO**

---

A intenção desta dissertação de mestrado foi a investigação do processo de urbanização na Praia do Campeche e as suas conseqüências sobre áreas, que foram historicamente definidas pelo uso público, e que vêm sendo alvo de apropriação privada. Teve como objetivos, buscar entender como este processo de urbanização vem modificando a estrutura social, e tem, conseqüentemente, transformando o uso do solo, principalmente no que diz respeito a estes espaços públicos. Tratou ainda de estabelecer considerações sobre como proceder no planejamento destas áreas dentro de uma perspectiva de abordagem democrática de intervenção e gestão da cidade.

A importância da problemática estudada cumpre uma justificativa social já que se torna necessário pensar no destino do bairro do Campeche, visto que existe uma proposta de mudança da legislação vigente, através do **Plano de Desenvolvimento - Campeche**. Tal plano propõe a expansão da cidade para a planície do Campeche, com a expectativa de uma população de cerca de 500 mil habitantes dentro de um horizonte de 20 anos. Neste sentido, pode-se contribuir a partir da análise do processo de urbanização em curso, e não, a partir de modelos preestabelecidos, para a elaboração, por parte dos setores interessados, no planejamento do espaço urbano que ora se constrói no Campeche.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos da seguinte forma:

No primeiro capítulo, realizou-se uma análise introdutória da transformação da paisagem ao longo do processo de mudança do modo de vida, de rural a urbano, os respectivos usos da terra e suas conseqüências sobre o ambiente. Ainda neste capítulo, descreveu-se o método adotado na pesquisa, como também, as técnicas utilizadas.

---

No segundo capítulo, procedeu-se a uma análise do processo de transformação social do Campeche, e suas conseqüências sobre a relação da população com a terra. No modo de vida urbano, a terra deixa de ter valor de uso, passando a adquirir valor de troca.

No terceiro capítulo, considerou-se que o processo de urbanização do Campeche se deu a partir da construção dos espaços privados. Entretanto, alguns espaços foram preservados da privatização pelos novos usos e significados que lhes foram conferidos pela população. Pesquisou-se, ainda, a importância dos espaços públicos para a vida urbana, e o seu significado para o planejamento das cidades. Estabeleceu-se também uma abordagem crítica dos planos realizados para a área do Campeche, que estão distanciados da construção social do espaço e foram desenhados a partir de modelos preestabelecidos, onde a realidade é vista a partir de modelos de análise.

No quarto capítulo, realizou-se um estudo de duas das áreas públicas historicamente definidas. Tais lugares são importantes para configuração do espaço urbano, a partir dos espaços públicos, como também, para a construção de um *ethos* no Campeche. Neste estudo, buscou-se entender o processo de apropriação dessas áreas e a luta pela sua preservação. Os espaços escolhidos, a Lagoa da Chica e o Campo da Aviação, são exemplos de formas diferenciadas de apropriação e de preservação, o que enriqueceu a abordagem aqui desenvolvida.

Finalmente, na conclusão, procurou-se sintetizar uma estratégia de planejamento democrático, que possa vir a dar condições à população de argumentar com as instituições públicas no sentido de garantir o uso público desses espaços sem a perda da identidade histórica, que os gerou.



---

***CAPÍTULO 1***

***LOCALIZANDO OS PROBLEMAS,  
MÉTODOS E TÉCNICAS***

---

---

## ***1. LOCALIZANDO O PROBLEMA, MÉTODOS E TÉCNICAS***

---

Reconhecer o lugar, afiar os instrumentos para a análise, compondo a descrição de um caminho, que se teve que percorrer e que se convida o leitor desta dissertação para também fazê-lo. A tarefa que se empreendeu para a montagem deste percurso pareceu a principio semelhante à montagem de um quebra cabeça de peças dispersas. O que se encontrou foram dados secundários setoriais, que não expressavam a complexidade e a riqueza da realidade que se propunha analisar. Entende-se que a leitura da realidade não pode ser feita através da descrição de seus diversos aspectos, para depois superpô-los, tentando recompor a sua lógica pela sua interface, o que ocasiona um resultado fragmentado em nada próximo do real.

A realidade é multidimensional e dinâmica em constante transformação espaço-temporal, não podendo ser reduzida a uma única dimensão, a um único aspecto. O que hoje se descreve do presente será logo passado; o presente, desta forma, deve ser visto como história. Segundo SANTOS (1982:10): ***“...devemos ver o passado como algo que encerra as raízes do presente, sob pena de nos perdermos num presente abstrato, irreal e impotente”***. O espaço urbano é uma totalidade cuja compreensão só é possível através do entendimento da sua dinâmica. O resgate de seu processo de transformação torna-se fundamental para o delineamento de uma conduta de ação comprometida e pautada na própria realidade, e não, em modelos preestabelecidos.

Nesse sentido, os fragmentos foram compostos e o caminho alinhavado, utilizando-se para tal o instrumental de diversas disciplinas<sup>1</sup>, para que, de forma integra-

---

<sup>1</sup>.O estudo do espaço urbano implica na participação integrada de diversas disciplinas. A própria geografia é ao mesmo tempo uma ciência humana e física, o que lhe vem dar uma abertura para se trabalhar de forma integrada e dialética essas duas faces do espaço. A base física está não só em constante transformação, independente da ação dos homens, como também sofre a ação dos grupos sociais e suas atividades. Neste sentido buscou-se o apoio de outras disciplinas como a antropologia, a sociologia, e a economia, para compor a base conceitual do trabalho.

---

da, fosse possível entender a dinâmica espaço-temporal da transformação da realidade estudada.

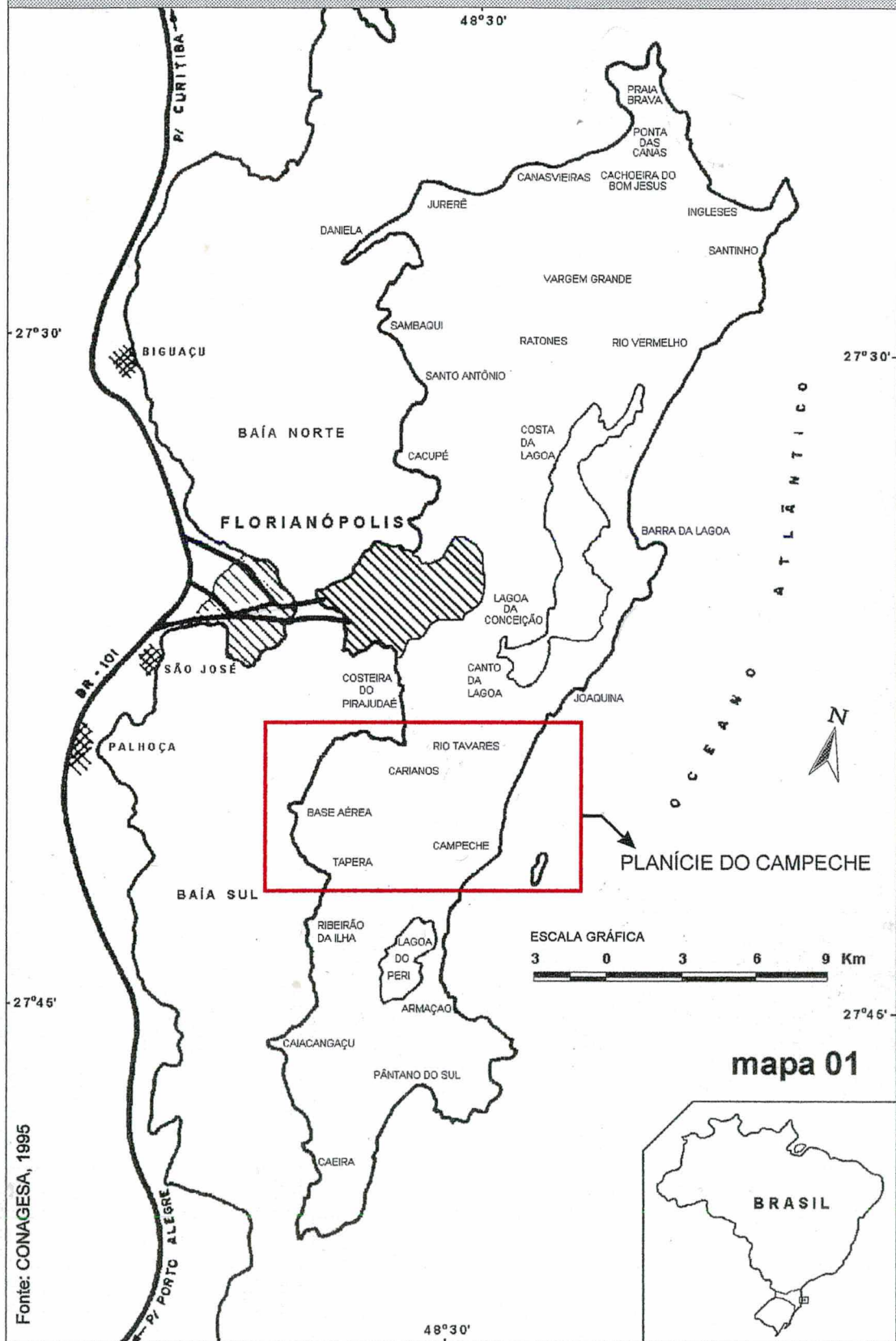
### ***1.1. ÁREA DE ESTUDO E DESCRIÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL***

A área onde se realizou a pesquisa, o Campeche, praia do Campeche, ou Bairro do Campeche, está localizado relativamente próximo do centro da cidade de Florianópolis (cerca de 20 km), capital do estado de Santa Catarina. A cidade, por sua vez, está localizada parte em área continental e parte em área insular na chamada Ilha de Santa Catarina (**mapa 01**). A cidade de Florianópolis conta com uma área central bastante adensada (em território continental e insular) e, na Ilha, com uma série de povoados, que viviam no passado de uma agricultura e pesca de subsistência, relativamente isolados do centro. Hoje, a expansão da área central é um fato com a extensão da malha urbana em direção a vários destes povoados, inclusive em direção a e sobre a área de estudo.

O bairro do Campeche está localizado numa planície litorânea, cuja geografia física é típica das regiões litorâneas e costeiras do Brasil. Tais regiões foram incluídas no levantamento realizado em 1988 pela Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte entre os catorze grandes temas críticos ambientais, já que a faixa litorânea é alvo constante da especulação imobiliária (PACHECO et alli, 1993:253). Para entender como se comportam essas regiões costeiras, onde o bairro do Campeche se inclui, optou-se, primeiramente, pela caracterização da referida planície como um todo, no contexto geográfico da Ilha de Santa Catarina. Em seguida, procurou-se descrever mais especificamente a área de estudo.

A Ilha de Santa Catarina é constituída por duas unidades geológicas: uma de formação cristalina e outra sedimentar. Os terrenos de formação cristalina, originados no período pré-cambriano, apresentam-se sob a forma de morros, os quais são remanescentes de antigas ilhas. Estas encontram-se atualmente interligadas pelo processo de sedimentação. Já a formação sedimentar é mais recente, tendo sua origem no período quaternário.

# LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO DENTRO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS





---

Dessa forma, a geografia da planície Campeche caracteriza-se por uma planície sedimentar de origem fundamentalmente marinha (**mapa 02**). A planície encontra-se localizada entre os dois maciços principais da Ilha, cujos pontos culminantes são: ao sul, o Morro do Ribeirão com 540m de altitude, ao norte, o Morro da Costa da Lagoa com 490m. No limite oeste da planície, encontra-se a Baía Sul e a reserva extrativista da Costeira de Pirajubaê, um dos mais extensos manguezais da Ilha<sup>2</sup>. Do lado leste, está o oceano Atlântico, em cuja borda insular são encontradas dunas e restingas.

Segundo Campos, essas formações “...são responsáveis pela união dos vários espigões cristalinos...”, o que no passado deu origem à Ilha de Santa Catarina. Os solos resultantes do processo de sedimentação, formados por depósitos recentes, foram classificados como “*areias quartizosas diastróficas*”, ou, vulgarmente falando, solos araranguá (**mapa 03**). Este tipo de solo tem alto teor de areia, são quimicamente ácidos, e pobres em nutrientes. Apesar de serem alvo de sérias restrições para a agricultura, não são considerados de todo improdutivo, pois, no passado, foram utilizados para o cultivo da mandioca, cana-de-açúcar, e outros produtos agrícolas (CAMPOS, 1991:109).

A cobertura vegetal destas áreas planas de solo araranguá é do tipo edáfica<sup>3</sup>, o que, segundo o autor, evidencia as condições dominantes do solo sobre qualquer outra influência ambiental. Tal cobertura subdivide-se, em: mangues, vegetação de praia, dunas, restingas e floresta de planície<sup>4</sup> (op.cit.) (**mapa 04**), constituindo ecossistemas, que mereceriam particular atenção quanto ao seu uso e ocupação.

A partir dessa caracterização dos componentes físicos da planície, onde está localizado o bairro do Campeche, conforme o mapeamento apresentado, pode-se identificar que o referido bairro apresenta, na sua quase totalidade, os solos do

---

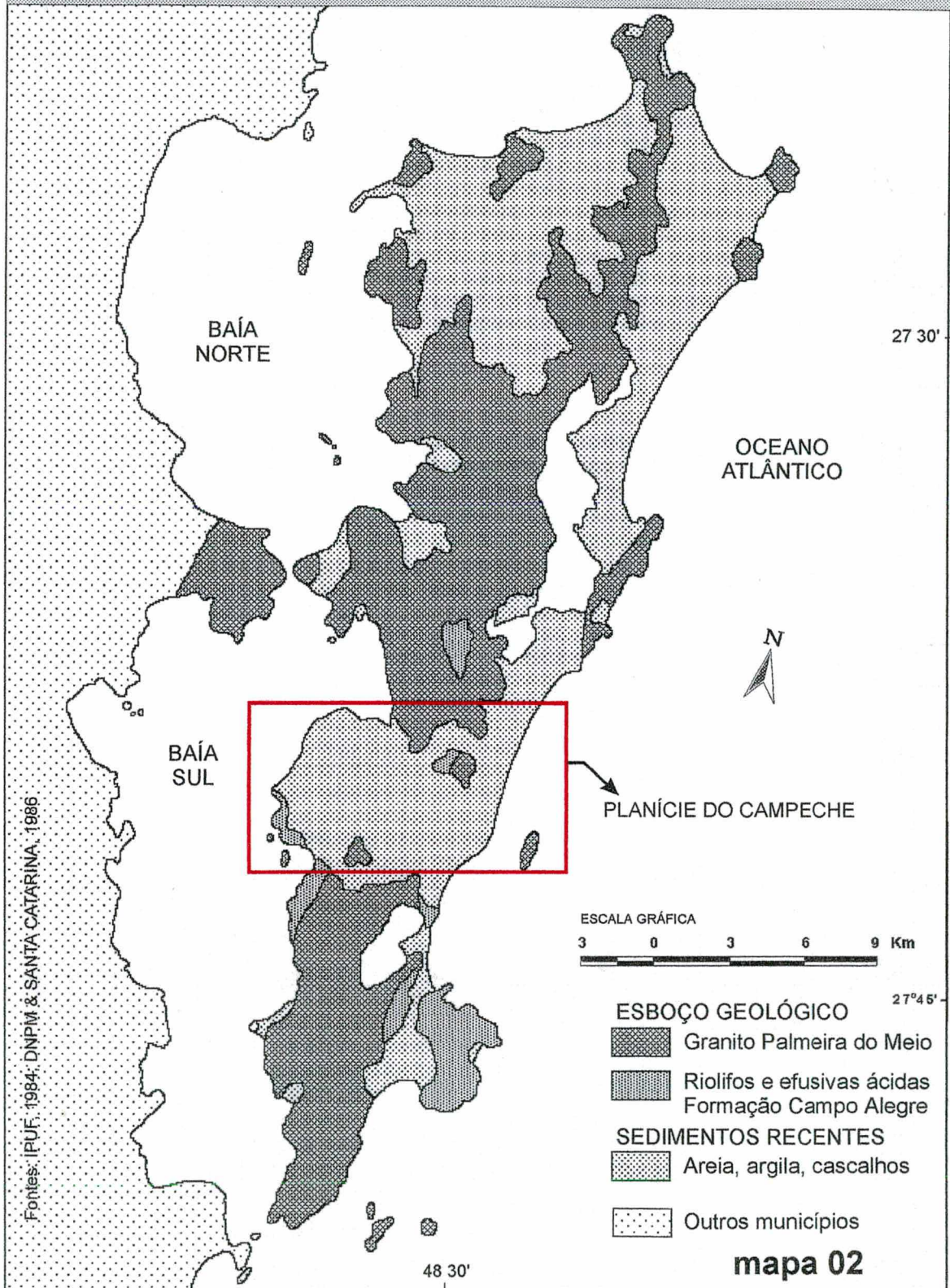
<sup>2</sup>. Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaê foi instituída pelo Decreto Federal nº 533/92. Tal reserva é constituída pelo manguezal do Rio Tavares (área = 740 ha) e o baixio a sua frente (área = 704 ha), totalizando 1.444 ha. (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1994)

<sup>3</sup>. É uma cobertura vegetal compatível com o solo.

<sup>4</sup>. A área onde originalmente ocorria a floresta de planície é considerada no mapa 04 como coberta por vegetação pioneira.

# FORMAÇÃO GEOLÓGICA DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA

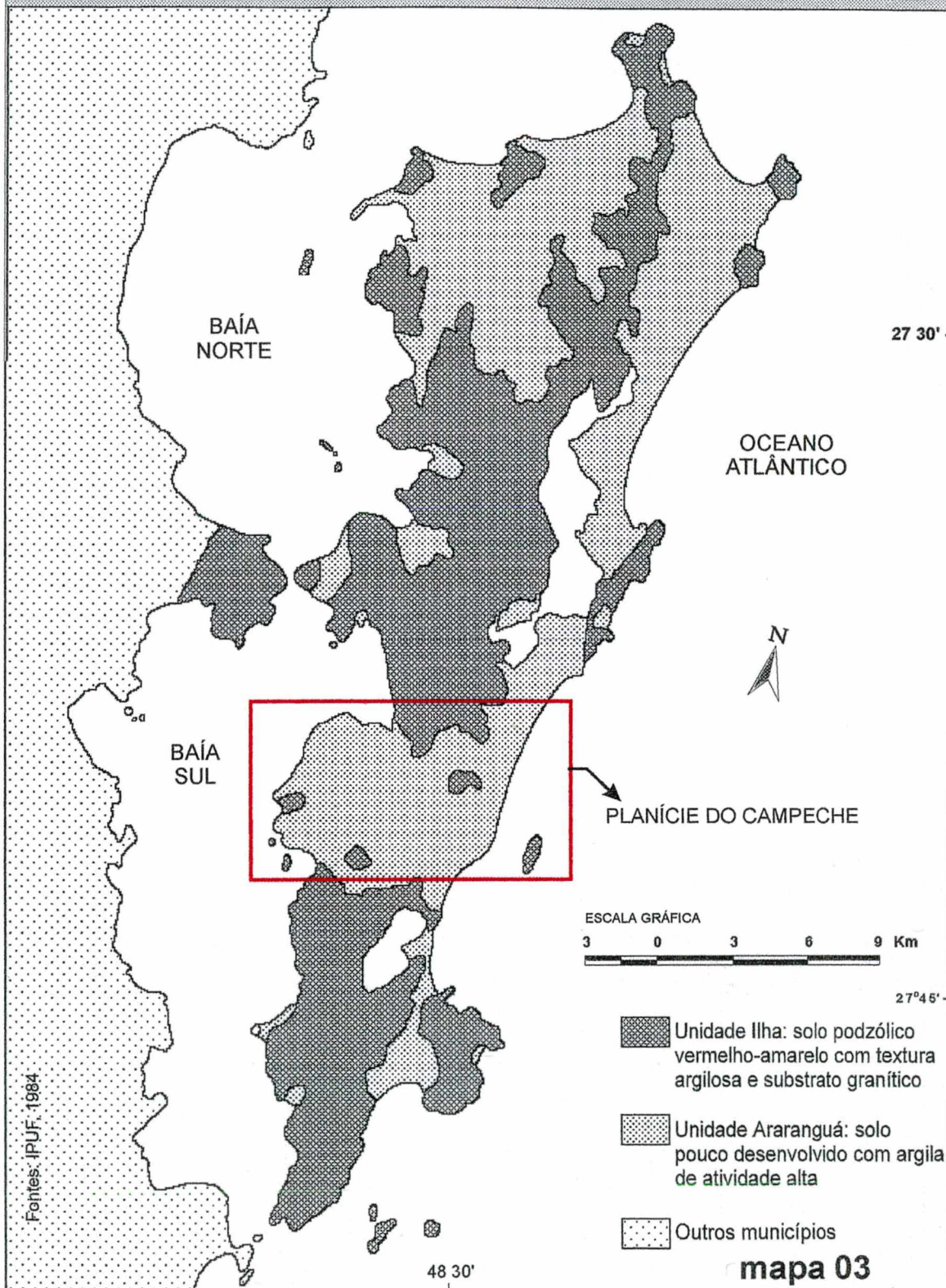
LOCALIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES GEOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS



Fontes: (RUF, 1984; DNPM & SANTA CATARINA, 1986)

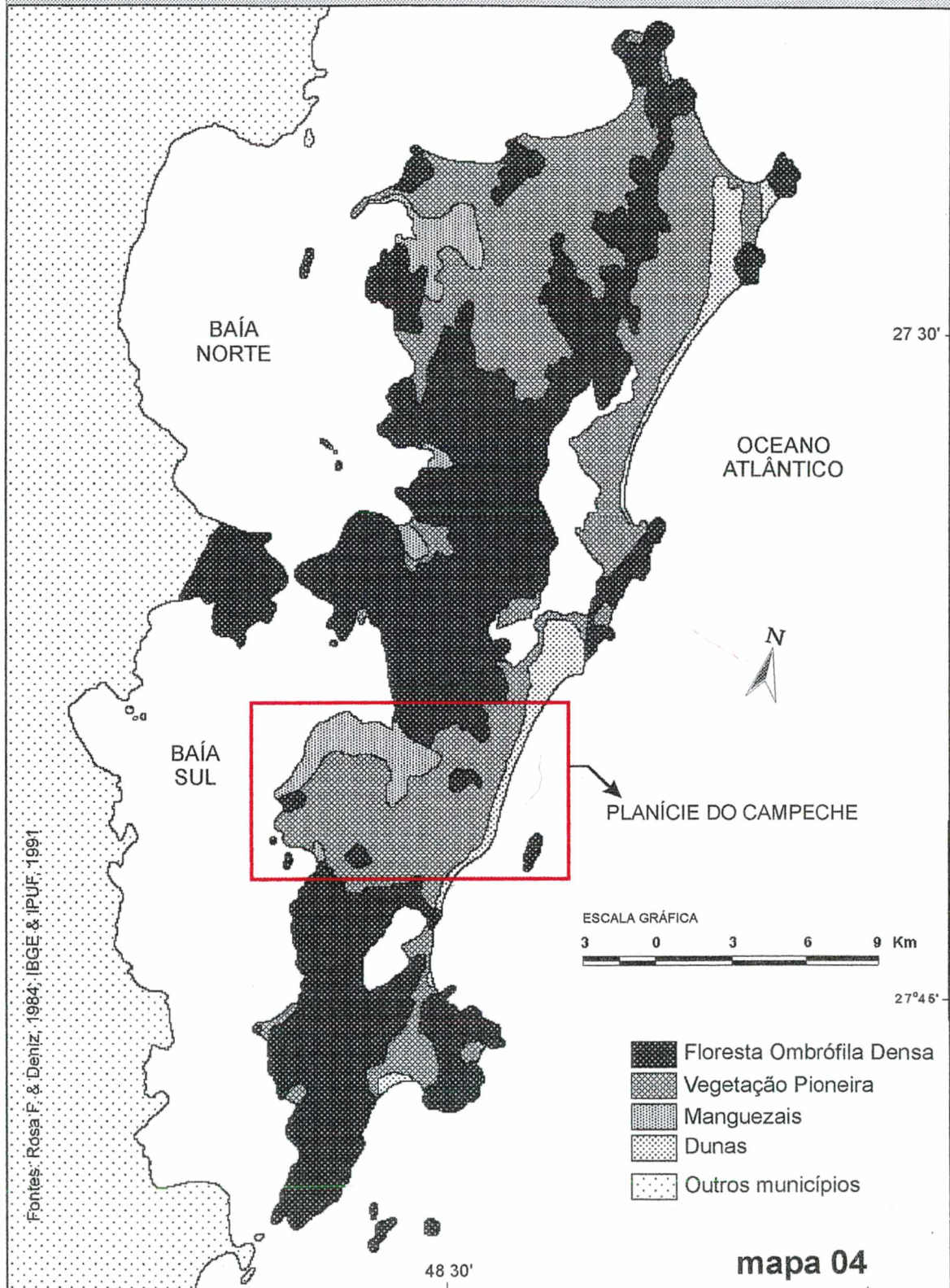
# TIPOS DE SOLOS DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA

ASPECTOS PEDOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS



# FITOGEOGRAFIA DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA

REGIÕES FITOGEOGRÁFICAS ORIGINAIS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS



---

tipo araraguá sobre as áreas de sedimentação. Tais solos apresentam uma cobertura vegetal compatível.

Mais próximo à linha de praia, são identificados os chamados cordões de dunas, ou seja, uma associação de dunas. As dunas, que são comuns nas restingas, podem ser encontradas mais estabilizadas pela cobertura vegetal fixadora: dunas fixas e semifixas<sup>5</sup>; como também, mais expostas à ação dos ventos, apresentando deslocamentos conforme à ação destes, principalmente na parte norte da associação.

Em seguida, pode-se verificar uma extensa área de restinga<sup>6</sup>, de sedimentação recente, que tem como uma das funções ambientais originais receber a drenagem das águas da planície. O recebimento das águas de drenagem permitiu a ocorrência, nessas áreas de restinga, de pequenas lagoas e de alagados sazonais. No entorno dos mesmos foi sendo estabelecida uma cobertura vegetal mais significativa, constituindo-se, em locais singulares, onde é estabelecida a vida animal, principalmente das aves. As restingas *“...possuem estrutura muito complexa e grande diversidade biológica. Sua fauna e flora são compostas por espécies encontradas em diferentes ecossistemas que, em seu conjunto, formam associações típicas de grande expressão ecológica.”* (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1994)

Posteriormente, na maior porção do território, podem ser encontradas áreas mais sedimentadas que constituíam, no passado, o suporte para a chamada floresta de

---

<sup>5</sup> *“As dunas fixas são cobertas por formas vegetais arbustivas, gramíneas e outras plantas que se adaptam ao solo pobre em água e matéria orgânica e à ação do vento, constituindo-se em ambientes estáveis e complexos.” (...)* Nas dunas semi-fixas aparecem plantas pioneiras, quase sempre rasteiras, que lhe imprimem uma condição de semi-estabilidade” enquanto as dunas móveis apresentam deslocamentos conforme a ação dos ventos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1994)

<sup>6</sup> A *“Restinga do Rio Tavares - Campeche: de forma alongada, estende-se da Lagoa da Conceição ao Campeche, junto ao cordão dunar. Sua vegetação é essencialmente arbustiva, com predomínio de herbáceas em área junto da Lagoa Pequena e, em alguns locais foi modificada por atividades agropecuárias.”* (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1994)

---

planície. Essa floresta foi sendo substituída, ao longo do tempo, a partir do uso rural que se deu sobre essas áreas.

No bairro é ainda encontrado um importante referencial paisagístico: o Morro do Campeche, ou, como é denominado no local, Morro do Lampião. O morro é de formação cristalina, tem uma altitude de cerca de 210 m, e uma cobertura vegetal secundária com a ocorrência, ainda, de uma vegetação arbórea de maior porte.

### ***1.1.1. A Transformação da Paisagem***

Esses ecossistemas são de grande relevância na composição da paisagem litorânea, tendo ocorrido, ao longo do processo de ocupação da planície do Campeche, o desmatamento de sensíveis porções desses elementos ambientais e paisagísticos.

É o que se pode constatar quando se analisa, na maior porção do território, as áreas que deveriam corresponder originalmente à chamada floresta de planície<sup>7</sup>. Tais áreas foram desmatadas no passado para servirem às atividades primárias: a lavoura, a criação de gado e a retirada de madeira. Posteriormente, foram sofrendo uma regeneração, com a ocorrência em larga escala dos chamados vassourais<sup>8</sup> (**ilustração 01**), dando seqüência em alguns pontos aos capoeirões.

A vassoura ocorre em um primeiro momento do processo de recuperação da cobertura vegetal, após o abandono da área utilizada para a lavoura, no caso, principalmente, a da mandioca para a produção de farinha. O que caracteriza este estágio da recuperação da cobertura vegetal é o seu caráter homogêneo. Os estágios subseqüentes apresentam uma maior diversidade, chegando ao estágio dos capoeirões, quando ocorre maior complexidade na composição vegetal com espécies de maior porte, ocasionando um aspecto de mata (**ilustração 02**).

---

<sup>7</sup>. Segundo o biólogo João de Deus, professor da UFSC, o que caracterizava a chamada floresta de planície, era a cobertura vegetal de áreas de sedimentação mais antiga, ou seja era a mata de restinga em um avançado processo de composição, com a ocorrência de espécies arbóreas.

<sup>8</sup>. Segundo Klein, vassourais ou capoeira são uma associação característica de mata em estágio de recomposição com o predomínio da vassoura braba, o vassourão brabo e a vassoura mansa. (IPUF, 1982)

---

## ILUSTRAÇÃO 01 - VASSOURAIS

---



---

## ILUSTRAÇÃO 02 - MATA EM RECUPERAÇÃO

---





---

O processo de urbanização em curso teve um sensível impacto sobre as áreas de restinga e sobre as dunas. Em tais áreas, a vegetação foi retirada em grande parte para ceder espaço à ocupação residencial (**ilustração 03**).

Esse processo acima descrito pode ser acompanhado através da observação das fotos aéreas de 1957, 1966, 1978, 1994. Nas fotos de 1957 e nas de 1966 (**ilustração 04 e 05**), pode-se observar o parcelamento agrícola do solo com a ocorrência de poucas áreas com vegetação mais densa. O manguezal, a restinga e as dunas, entretanto, encontravam-se preservados da ocupação. Em 1978 (**ilustração 06**), apesar de ocorrer uma maior densidade de ocupação residencial, pode-se observar a regeneração da vegetação com a sua densificação sobre alguns lotes ocupados anteriormente pela atividade primária. Há também o reflorestamento (que pode ser observado já em 1966) de algumas áreas com espécies não nativas, principalmente com o eucalipto. O manguezal, as restingas e as dunas continuam preservados. Em 1994 (**ilustração 07**), o processo de urbanização é evidente com a ocupação de áreas preservadas anteriormente, como as dunas, a restinga, e o manguezal, e também das áreas reflorestadas com espécies não nativas. As áreas que sofriam processo de regeneração também sofrem o parcelamento urbano do solo. Isso resultou numa paisagem original modificada ao longo do tempo pelo processo de ocupação.

Uma série de problemas ocorreram como consequência desse processo de urbanização. A paisagem do Campeche é diversificada, e, ao mesmo tempo, sob o ponto de vista ambiental, ela é frágil, principalmente quando se pensa na sua ocupação. O diagnóstico realizado para subsidiar o **Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha** apontou algumas das condicionantes ambientais para a ocupação da área. Entre elas, encontrava-se a sua formação sedimentar recente que dificultaria, segundo o diagnóstico, a implantação de infra-estrutura de saneamento (IPUF, 1984).

---

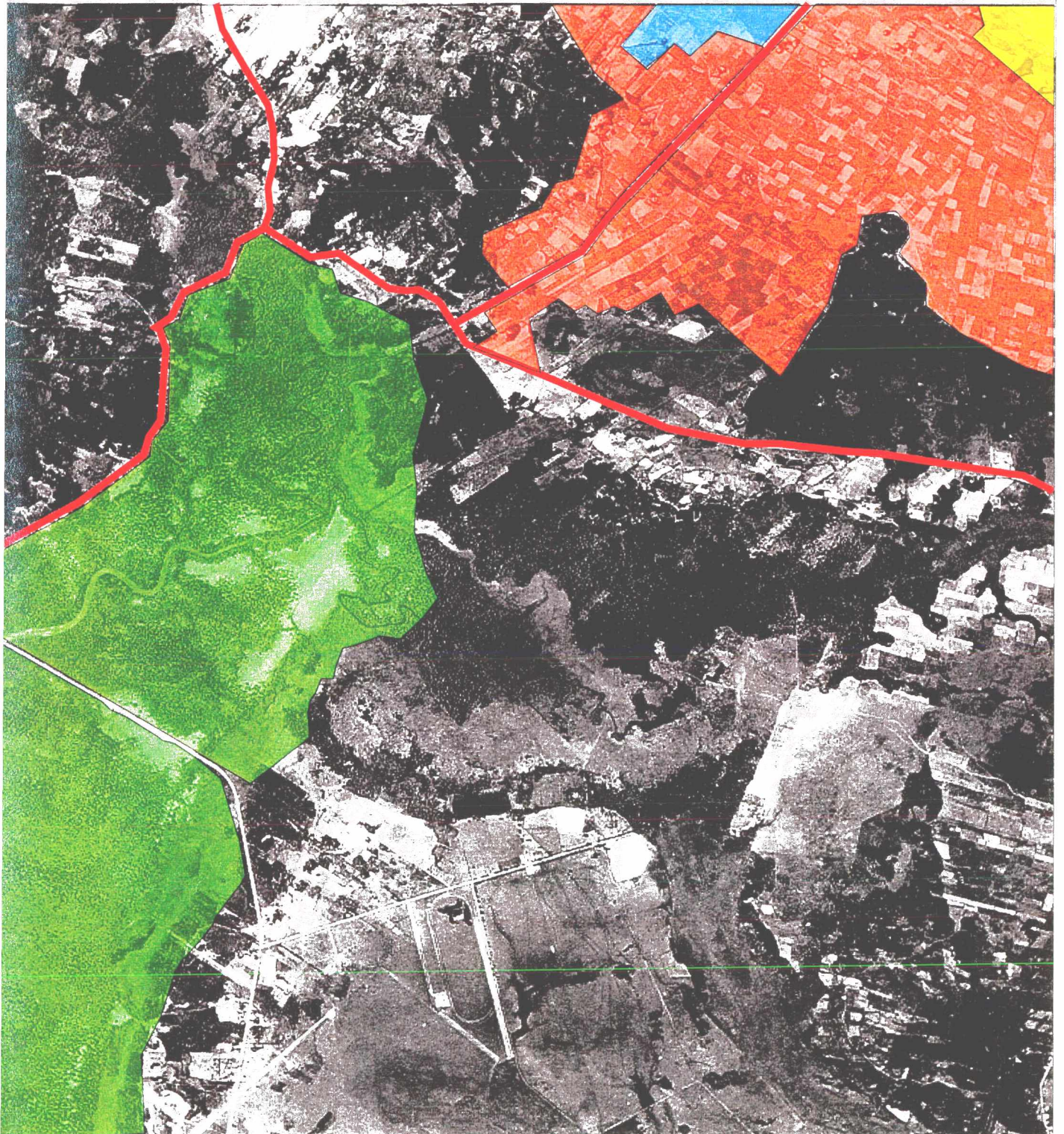
**ILUSTRAÇÃO 03 - OCUPAÇÃO DA DUNAS E DA RESTINGA**

---



TRANSFORMAÇÃO  
DA PAISAGEM  
01

FOTO AÉREA DE 1957



- Sistema Viário
- Manguezal preservado
- Restinga e duna preservadas
- Área parcelada solo rural
- Campo de pouso

Fonte: SEPLAN, 1957



ilustração 04

# CAMPECHE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM 02

FOTO AÉREA DE 1966

- Sistema Viário
- Manguezal preservado
- Restinga e dunas preservadas
- Área parcelada solo rural
- Reflorestamento com eucaliptos
- Campo de pouso

Fonte: SEPLAN, 1966

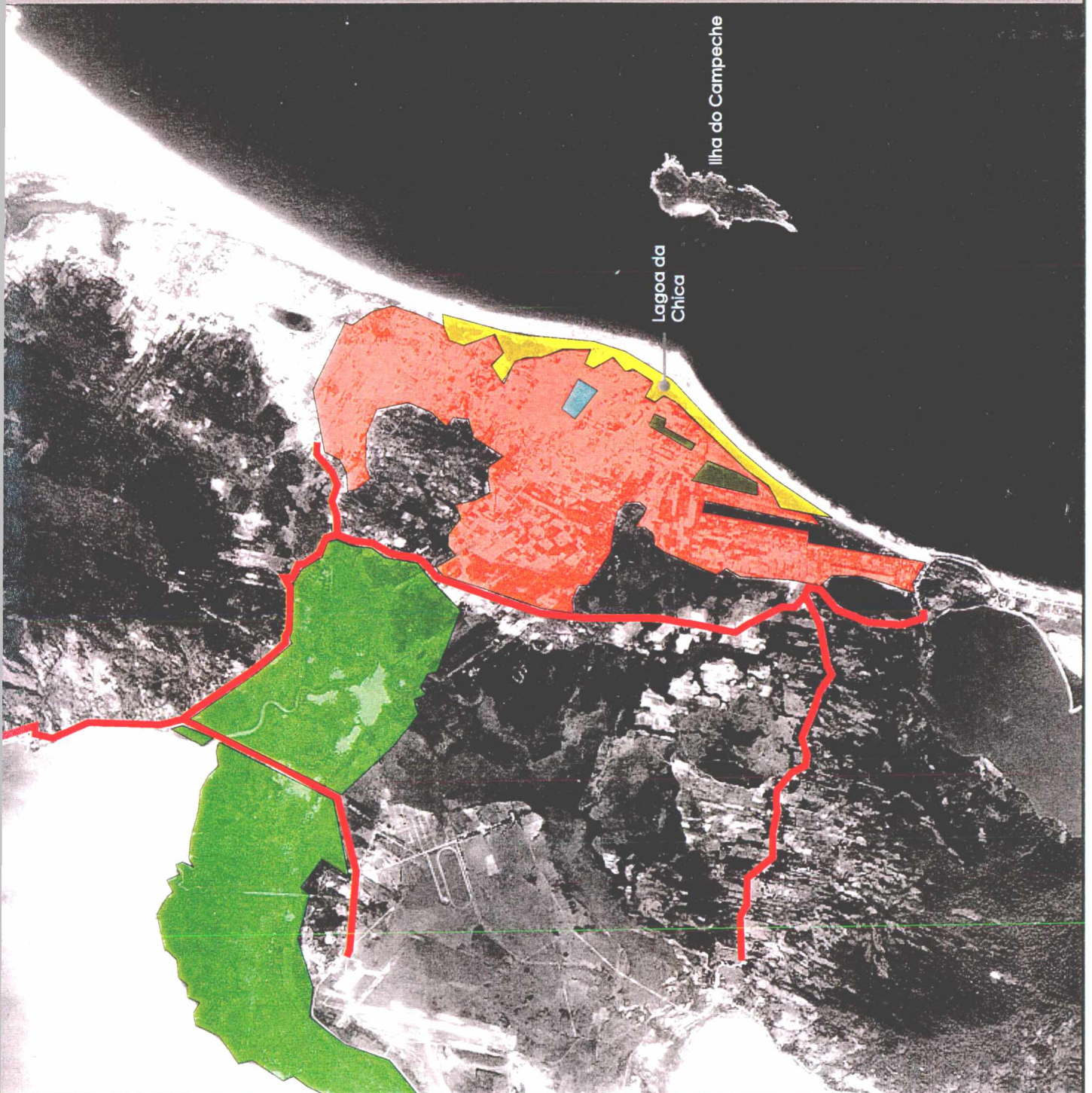











Ilustração 05

# CAMPECHE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

03

FOTO AÉREA DE 1978



-  Sistema Viário
-  Manguezal preservado
-  Restinga e dunas preservadas
-  Área parcelada solo urbano
-  Área parcelada solo rural
-  Reflorestamento com eucaliptos
-  Área em processo de regeneração
-  Campo de pouso
-  Área Institucional

Fonte: SEPLAN, 1978



Ilha do Campeche

Lagoa da Chica

Ilustração 06

# CAMPECHE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM 04

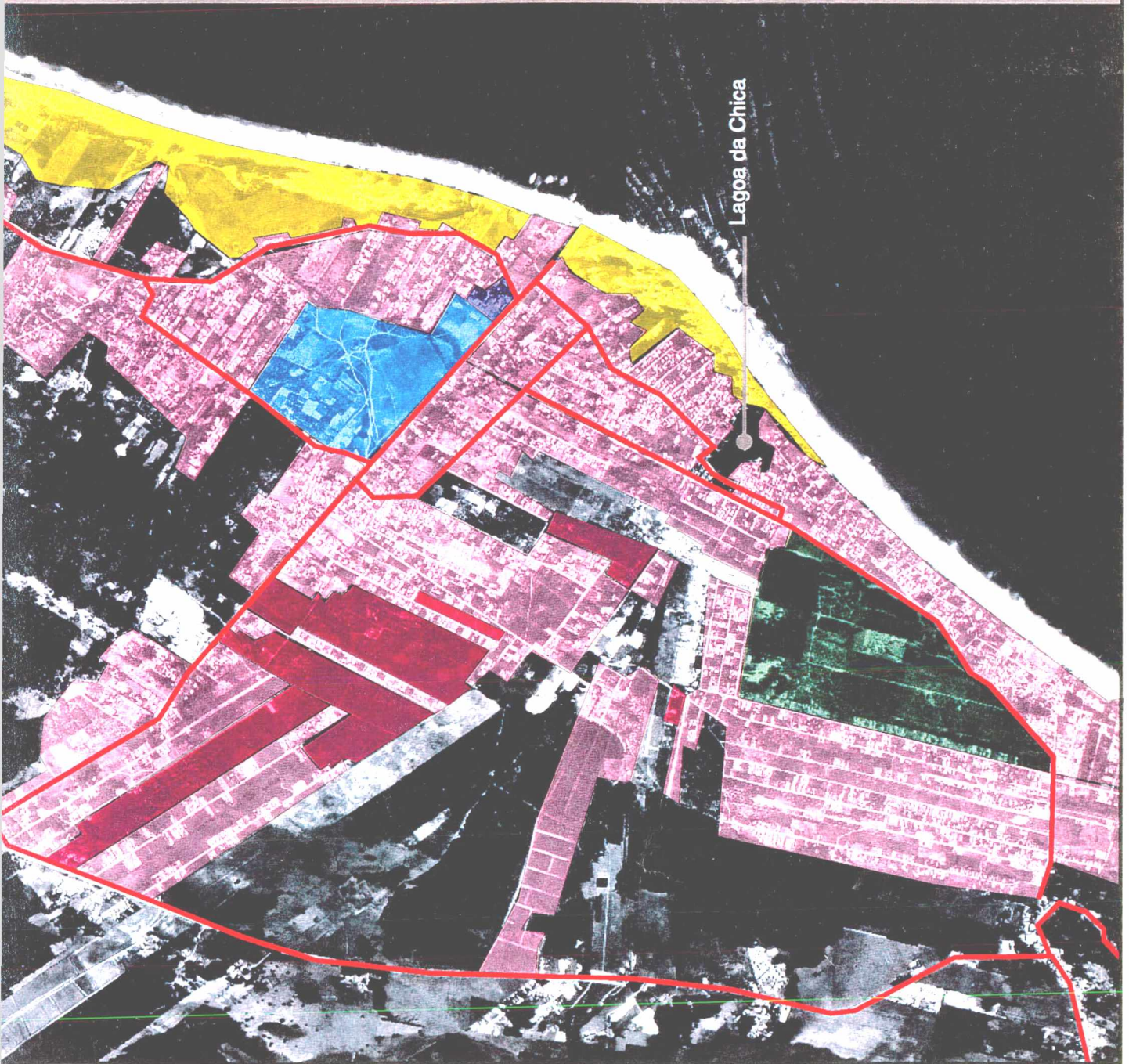
FOTO AÉREA DE 1994

- Sistema Viário
- Manguezal preservado
- Restinga e dunas preservadas
- Área parcelada solo urbano
- Reflorestamento (área privada)
- Área em processo de regeneração
- Campo de pouso
- Área Institucional

Fonte: IPUF, 1994



Ilustração 07



---

Com a ocupação urbana a extrema superficialidade do lençol freático (a planície encontra-se niveladas entre 0 e 3 metros) e o direcionamento natural das águas superficiais para as áreas mais baixas da restinga se fazem sentir cada vez mais como um problema, principalmente nas épocas de chuvas mais constantes. As ruas transformam-se em canais de drenagem a céu aberto, já que o encaminhamento natural foi brechado por muros e aterros. As casas são invadidas pelas águas, as fossas estouram, e poços são contaminados (**ilustração 08**).

As conseqüências da ocupação das dunas também é evidente (**ilustração 09**). O seu papel, enquanto anteparo natural às ações das marés, encontra-se prejudicado. Segundo o relatório de Florianópolis da **Consulta Nacional Sobre Gestão do Saneamento e do Meio Ambiente Urbano**:

*“As dunas são elementos importantes na estabilização da linha de costa, protegendo estas áreas da abrasão marinha e diminuindo a ação dos ventos nas regiões mais interiores. Seus terrenos arenosos sem estrutura e altamente permeáveis são impróprios à ocupação humana, sendo ambientes protegidos por legislação federal, estadual e municipal.”*  
(Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1994)

Assim, a ocupação desses ambientes, a contínua retirada da vegetação fixadora, e a abertura de canais artificiais para o escoamento das águas superficiais para o mar, poderão trazer sérias conseqüências para o desenho natural da linha de praia e o conseqüente avanço do mar.

## **1.2. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

Dessa forma, pode-se verificar que a planície onde está localizado o bairro do Campeche já se encontra em avançado processo de urbanização com um forte impacto sobre a paisagem e o ambiente. A reboque deste processo de urba-

---

## ILUSTRAÇÃO 08 - DRENAGEM SUPERFICIAL

---





---

**ILUSTRAÇÃO 09 - OCUPAÇÃO DAS DUNAS**

---



---

nização, a área vem sendo cogitada para viabilizar a expansão da cidade, via planejamento, em direção ao lado sul da Ilha de Santa Catarina. O projeto da via expressa sul, do parque tecnológico, e o **Plano de Desenvolvimento-Campeche** (IPUF, 1992), são algumas das propostas encaminhadas pelo Poder Público, que dizem dar respostas ao processo de urbanização em curso.

A construção da via expressa sul, vencidas as exigências dos órgãos ambientais, encontra-se garantida. A construção dessa auto-estrada possibilitará uma intensificação do crescimento da cidade em direção ao lado sul da Ilha de Santa Catarina, tornando-se necessário pensar no impacto dessa obra sobre a estrutura urbana da sua área de influência, já que a articulação com os sistemas viários locais será inevitável.

A planície onde encontra-se localizado o Campeche constitui-se, apesar da sua singularidade físico-ambiental, como uma das últimas áreas planas disponíveis, em território insular, para a expansão da malha urbana. Mesmo em avançado processo de urbanização, ainda dispõe de inúmeros espaços sem ocupação aparentemente definida com a ocorrência de áreas que mantiveram um uso público apesar de toda a pressão da valorização do solo com a urbanização.

Esse processo de urbanização em curso no Campeche acarretou mudanças significativas na estrutura social, ocasionando uma nova relação da população com o solo. Coube, pois, investigar como ocorreu tal transformação social, e quais as implicações sobre a relação da população com o solo, em especial, sobre as áreas de uso público historicamente definidas. Tal processo de urbanização havia modificado a relação existente, no passado, entre espaços públicos e privados, e havia interesse em se investigar a importância dos espaços de uso público para a vida urbana, como também, a possibilidade do resgate dos espaços públicos historicamente definidos na construção do espaço urbano no Campeche.

---

### **1.3. MÉTODOS E TÉCNICAS**

O caminho adotado na pesquisa levou ao trabalho simultâneo de níveis de informações, que, na concepção utilizada, não estão dissociados, formando uma unidade dialética. No primeiro nível, de cunho teórico e conceitual, buscou-se a construção de um referencial analítico que possibilitasse a decodificação das relações sociais do quadro investigado e o seu conseqüente entendimento. No segundo nível de informações, desenvolveu-se um levantamento realizado junto à própria comunidade dentro de uma abordagem qualitativa. Por outro lado, foram: ainda analisados documentos, como planos de desenvolvimento e de uso do solo, legislação de uso do solo, processos judiciais etc. Em alguns momentos, estes níveis da pesquisa se confundiam com a própria história de vida da pesquisadora, já que como moradora do Campeche, tem vivenciado as transformações ocorridas no bairro, e militado no movimento de bairro junto a associação de moradores local<sup>9</sup>.

Dessa forma, como a própria pesquisadora era também uma das pessoas envolvidas e participante, preocupada com os rumos tomados pelo problema da urbanização do bairro do Campeche, a pesquisa teve desde início um caráter de pesquisa-ação. Assim, a atividade de pesquisa teve um compromisso, não só com a busca de uma resposta a um problema conceitual e teórico, como também com a análise de uma situação real, no sentido de se pensar soluções para os problemas encontrados, através de diretrizes de ação transformadoras daquela realidade.

A pesquisa-ação não deixa de privilegiar os problemas relativos ao quadro teórico, pois sem eles não faria sentido a pesquisa empírica (THIOLLENT, 1986:8). Há de forma crescente, segundo este autor, ***“...um descompasso entre o conhecimento usado na resolução de problemas reais e o conhecimento usado***

---

<sup>9</sup>. A pesquisadora reside no Campeche desde 1987, quando veio morar em Florianópolis. Acompanhou o processo de urbanização do bairro, tendo participado da diretoria da Amocam e da elaboração do programa de meio ambiente na campanha da Administração Popular. Atualmente, vem acompanhando a discussão dos delegados do orçamento participativo do Sul da Ilha.

---

*apenas de modo retórico ou simbólico na esfera cultural.*” (op.cit:9/10). A resposta a esta questão seria a adequação destes dois planos de conhecimento, objetivando a resolução de problemas considerados relevantes dentro da vida sócio-cultural. Assim, considerou-se que, dentro do enfoque aqui descrito, a utilização na investigação de uma abordagem qualitativa seria a mais indicada.

### **1.3.1. Pesquisa Qualitativa/ Método Etnográfico**

Segundo TRIVIÑOS, a pesquisa qualitativa tem suas raízes nas ciências sociais principalmente na antropologia e na sociologia, nos estudos sobre a vida em comunidades. A tradição do uso da pesquisa qualitativa na antropologia faz com que esta seja conhecida mais especificamente como *investigação etnográfica*. O autor considera o método etnográfico como um caso particular da pesquisa qualitativa, e este busca explicar a realidade pesquisada a partir do que apreende das pessoas, envolvendo o investigador, como etnógrafo, na vida da comunidade com seus componentes essenciais e também com os componentes acidentais (TRIVIÑOS, 1990:120/121).

No mesmo viés, CARDOSO (1986) considera que as condições em que o entrevistador e entrevistado se encontram têm influência sobre a interpretação que é construída a partir da pesquisa qualitativa.. Diz ela:

*“A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas.”* (op.cit:101)

No relacionamento com o objeto de trabalho, na pesquisa de campo foram colocadas questões que reformularam o trabalho no plano conceitual, permitindo que o objeto de estudo fosse sendo desenhando, passo a passo. Partiu-se do pressuposto que se deve estar, segundo GONÇALVES: *“...atentos ao objeto, abertos*

---

*e flexíveis, para adequarmos o método de investigação às suas particularidades.”* (1989:56). Esta colocação também pressupõe uma relação de diálogo permanente entre Sujeito e Objeto, no sentido de reavaliação dos caminhos a serem seguidos na análise. Segundo o mesmo autor:

*”Quem dispõe de um método a priori e o aplica rigidamente a um objeto, é exatamente aquele que privilegia o sujeito”. E ainda: “Sujeito e objeto pressupõem uma relação, um diálogo permanente, pois é nessa tensão que se produz o conhecimento”* (Op.cit.)

Por outro lado, a pesquisa de campo, realizada no Campeche, teve características peculiares. Como já foi relatado, a pesquisadora encontrava-se em uma situação especial, já que era também moradora da área, inserida como imigrante ou no linguajar nativo como *de fora*. Esta categoria deixaria a pesquisadora, a princípio, literalmente de fora para entender o processo de transformação social do grupo analisado. Tal situação foi, entretanto, se modificando ao longo do tempo pois, a medida que ia sendo desmanchada aquela sensação inicial de estranhamento, quando os códigos do grupo analisado parecem inacessíveis ao pesquisador, foi sendo estabelecida uma nova relação, onde a pesquisadora inseriu-se na comunidade, tornando-se parte dela. Sem a sua experiência histórica, mas *de dentro* para entendê-la, e, principalmente, identificada com ela. Disposta a buscar, conjuntamente, explicações e soluções para os problemas que estavam sendo desenhados pelo processo de urbanização em curso.

Nesse processo de identificação<sup>10</sup> procurou-se, apesar de se estar envolvida afeti-

---

<sup>10</sup>. Sabendo que *”A identificação certamente é necessária porque, sem ela, é impossível apreender ‘de dentro’ as categorias com as quais a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva...”* (DURHAM). Procurou-se não incorrer na chamada *“armadilha positivista”* (op.cit.), ou seja, explicar a sociedade a partir das categorias *“nativas”*, e sim buscar respaldo em um referencial teórico para proceder a análise.

---

vamente e politicamente com o tema<sup>11</sup>, não perder a noção de como a comunidade do Campeche se insere no contexto urbano estudado. O espaço urbano é uma totalidade que expressa o movimento da sociedade. O lugar, por sua vez, enquanto um ponto geográfico, é onde se apreende um momento “...do imenso movimento do mundo...”, sofrendo a cada instante as transformações decorrentes do movimento social (SANTOS,1988:01/04). Esta forma de proceder busca integrar na pesquisa urbana uma perspectiva dos agentes locais com uma perspectiva que desse conta de processos e estruturas mais abrangentes (GONDIM,1994:15).

Quanto a pesquisa de campo, pode-se dizer que foi bem pouco ortodoxa, pelas próprias condições em que a pesquisadora estava inserida na comunidade e a sua concepção do papel social da pesquisa, como agente transformador da realidade investigada. Primeiro, a pesquisadora estava na categoria de moradora, recém chegada, sem ainda nenhuma intenção de análise formal da realidade. Depois, tornou-se conhecida, e, posteriormente, ascendeu à categoria de membro da comunidade, preocupando-se com o destino do Campeche face o processo de urbanização em curso, desenvolvendo, neste momento, alguns questionamentos e investigações. No decorrer deste processo, buscou desenvolver sua pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação do mestrado em geografia, o qual lhe forneceria o instrumental teórico/metodológico para apropriar-se das múltiplas dimensões do fenômeno em estudo.

Esse processo ocorreu, procurando-se evitar o risco de se perder os vínculos estabelecidos anteriormente. Tal procedimento facilitou uma série de contatos, e ajudou a estabelecer uma relação crítica da postura da pesquisadora. Num processo ao avesso, foi possível superar o mero registro inicial, do deslumbramento fotográfico, adquirindo-se, a partir do referencial teórico, uma compreensão da realidade na sua totalidade. Dessa forma, foi possível alimentar a pesquisa inicial com novos dados e estabelecer novas questões para análise.

---

<sup>11</sup>. Segundo CARDOSO, são comuns as relações de natureza intersubjetivas entre entrevistador e entrevistado, não se tratando de subjetivismo incontrolado, e sim em formas de comunicação entre pessoas (CARDOSO,1986 :101/102).

---

A vantagem desse procedimento foi poder perguntar muito, pois isto é permitido, faz parte do próprio processo de conhecimento. Os pesquisados também faziam uma série de perguntas: de onde a pesquisadora vinha; onde havia nascido; por que havia escolhido justo o Campeche para morar etc. Depois, foram feitas analogias, estabelecendo-se identidades e diferenças entre a vida da pesquisadora e a dos pesquisados<sup>12</sup>.

Foi também possível ver e observar com os olhos do afeto, pois pode-se dizer que a pesquisadora foi acometida pelo que DA MATTA chama de *Anthropological Blues*, ou seja, uma relação não convencional entre pesquisador e pesquisados, onde se está aberto e alerta para uma troca afetiva entre indivíduos (DA MATTA, 1978:24;35). Como desvantagem, foi o pequeno registro da fase inicial da pesquisa, quando a pesquisadora ainda realizava especulações sobre o tema. As *conversas informais* não foram gravadas; foram anotadas em papéis e guardadas na memória saudosa<sup>13</sup>. Este material poderia ser considerado como de primeiro contato, onde foi estabelecido um relacionamento inicial com os sujeitos pesquisados. Este relacionamento, posteriormente, facilitou o estabelecimento de contatos, a escolha de pessoas a serem entrevistadas, e a realização das próprias entrevistas.

### ***1.3.2. A Memória na Reconstrução da História Local***

Procurou-se, a partir das primeiras experiências informais com pessoas de mais idade, documentar a história da vida dos idosos. Considerou-se como idosos, ou mais velhos, aqueles na faixa etária em torno de 70 anos de idade, ou acima desta faixa. Tais pessoas haviam vivido no Campeche em um tempo passado, quando a vida rural era uma realidade, e poderiam responder questões sobre tal

---

<sup>12</sup>. Entre a vida lá longe e a vida deles aqui, pois a pesquisadora é original do Ceará. Assim, muito se falou sobre pescaria, farinha, renda, pois lá, como aqui, isto faz parte do cotidiano das comunidades de pescadores.

<sup>13</sup>. As *conversas* com o Só Deca, um dos moradores mais antigos do Campeche, dono de uma das redes, são exemplos. Muita prosa pegando limão no pé do seu quintal, olhando o mar... Ele e seu cachorro, o *Pimenta*. A sensação que se tinha é que ele era eterno, que fazia parte daquele lugar como as ondas do mar. Até o dia em que ele morreu, e deu-se conta que ele já era parte da memória afetiva da pesquisadora, mas que, infelizmente, não se havia efetivamente gravado a sua fala.

---

modo de vida, o meio-ambiente, a história, os hábitos e os valores dessa época. Dariam subsídios para se pensar o desenrolar do processo de mudança de vida do grupo analisado. Estes moradores haviam presenciado e tomado parte de todo o processo de transformação da área, guardando informações valiosas. Neste sentido, coube resgatar na pesquisa a própria função social do velho que é lembrar, ele é a memória da família, do grupo, da instituição da sociedade (BOSI, 1979).

Com o objetivo de realizar um trabalho de investigação e registro mais sistemático, consultou-se o trabalho ***Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*** (BOSI, 1983), o qual trouxe referências para se avançar na relação com os sujeitos pesquisados, e ainda avaliar os depoimentos obtidos. No referido trabalho, BOSI realiza a sua investigação através da observação participante, quando constrói vínculos de amizade e confiança com o que ela chama de “***recordadores***”. Considera que estes vínculos não traduzem apenas uma simpatia espontânea, desenvolvida durante a sua pesquisa, mas foi o resultado do “***...amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito***” (op.cit:1). Segundo a autora, ao observador participante não basta ter apenas a simpatia pelo que é pesquisado, o que, segundo a autora, é um sentimento fácil. Torna-se necessário que se estabeleça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, e nas condições de vida muito semelhantes (op.cit:02). Diz a autora:

***“...é preciso que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. Comunidade de destino já exclui pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no locus de pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.”*** (op.cit.:02).



---

A partir dessa postura encaminhada por BOSI na sua pesquisa, tornou-se possível avaliar a experiência que se vinha obtendo nos contatos com os idosos no Campeche. A relação com os sujeitos entrevistados era semelhante àquela descrita por Bosi. Durante a pesquisa, foi sendo estabelecido um forte sentimento de empatia e de compreensão da condição passada e presente dos sujeitos entrevistados na construção da sua existência social.

Através dos relatos, tornou-se possível participar com eles de uma memória viva, como se, por algum passe de mágica, fosse viabilizado a transposição para o passado, para um Campeche que não mais existia. A fartura de peixe, a abundância de tainha no inverno, os caminhos, as festas. Foi ainda estabelecido um sentimento de solidariedade pelas dificuldades por eles atravessadas, tudo tão longe... Era preciso sair de manhã cedinho, ainda escuro, e caminhar para chegar até ao centro, vender alguns produtos e adquirir outros. Foi possível entender então, na prática, a importância dada às lembranças dos velhos pela autora, e constatar o que se segue:

*“...sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.”* (op.cit:22)

E ainda,

*“Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando conscientemente e atentamente do próprio passado, da substância mesma na sua vida”* (op.cit:23)

A partir das entrevistas realizadas com os idosos, foi possível constatar, que para entender determinadas questões que a percepção da realidade colocava, para a

---

reconstrução da história da comunidade, seria preciso não só entender como era a vida rural desta comunidade, como também, entender o seu processo de transformação, e ainda as conseqüências dessas transformações para o grupo social. Assim, algumas questões referentes à mudança do trabalho de rural para urbano e dos impactos dos novos modos de vida poderiam ser entendidos não só através das entrevistas com os mais velhos, como também, entrevistando-se os filhos destes e seus netos, os quais já foram criados em um Campeche em processo de transformação, de modo de vida rural em urbano.

### ***1.3.3. A Ação na Pesquisa***

Dentro da concepção de pesquisa adotada, desde o início do trabalho, a pesquisadora acompanhou e esteve envolvida, como tal e como moradora, nos movimentos comunitários, discutindo a questão da urbanização do bairro, o comprometimento da qualidade de vida de seus moradores, a apropriação de áreas públicas e a invasão de áreas de preservação.

Essa participação deu-se em um primeiro momento via participação em movimentos de defesa do meio ambiente, principalmente em defesa da Lagoa da Chica, e via Associação de Moradores (AMOCAM), encaminhando-se a discussão sobre o **Plano de Desenvolvimento-Campeche**, a defesa do meio ambiente<sup>14</sup>, e nas discussões do Orçamento Participativo, iniciativa do Governo da Frente Popular.

No processo de discussão, em determinadas ocasiões, foram encaminhadas ações: de defesa da qualidade de vida, das áreas públicas e de preservação; de repúdio à imposição de modelos de planejamento préestabelecidos sem a partici-

---

<sup>14</sup>. A pesquisadora participou da romaria em defesa das dunas, com a AMOCAM; da defesa da Lagoa Pequena com o CECA e o Conselho de Moradores do Rio Tavares; da defesa da e implantação do parque da lagoa da Chica, com o Viveiro Pau Campeche e a Escola Engenho. Articulou, ainda, as propostas do primeiro Orçamento Participativo, iniciativa do Governo da Frente Popular, para a implantação de equipamentos de uso coletivo na lagoa da Chica e na lagoa Pequena, e para a implantação do Museu Escola Saint Exupery na antiga estrutura do correio aéreo francês próximo ao campo de pouso. Atualmente, participa da discussão sobre o Plano de Desenvolvimento-Campeche, com os delegados do Orçamento Participativo, cujo encaminhamento foi dado através de um abaixo-assinado, objetivando a democratização do processo de planejamento.

---

pação da população interessada; de reação ao processo de urbanização sem limites e à convivência da administração pública.

Essa participação da pesquisadora foi fundamental para o entendimento não só da dinâmica social, como do próprio processo de urbanização e da articulação dos moradores, nativos e novos, para a resolução dos seus problemas. O acesso a informações em alguns momentos foi dificultada <sup>15</sup>. Acredita-se que a reflexão acadêmica politizada aliada à participação comunitária esclarecida causa um certo incômodo a quem teima em querer impor seus modelos, sem questionamentos, sem submetê-los a quem vai ser diretamente afetado por eles.

### ***1.3.4. Técnicas Utilizadas***

Foram utilizadas técnicas que pudessem ser compatibilizadas com o enfoque dado à pesquisa. Dessa forma, utilizaram-se entrevistas, anotações de campo, e a análise de documentos.

As entrevistas foram do tipo *semi-estruturada*, ou seja, foram encaminhadas no sentido de se conseguir respostas a determinadas questões colocadas pela pesquisa. Optou-se por este tipo de entrevista por ser a que possibilita, dentro do enfoque qualitativo de pesquisa, a valorização da atuação do pesquisador no encaminhamento da entrevista e, também, permite que o sujeito entrevistado tenha liberdade e espontaneidade na sua fala. Procurou-se ainda refletir sobre a escolha dos entrevistados, através dos dados que foram obtidos a partir das relações que se estabeleceram na comunidade e no acompanhamento da dinâmica do movimento social.

Segundo TRIVIÑOS, a entrevista semi-estruturada é ***“aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interes-***

---

<sup>15</sup>. O IPUF na gestão Bulcão Viana não respondeu ao ofício encaminhado via programa de pós-graduação solicitando informações sobre o **Plano de Desenvolvimento-Campeche**. A primeira versão do plano só foi conseguida após a conquista das eleições municipais pela Frente Popular. Hoje, com a segunda versão do plano, o acesso a informações continua difícil. Mesmo no Governo Popular solicitou-se uma cópia via Departamento de Arquitetura, obteve-se um resposta telefônica polida, entretanto, a cópia não foi colocada à disposição do Departamento.

---

*sam à pesquisa...*”. As perguntas que constituem a entrevista semi-estruturada no enfoque qualitativo resultam, segundo o autor:

***“...não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importante seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.”***

No caso dos idosos, procurou-se encaminhar as entrevistas de uma forma mais solta, tendo se mantido, entretanto, um eixo de questões de interesse para a pesquisa. Assim, as entrevistas foram direcionadas no sentido de se buscar o entendimento de como se deu o relacionamento do Campeche com a cidade de Florianópolis, das mudanças ocorridas no modo de vida, no trabalho, nos valores sociais, e na relação da população com a terra. Formalmente, realizaram-se quatro entrevistas com os informantes mais velhos, considerados aqui como a primeira geração; uma destas entrevistas foi realizada em conjunto com três membros da mesma família. Foram entrevistados ao todo seis idosos, todos pertencentes à classe média. Dos seis entrevistados, dois eram do sexo feminino; entretanto, a questão de gênero não foi um fator que determinasse o encaminhamento das entrevistas. A maioria dos entrevistados ainda exerce atividades rurais<sup>16</sup>. Estas atividades, embora já sejam atividades consideradas como secundárias, determinam ainda uma forma desta geração se inserir socialmente como parte do passado vivo da comunidade.

Foram ainda realizadas entrevistas com adultos, entre quarenta e cinquenta anos de idade, filhos da primeira geração entrevistada. Estes já exercem atividades

---

<sup>16</sup>. Considerou-se atividades rurais aquelas ligadas ao setor primário da produção, tais como: a lida com animais; a fabricação de farinha; a confecção de balaios; e a participação na pesca da tainha, embora esta última não seja efetiva, marcada pelos mais velhos apenas através da sua presença na praia, e na divisão do pescado.

---

urbanas como atividade principal. A maioria dos sujeitos investigados havia completado o curso de primeiro grau, e um deles havia completado o curso superior. Todos haviam enfrentado dificuldades em relação aos meios de transporte utilizados para chegar até a escola, principalmente na época em que freqüentavam o primário e o ginásio, o que demonstra a dificuldade de acesso do Campeche e a sua não integração à malha urbana de Florianópolis. Procurou-se nessas entrevistas encaminhar o discurso dos sujeitos investigados para a questão da mudança dos valores sociais, a relação com a terra, e a questão da importância dos espaços públicos no antigo gênero de vida e no atual.

Foram ainda realizadas entrevistas com representantes do movimento de bairro das entidades representativas do sul da Ilha que vêm acompanhando o desenrolar da questão do planejamento na área, como também com técnicos responsáveis pelo encaminhamento da discussão com a comunidade.

Desde a fase inicial da pesquisa, antes de se ter vínculos com o Programa de Mestrado em Geografia e, posteriormente, foram realizadas anotações no sentido de registrar algumas situações e questões observadas. A pesquisadora, dentro da sua condição de certa forma especial de moradora e de militante do movimento de bairro, pode reunir uma série de elementos para registro. Algumas das *conversas informais*, por exemplo, realizadas na fase inicial, tornaram-se depois ganchos para a montagem das questões encaminhadas nas entrevistas. Essas anotações tiveram um caráter tanto descritivos, das situações encontradas, quanto reflexivo sobre a realidade, buscando-se, em seguida, explicações ao nível da teoria e para o direcionamento da investigação empírica.

Documentos institucionais e privados sobre o processo de ocupação do Campeche foram reunidos e analisados à luz da teoria e da dinâmica social. Foi realizada primeiro uma pré-análise desses documentos, quando identificou-se aqueles que pareciam essenciais a este processo de investigação. Os Planos elaborados pela Administração Municipal guardam, quando investigados desta forma, a história da responsabilidade pública pelo processo de urbanização em curso. As fotos aé-

---

reas, realizadas através dos levantamentos aéreos de 1957, 1966, 1978, e 1994, descrevem visualmente o parcelamento do solo e a transformação da paisagem. As informações sobre a posse e/ou propriedade da terra, através de documentos lavrados nos cartórios próximos, como os processos encaminhados pela comunidade questionando a ocupação das áreas públicas, retratam o processo de ocupação dos espaços públicos.

Assim, com a ajuda das informações obtidas durante a participação no movimento de bairro e de preservação do meio ambiente, juntamente com as entrevistas e a análise de documentos, tornou-se possível contar a história da apropriação dos espaços públicos e o movimento de reivindicações e resistência dos moradores do Campeche. Esse trabalho foi direcionado para a formação de uma identidade social pautada em um sentimento de “pertencer a”, dando um novo significado aos espaços públicos historicamente definidos.

---

***CAPÍTULO 2***

***URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL NA PRAIA DO CAMPECHE***

---

---

## ***2. URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA PRAIA DO CAMPECHE***

---

O processo de urbanização do Campeche foi realizado tendo como base dois aspectos articulados entre si. Primeiro, ocorreu como consequência da expansão da cidade de Florianópolis, tanto em termos de uma expansão da malha urbana, como também, de um modo de vida urbano. Por outro lado, foi fruto, também, da transformação social, pela qual passou a própria população do Campeche.

### ***2.1. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPECHE ARTICULADO AO CRESCIMENTO DE FLORIANÓPOLIS***

O processo de urbanização em curso no Campeche deu-se sobre uma estrutura social e fundiária rural, cujos valores eram tradicionais. A história da transformação desse espaço é também a história da sua inserção na sociedade e na vida urbana, é o seu caminhar rumo à cidade, articulando-se, cada vez mais, a vida da comunidade tradicional com a do sistema dominante. O que ocasiona uma modificação na relação da população nativa com a terra. O processo de transformação social e econômica dá-se como resultado da expansão capitalista, que, na segunda metade deste século, tem sérias consequências sobre o litoral e suas populações (BECK:1983;58). Essas consequências refletem-se no espaço físico com a transformação de solo rural em urbano. Esse fenômeno, no entanto, não ocorre uniformemente, coexistindo atividades rurais dentro do tecido urbano recém-criado.

Essa urbanização torna-se mais evidente a partir de meados da década de oitenta, consolidado-se nos últimos cinco anos (entre 1991 e 1996). Sua gestação, entretanto, é anterior, e se realiza através da articulação do Campeche com a cidade via infra-estruturas. Esse processo de urbanização não ocorre espontaneamente, inserindo-se dentro de um contexto mais amplo de um projeto de desenvolvimento urbano para a cidade. Este tinha como um dos objetivos principais



---

promover a expansão da malha urbana, tendo em vista o mercado de terras urbanas.

Em Florianópolis, o crescimento da cidade deu-se basicamente pela ampliação da malha urbana. Esse crescimento foi impulsionado principalmente através da implantação de várias empresas estatais, criando-se, desta forma, uma demanda de solo urbano. Posteriormente, através da ação do Estado, via intervenções de planejamento e de alocação de investimentos públicos, com uma série de melhorias de infra-estruturas, articulou-se o centro da cidade de Florianópolis aos povoados do interior da Ilha. Essas ações viabilizaram essas localidades do interior da Ilha como áreas de expansão da cidade, garantindo, assim, o mercado de terras via especulação imobiliária.

É senso comum que o crescimento físico das cidades pode se dar de duas formas: tornando mais densa a ocupação do solo urbano via substituição do tecido urbano mais antigo, por outro mais *moderno* e de alta densidade; ou expandindo o tecido urbano para além dos seus limites, transformando solo rural em urbano.

Nos anos 70 já é possível a observação da ocorrência destas duas formas de crescimento da cidade de Florianópolis na Ilha de Santa Catarina. Nessa década, é iniciado um processo de renovação urbana no centro da capital, com a substituição e verticalização dos edifícios. É ainda construída a Beira Mar Sul (1971/1975), rompendo-se a relação do centro histórico com o mar através da construção de vias expressas. A ponte Colombo Sales entra em funcionamento, é melhorado o acesso às praias da Ilha, como também é instalada a iluminação pública em diversas localidades do seu interior. Isto possibilita a extensão da malha urbana nessa direção. Nesse período, as atividades da Eletrosul são ampliadas com a construção de sua sede no bairro do Pantanal, e se desenvolveu o Campus da Universidade Federal no bairro da Trindade. Além dos bairros já citados, o da Carvoeira e do Córrego Grande tiveram, como conseqüência destas implantações, o seu processo de urbanização acelerado. Suas antigas estruturas foram sendo substituídas por um tecido urbano moderno para atender à demanda

---

de camadas médias de população constituída, principalmente, pelos funcionários dos órgãos públicos ali instalados.

Nos anos 80, o processo de expansão da malha urbana tem continuidade. Nessa época ocorre a transformação do bairro do Itacorubi a partir da instalação da sede da Telesc, da Universidade Estadual, além de importantes órgãos de administração como: Celesc, Fiesc, Acarpesc, Prodasc. A atração exercida pelo sítio paisagístico da Ilha para o turismo e o lazer<sup>17</sup> desencadeia um processo de transformação no norte da Ilha com a substituição das estruturas anteriores, voltadas para a agricultura e a pesca, por casas de veraneio e infra-estruturas para o atendimento ao turismo. Há uma supervalorização da terra, causando um impacto acentuado sobre o meio ambiente, os hábitos e modos de vida da população. Esta é proletarizada e gradativamente expulsa desses locais para áreas distantes da Ilha e do Continente. As áreas mais próximas ao Centro são gradativamente ocupadas e densificadas, o tecido urbano vai sendo ampliado ao longo das vias de acesso em direção ao interior da Ilha, em um primeiro momento para o Norte e, posteriormente, para o Leste e o Sul.

O Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis, realizado entre 1969 e 1972, apontava para um ambicioso traçado viário, propondo a construção de um anel ligando as diversas comunidades do interior da Ilha. Promoveria assim definitivamente a integração da ilha com o continente<sup>18</sup>, permitindo, desta forma, a expansão da malha urbana da cidade. Como parte deste traçado, foram propostas, nessa época, a via-expressa sul e a via parque, ambas de extrema importância para concretização de um projeto imobiliário de grande porte para o porção sul da Ilha de Santa Catarina. Apesar destas duas propostas viárias até hoje não terem sido concretizadas, o anel rodoviário foi sendo viabilizado a

---

<sup>17</sup>. Em 1981, é realizado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, como parte do programa CNDU/BIRD - Cidades de Porte Médio, que estabelece propostas para a melhoria nas condições de atendimento nos locais que dispunham de atrativos turísticos, e uma estratégia de marketing, valorizando a beleza da Ilha de Santa Catarina com o objetivo de atrair consumidores e dinamizar o setor.

<sup>18</sup>. A via expressa de ligação Ilha/continente ainda não tem concluído o trecho da via-expressa sul, o qual já teve iniciadas as suas obras, com o início da construção do tunel de acesso ao Saco dos Limões.

---

partir de um sistema de rodovias estaduais (**mapa 05**), e o acesso ao sul é hoje realizado através, respectivamente, da SC 401, SC 405 e SC 406<sup>19</sup>.

Na década de setenta e depois, na década de oitenta, a implantação de infraestruturas, onde o sistema viário adquire particular importância, garantiu a extensão da malha urbana da cidade para o sul da Ilha. No Campeche, isto se faz notar com a construção da estrada geral (1973/74), a instalação da rede elétrica (1972), e a introdução do sistema de transporte público de forma mais regular. Em seguida, pela instalação do primeiro posto telefônico (1982) e dos primeiros terminais telefônicos (1985 e 1988), a pavimentação da SC 405 em 1980 e da Estrada Geral, Avenida Pequeno Príncipe<sup>20</sup>, inaugurada em 1984, a implantação da escola básica e do posto de saúde (1982). Estas transformações marcam definitivamente a trajetória deste bairro rumo à cidade, e podem ser consideradas como indutoras do crescimento do bairro, quando se verificam as entrevistas realizadas por DIAS<sup>21</sup>.

*"Quando o ônibus começou a funcionar, daí eu acho que começou o desenvolvimento do Campeche (...) em 69. A iluminação veio prá cá em 70 na Copa do Mundo, de lá prá começou, (...) e depois com essa pavimentação asfáltica então ele cresceu bem mais rápido, aí é que foi o estouro mesmo." e, "As famílias do Campeche que moravam aqui e trabalhavam no Centro, muitas delas venderam aqui e foram morar lá na Costeira e no Centro, em virtude da falta de ônibus e da iluminação mesmo.(...) com a entrada do ônibus e da iluminação começou a melhorar, porque as próprias famílias começaram a voltar(...) e aí tu pegas um ônibus vem, olha, tem áreas, a partir desse momento começou a crescer." (DIAS, 1994:38/39)*

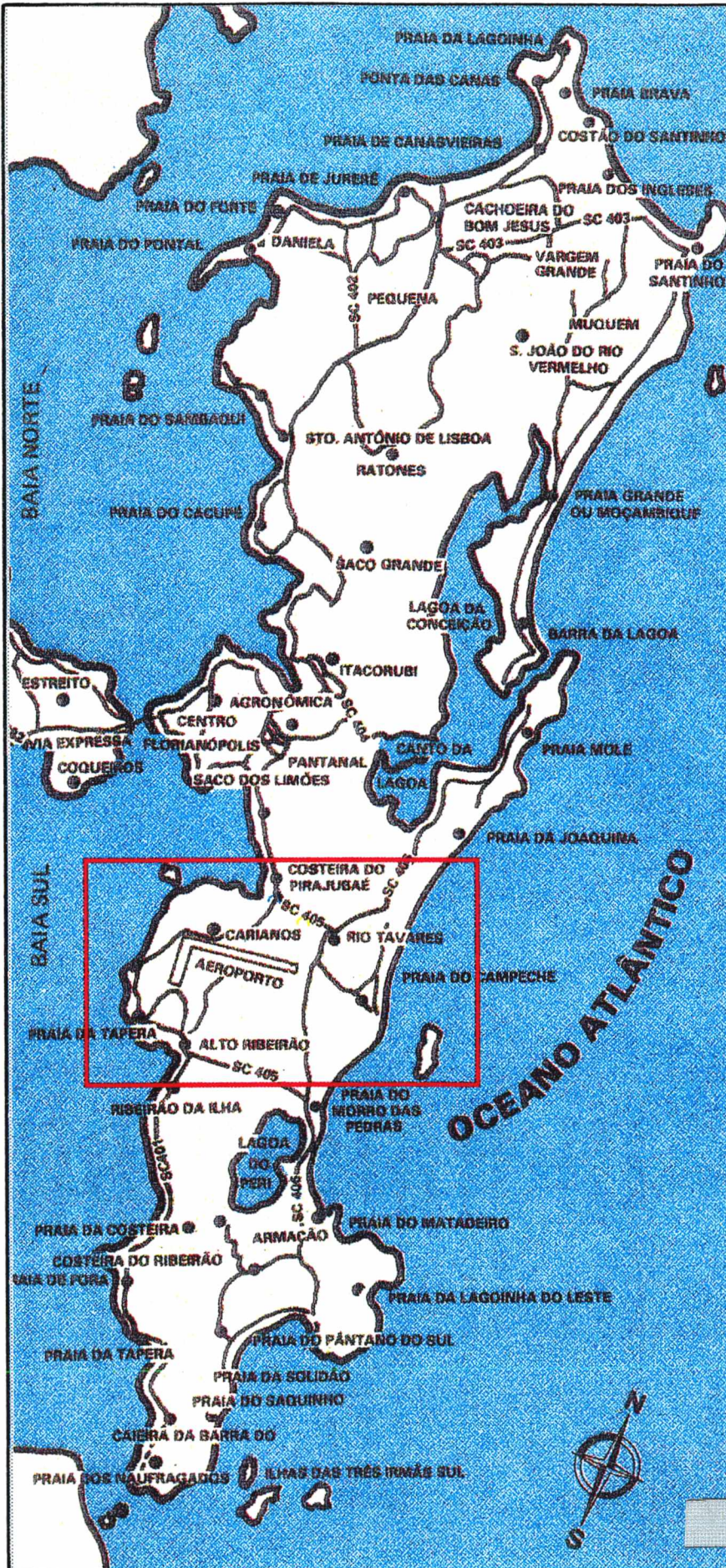
---

<sup>19</sup>. A SC 406 teve implantados e pavimentados dois trechos: da Fazenda do Rio Tavares até Ingleses e do trevo do Ribeirão até o Pântano do Sul.

<sup>20</sup>. Rodovia Municipal 456, cuja pavimentação foi inaugurada em 11/04/1984 no Governo de Esperidião Amin Helou Filho, Administração Claudio Ávila da Silva.

<sup>21</sup>. Tais entrevistas foram realizadas por Vera Lucia Nehls Dias para a sua dissertação de mestrado, apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia, em 1994, sob o título: "**Tantos Campeches quantas Imaginações, um estudo sobre o espaço do Campeche**".

# SISTEMA DE RODOVIAS ESTADUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA



- Planície do Campeche
- Sistema Viário Estadual (SC)

mapa 05

---

## 2.2. *CONSEQÜÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA SOCIAL*

No Campeche, o processo de urbanização irá modificar sobremaneira a vida camponesa. Ao longo das últimas décadas, os antigos gêneros de vida de uma comunidade de pescadores-lavradores, que vivia basicamente da pesca e da lavoura de subsistência, vêm sendo substituídos por um modo de vida urbano. Tal processo de urbanização não ocorre uniformemente. Dentro do tecido urbano são encontradas também *“ilhas de ruralidade”* que subsistem ao processo, convivendo, assim, ao mesmo tempo, formas e gêneros de vida distintos (LEFEVBRE,1991).

Os conceitos estabelecidos por LEFEVBRE possibilitaram dar início ao entendimento do processo observado empiricamente. Tais conceitos estabelecem uma analogia metafórica do processo de urbanização com a extensão do tecido urbano como uma *“espécie de proliferação biológica”*, ocasionando a ampliação do domínio do urbano sobre antigas estruturas da cidade e do campo. A cidade traz consigo a sociedade e a vida urbana. Isto irá modificar as antigas estruturas ocasionando uma modificação no **gênero de vida**. LEFEVBRE não chega a definir o conceito **gênero de vida**, mas, logo em seguida no texto em que cita este conceito - definindo a metáfora *“tecido urbano”* -, fala que *“o interesse do ‘tecido urbano’ não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um ‘modo de viver’ mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana.”* Tal *“modo de viver”* comporta determinados sistemas de objetos e de valores, que irão definir um **gênero de vida** urbano, diferente do **gênero de vida** rural. Desta forma, **gênero de vida** seria um *“modo de viver”* com o **sistema de objetos** e o **sistema de valores** correspondentes (LEFEVBRE,op.cit.).

Assim, é possível observar a introdução da vida urbana através do acesso e da modificação do **sistema de objetos** e do **sistema de valores**, os quais LEFEVBRE define como:

---

***"Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário "moderno", o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade."*(LEFEBVRE,1991:11)**

As transformações na vida dos indivíduos estão sujeitas, no seu cotidiano, às mudanças ocorridas nestes sistemas, afetando diretamente sua forma de ser e agir em sociedade.

É ainda possível encontrar, juntamente com a estruturação da malha urbana e de um modo de vida urbano, decorrentes do processo em curso, reminescentes do antigo gênero de vida. Estes, muito mais que apenas um folclore decadente, são parte da identidade da comunidade tradicional em processo de transformação. Isto pode ser encontrado na pequena pecuária, nos três últimos engenhos (o que restou dos muitos que existiam no passado) ainda em funcionamento, e na pesca da tainha, que se repete, como um ritual, todos os anos. Estas atividades estão em franco declínio. Os engenhos, juntamente com o cultivo da mandioca, já não interessam à nova geração, enquanto que, para os mais velhos, são como referências vitais: Todos os anos, no outono, o velho V. começa a recolher lenha com o seu carro de boi para a fornada da farinha, enquanto o seu filho, próspero comerciante de areia, brita e saibro, já amealhou com a construção civil, atividade tipicamente urbana, o suficiente para bancar a compra de máquinas, um caminhão e uma F1000.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup>.Nota do diário de campo.

---

Quanto às atividades pesqueiras da comunidade, existem duas redes de pesca, cujos grupos<sup>23</sup> que as utilizam são rivais e disputam a hegemonia da praia durante a temporada da pesca da tainha. O território da praia de cada uma destas redes é dividido em dois setores de pescaria a partir do Pontal<sup>24</sup>. Do Pontal em direção ao sul, pesca a rede do Seu Deca, que atualmente é dos seus dois filhos, Aparício e Getúlio; do Pontal em direção ao Norte, pesca a rede do Seu Chico. Nos dois grupos, que tiveram a sua origem em famílias nativas, percebe-se também, como na agricultura, um claro processo de mudança no modo de vida.

Estes pescadores-lavradores relacionavam-se com a cidade e com o sistema econômico dominante no passado no regime de **part-society** ou **comunidades seccionais**. As **comunidades seccionais** são estruturalmente parte de uma comunidade mais ampla, mas mantêm traços de uma economia tradicional, ou seja:

*“A produção em pequena escala, cujos resultados se destinam primordialmente à subsistência; a dependência de um mercado monetizado que absorve parte da produção e de um código legal nacional que controla as atividades locais; a simplicidade tecnológica; um relacionamento social fundado nas relações primárias, face a face; um forte tradicionalismo que muitas vezes inibe a mudança e a economia monetária.”*  
(FURTADO, 1987/89:281)

Segundo FURTADO, os segmentos sociais que partilham dessa condição de **part-society**, apresentam uma não compartimentação dos diversos setores da sua vida social. Como exemplo disto, o autor cita as festas religiosas nas comunidades de pescadores. Elas não só lhes são importantes no plano religioso e espiritual, como também, quanto às necessidades de convívio social, aos lazeres

---

<sup>23</sup>. Também chamados *parelhas*.

<sup>24</sup>. Uma área da praia que forma uma ponta, onde estão concentrados bares e restaurantes.

---

e aos interesses econômicos. Por outro lado, o trabalho se apresenta totalmente integrado às outras atividades destes grupos sociais. Como diz Furtado: ***“O pescador, por exemplo, quando vai pescar está realizando não apenas uma atividade econômica, mas também está realizando um lazer”*** (op.cit: 281).

Durante a observação de um cerco de tainha no inverno do ano de 1993, foi possível observar como a atividade da pesca da tainha ainda está inserida na vida social e cultural do grupo (cabe lembrar que enquanto no passado falava-se de cercos de milhares de tainhas, hoje fala-se de poucas centenas, ou seja, esta atividade está em declínio por razões que procuraremos falar posteriormente). Diversos segmentos da comunidade do Campeche participavam de uma investida sobre um cardume de tainha; a empresa era capitaneada pela rede do Seu Deca. Muitas pessoas estavam na praia observando a investida; outras do alto do Pontal sentadas nos bares esperavam todos na maior expectativa. Repentinamente, percebeu-se da praia a perda do cardume. Logo em seguida, ocorreu uma certa confusão, correm para o espaço da praia pertencente à outra rede, o dono do mini mercado local, e mais uma série de pessoas para acompanhar o cerco que seria realizado pela outra rede que estava à espreita das tainhas. Um comentário de um surfista nesta ocasião tornou possível a reflexão sobre a extensão desta atividade. Ela não só se insere objetivamente no contexto social como atividade produtiva, como também, através da sua dimensão subjetiva. O surfista comentava sobre a paixão dos pescadores pelo mar, e sobre a pescaria como um jogo, onde há rivalidade com alguns ganhando e outros perdendo. Comparava esta paixão à deles próprios, surfistas, os quais perdem a praia e o mar durante a temporada de pesca da tainha<sup>25</sup>.

O quadro apresentado, um modo de vida com suas singularidades e articulado ao sistema dominante, não torna possível a adoção de uma perspectiva dualista, en-

---

<sup>25</sup> O período de maio a junho é considerado como de pesca da tainha, atividade tradicional no Litoral de Santa Catarina. Nesse período, os cardumes de tainha migram do sul para o norte, e as atividades de surfe são proibidas nas praias da Ilha de Santa Catarina. Surfistas e pescadores nesta época brigam literalmente pelos direitos do mar, uma série de conflitos acontecem quando os surfistas desrespeitam a temporada da tainha e entram no mar, é explicitado um conflito entre os dois grupos que no restante do ano não fica tão evidente.



---

carando os pescadores-lavradores enquanto parte de um setor atrasado da sociedade e da economia em oposição a outro mais moderno (Beck,1983). Antes disso, os pescadores-lavradores constituíam um complemento de um setor que se modernizava no caso a pesca - como reservatório de mão de obra e de capital, para a pesca industrial e para as indústrias de pesca, articulando-se, desta forma, com o sistema dominante<sup>26</sup>. A praia, o *locus* deste grupo social, também funcionou durante muito tempo como reserva de terra para a cidade que se expandia.

Esta transformação da atividade pesqueira está também relacionada a um processo mais amplo, quando se consulta os dados relativos à pesca artesanal e à empresarial no estado. Segundo DIEGUES (1988;03), no litoral catarinense, a pesca artesanal tem declinado muito. Em 1975, por exemplo, era responsável por 42% do total capturado no estado. Dez anos depois, em 1985, sua participação em relação à pesca empresarial reduziu-se para 16%. Esta situação tem sofrido um agravamento contínuo a partir da radicalização dos problemas que afetam a produção pesqueira artesanal. Tais problemas são de duas ordens. Aqueles que afetam diretamente o meio ambiente, tais como: a degradação ambiental, a destruição e comprometimento dos recursos naturais, etc. Aqueles ocasionados pela ineficácia das estratégias governamentais em superar os entraves existentes para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais do litoral brasileiro (op. cit.).

Por sua vez, Beck considera que a expansão capitalista no litoral de Santa Catarina está levando a população rural não só a uma mudança no modo de vida, como também, a grosso modo, a se tornar proletária:

---

<sup>26</sup> . Muitos moradores nativos do Campeche foram trabalhar embarcados nos barcos de pesca no sul e em Santos. Segundo W. os primeiros que foram trabalhar na pesca no Rio Grande, partiram do Campeche em meados da década de 1950. Este tipo de migração temporária para trabalhar ocorreu até meados da década de 1980. O próprio W. na década de 1960 esteve por quatro anos trabalhando na pesca na Lagoa dos Patos, onde prestou serviços para um pequeno empresário da pesca que era dono dos meios de produção. Este empresário fornecia ainda alimentação aos trabalhadores, que era descontada juntamente com o custo operacional e de manutenção dos meios de produção do montante conseguido com a venda do produto. O restante era dividido em 30 partes; destas, 10 partes ficavam com o dono dos meios de produção e 20 partes, com os empregados, que eram cerca de 20 (pescadores). W. disse que este trabalho lhe rendeu algum dinheiro, possibilitando uma acumulação. No ano de 62, por exemplo, com o rendimento da pesca, foi possível a compra de uma casa.

---

*“Face ao impasse que sofrem pela expulsão das terras e pelas dificuldades de acesso ao mar essa população se comprime nas praias, constituindo-se em reservatório de mão-de-obra, objeto de espoliação, o que é evidenciado pelo subemprego, pelos baixos preços do artesanato, e pelo desequilíbrio do mercado de trabalho. A migração não é uma alternativa desprezada e numerosas famílias buscam um trabalho nas cidades da GRANFPOLIS ingressando na periferia urbana da cidade de Florianópolis, principalmente.”*  
(BECK:1983;60).

Apesar da análise de BECK (1983) ser de mais de uma década, o quadro atual não parece ter mudado. Pelo contrario, há, cada vez mais, mudanças que apontam na direção da radicalização da situação acima descrita.

O estudo da evolução da população economicamente ativa no setor primário sobre o conjunto da população economicamente ativa no município de Florianópolis pode ser um indicador do processo descrito por BECK. Infelizmente, não foi possível contar com os dados referentes à década de 1990, ainda não publicados até o momento pelo IBGE. Os dados de 1989, a partir de estimativas do CEAG-SC, publicados em 1990 da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina, ao contrário da tendência de crescimento descendente da PEA do setor primário, nas décadas anteriores, apontam para um crescimento ascendente do setor, no período compreendido entre 1980 e 1989 (tabela 01).

**Tabela 01 - Evolução da População Economicamente Ativa - PEA - do Município de Florianópolis - 1970 - 1980 - 1989**

SETOR	1970	1980	1989	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%)	
				1970/1980	1980/1989
<b>Primário</b>	3.490	1.869	2.570	-6,05	3,60
<b>Secundário</b>	6.826	12.985	15.739	6,64	2,16
<b>Terciário</b>	30.169	56.551	68.545	6,48	2,16
<b>TOTAL</b>	40.485	71.405	86.854	5,84	2,20

Fonte: SEPLAN/SC.

A avaliação desta estimativa não foi possível, pois não se teve acesso ao tipo de classificação utilizada para compor os dados. Entretanto, a partir do estudo da evolução da população economicamente ativa no setor primário até a década de 1980, não é possível, tendo como base também a observação empírica, levantar-se a hipótese da reversão do quadro do crescimento descendente da população economicamente ativa no setor primário.

Como se pode verificar na tabela abaixo, há uma clara evidência de diminuição da população economicamente ativa no setor. De 1950 a 1980, pode ser verificada esta decadência decenalmente. Na década de 1960 o percentual da população economicamente ativa no setor sobre a população economicamente ativa total era de 15%; na década seguinte, cai para cerca de 8%, e chega a um inexpressivo percentual de cerca de 2% na década de 1980.

**Tabela 02 - Evolução do Setor Primário no Município de Florianópolis**

Década	PEA Setor Primário	PEA de Florianópolis	%
<b>1960</b>	4.567	29.470	15
<b>1970</b>	3.490	40.485	8,6
<b>1980</b>	1.869	71.405	2,6

Fonte: FIBGE.

Outras pesquisas mostram a proletarização dessa população e ainda como esta vai perdendo também o acesso à terra, tornando-se migrante dentro da sua pró-

---

pria cidade. Este é o caso estudado por LAGO no norte da Ilha, onde a população mais pobre, com a perda do acesso à terra, foi sendo expulsa das áreas próximas da praia, indo se localizar, posteriormente, em outros pontos da cidade - em bairros proletários.

No Campeche, foi possível observar que, cada vez mais, atividades de cunho urbano foram sendo incorporadas, pela população nativa. Dessa forma o universo do trabalho passa a ser identificado com o do urbano. É o caso de uma série de exemplos de mudança de atividade rural para urbana. É comum encontrar filhos de pescadores-lavradores como bombeiros, policiais e soldados da aeronáutica. Por outro lado, ocorrem exemplos de maior ascensão social, como o de um filho de dono do engenho de farinha que, atualmente, comercializa areia, brita, e saibro. Ou o caso da inserção direta na vida política da cidade, com a eleição de um vereador filho de pescador. Ou aquele de um dos informantes, um nativo quem na infância, ajudava o pai na roça e na pesca e hoje é pequeno agente imobiliário.

Fazem-se presentes, ainda, aqueles que conseguiram se inserir na nova ordem em posições subalternas, trabalhando como assalariados ou prestando um sem número de pequenos serviços de média para baixa remuneração para os novos moradores da área.

Assim, dialeticamente, o processo de urbanização está intrinsecamente ligado ao processo de transformação da vida social do grupo pesquisado, quando as relações com a cidade vão-se estreitando nos dois sentidos: é a cidade que chega ao Campeche via infra-estruturas, impactos da urbanização sobre o meio ambiente, valorização do solo urbano, e chegada de uma população de origem urbana; e o Campeche chega à cidade através das conseqüentes mudanças ocorrida na vida social, no cotidiano da sua população nativa, e na identidade social de seus componentes. Estes assumem, na sua elaboração enquanto indivíduos, como sujeitos na sua interação com este modo de vida em mutação, novos valores e hábitos que irão modificar a sua relação com o espaço físico onde estão inseridos, construindo o urbano, nas suas múltiplas dimensões, dentro do Campeche.

---

### **2.3. MUDANÇA NOS VALORES SOCIAIS, TRABALHO E RELAÇÃO COM O SOLO**

Dentro do contexto apresentado, é importante observar como esse processo de transformação social tem suas conseqüências sobre a relação da população com o solo. Este sofre uma mudança a partir do próprio processo de transformação do sistema de valores da população. Ao longo do tempo, com a transformação do sistema de valores da comunidade tradicional, temos a alteração da relação da população com a terra. A terra deixa então de servir para a população nativa diretamente como meio de existência, adquirindo valor de troca; é inserida no mercado de terras.

Coube, então, abrir um espaço para o entendimento do conceito de valor de uma forma mais ampla, dentro de uma perspectiva da formação social, onde determinados valores irão adquirir relevância, em um dado momento histórico. Segundo a filósofa Agnes Heller valor é ***“Tudo aquilo que faz parte do ser genérico homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicação desse ser genérico.”*** (HELLER, 1992:4). Segundo a análise marxista, são considerados componentes da essência humana o trabalho, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana é a realização de forma gradual e contínua das possibilidades presentes no gênero humano. O processo histórico, por sua vez, é o próprio ***“...processo de construção dos valores, ou de degenerescência e ocaso deste ou daquele valor.”*** (op.cit.). O valor é desta forma:

***“...tudo aquilo que em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou***

---

*inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial” (HELLER, 1992:5)<sup>27</sup>.*

O valor é dialeticamente tanto expressão como resultante de expressões de situações sociais. Uma dada categoria essencial poderia conseqüentemente estar submetida a alterações ou, ainda, a alteração desta categoria poderia causar modificações no sistema de valores. Assim, pode-se, a partir do estudo de uma dada categoria, observar as mudanças ocorridas nas esferas componentes da estrutura social e no desenvolvimento dos valores a elas relacionados.

O trabalho, como uma categoria essencial, pode vir a ser analisado no sentido de se observar a transformação de uma dada realidade social. O trabalho não é meramente uma categoria teórica; é, sim, uma atividade básica definidora do indivíduo como ser humano-social (categoria essencial, segundo HELLER). Esta categoria irá também, conseqüentemente, definir e identificar o coletivo através dos modos de vida que elabora.

Neste sentido, na apresentação que Jacob Gorender faz do *Capital* de Marx é colocado este conteúdo antropológico do trabalho humano:

*“...As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercuro humano. O trabalho é portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral.<sup>28</sup> Ou seja , em resumo, o que Marx propõe é a antropologia do homo fabers.”*  
(GORENDER:1983:XXV)

---

<sup>27</sup>. HELLER diz que a substância da sociedade é a própria história, e que esta substância é estruturada em esferas heterogêneas como por exemplo produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, etc.

<sup>28</sup>. Grifo da pesquisadora.

---

A categoria trabalho seria, então, um elemento essencial na elaboração do processo de identidade social de um grupo. As mudanças nas formas de trabalho em cada momento da história, visto ser esta uma categoria ontológica, estão intrinsecamente ligadas às mudanças nas relações de produção e nas relações sociais.

No estudo de caso proposto, foi possível observar que ocorreu uma mudança nas formas de trabalho. O que era em um primeiro momento atividade secundária, com objetivo de apenas contribuir para o orçamento doméstico, foi se tornando pouco a pouco atividade principal. Segundo KAUTSKY, as novas necessidades produzidas pelo meio urbano, com o desenvolvimento da indústria e do comércio, irão penetrar no meio agrícola de forma cada vez mais intensa à medida em que vão-se estreitando as relações entre cidade e campo. Quanto mais este processo avança, mais profunda é a inserção e dependência do camponês numa economia monetizada. E cada vez mais, aumenta a sua necessidade por dinheiro, para a compra tanto de coisas dispensáveis quanto de coisas necessárias: ***“Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro.”*** (KAUTSKY, 1972: 27)

A perda e o parcelamento da terra ameaça de desagregação a pequena produção. Em um primeiro momento, o camponês busca manter a sua condição camponesa através de uma atividade suplementar ou trabalho acessório. Este, de início, ajuda a manter esta condição; depois, passa a exigir a maior parte da energia da família, levando ao descuido com o cultivo da propriedade e a sua conseqüente redução, seja por venda ou por arrendamento. Chega um momento em que o trabalho suplementar deixa de ser acessório e constitui-se na principal fonte de subsistência da família. E o camponês vai-se tornando cada vez mais dependente da economia dominante (LAGO, 1983: 14).

As pesquisadoras BECK(1979) e LAGO(1983) estudaram a inserção de comunidades do interior da Ilha na economia dominante. Elas observaram a transformação das formas de trabalho nestas comunidades. A princípio camponesa, a população destas comunidades vai incorporando a pesca como trabalho principal, fi-

---

cando a lavoura para o “gasto”. Posteriormente, vai ainda incorporando novas atividades, buscando uma remuneração.

No Campeche, observou-se uma transformação das atividades produtivas, constatando-se que a geração anterior, a dos informantes da geração mais velha, era de camponeses e de pescadores. Em ambas as atividades a preocupação básica era com a subsistência; entretanto, eram produzidos na lavoura alguns produtos destinados à troca ou para a venda. Desta forma, com o dinheiro arrecadado, era possível ter acesso a bens que não eram produzidos no local.

Segundo Beck, é a partir do século XX, com a expansão capitalista e a gradativa inserção das comunidades de pescadores-lavradores em uma economia monetizada, que a pesca torna-se uma atividade comercial definida nos termos da pequena produção mercantil. O processo de expansão capitalista não se dá de maneira uniforme em todas as comunidades do litoral de Santa Catarina. Enquanto em algumas ele ocasionou a modernização dos meios de produção e do aproveitamento do produto, em outras, por outro lado, teve pouco impacto sobre a atividade em si, permanecendo os utensílios de trabalho e as embarcações semelhantes aos tradicionais com baixo nível produtivo (BECK:1983).

O Campeche parece inserir-se nesta última categoria, a atividade pesqueira ainda hoje utiliza meios de produção tradicionais, com baixa produtividade. Segundo o relato dos moradores mais velhos, ela apresenta-se como parte integrante do seu cotidiano desde as suas lembranças infantis. O informante E. (considerado um dos mais velhos), relatando sua atividades, quando jovem, diz: **“Eu vendia leite, tinha duas vaquinha muito magra, tirava treis lito..., trei garrafa...”**, perguntado, porém, se exercia estas atividades na infância, diz: **“...quando era pique-no num tinha nada disso, papai criou nois na tarafa...”**. No passado, a pesca era realizada basicamente com a tarrafa<sup>29</sup>, para a subsistência do grupo. E. faz

---

<sup>29</sup> As tarrafas eram confeccionadas artesanalmente a partir de fibras de ticum, uma planta encontrada no local. **“As folhas de ticum devem ser curtidas na água durante uma semana. Depois passa-se um pente que desfia em fibras bem finas. Essas tiras são colocadas numa roca para torcer os fios que são posteriormente trançados num fiandeiro.”**(DIAS,1994:50)



---

um relato da sua primeira experiência com o cerco da tainha, atividade coletiva mais sofisticada de pescaria<sup>30</sup>:

*"Um ano..., era piqueno ainda, era rapazote, chegou munto peixe aqui. Então, papai foi buscá uma rede lá no Pantano do Sule, vei aremo pur fora"(...) "prá cercá, então cercô, matô parece um mile e poco, um mile e cem, tinha munto peixe, a tainha num deu lá vei dá aqui."*

A pesca da tainha era um fato episódico na vida da comunidade, a pesca de cerco de tainha só começa bem depois na juventude do informante.

**\_ "E quando começou? É recente a rede, pesca de rede aqui no Campeche, né? Né muito antiga não?..."**

**\_ "Não, né muito antiga, não. É...foi poco tempo prá cá. (pensa um pouco para responder)...tem trinta ano<sup>31</sup> rede aqui. Naquele tempo, num tinha."**

**\_ "Foi cum Seu Deca mesmo que começou a pesca da tainha, aqui de rede?"**

**\_ "Não, primeramente foi cum pai do Deca. Seu Rafaeli. Ele murreu ficou pro Deca. Agora o Deca morreu ficô pro filhos."**

**\_ "Quem começou então foi a família do Seu Deca..."**

**\_ "Foi."**

---

<sup>30</sup> A pesca da tainha é uma modalidade particular de pescaria. Para desovar, esse peixe se desloca, em cardumes, desde o Rio Grande do Sul em direção ao norte. Os homens ficam, durante a temporada de pesca da tainha (maio e junho), em ranchos de pesca na praia. É uma atividade realizada em grupo, com uma clara divisão do trabalho. Eles têm funções hierarquicamente determinadas com o dono dos instrumentos de trabalho (da rede e do barco, próprios para este tipo de pescaria) no comando do processo de trabalho. Abaixo do dono, vem o patrão responsável pela coordenação do processo de trabalho; é ele que dá as ordens na praia. Em seguida, vêm os remadores e os camaradas.

<sup>31</sup> Este dado deve ser relativizado. O informante, segundo ele mesmo, fez noventa anos; o Seu Deca ao morrer (há cerca de dois anos), devia ter 86 anos. Então, a pesca de cerco deve ter-se dado no Campeche antes do tempo colocado pelo informante, já que começou, segundo ele, com o pai do Seu Deca.

---

O avô do informante, por sua vez, tinha um sítio próximo à praia relativamente auto-suficiente. A terra naquela época, segundo o informante, ainda era boa. Falando desse sítio, E. diz: “...**então, lá tinha fartura de farinha, fartura de leite, fartura de café, juntava cuma varetinha, cafezinho de casquinha, café in bago, né?...**”. Na agricultura, os produtos que mais se destacavam era a mandioca para a produção de farinha, a melancia, o café, e o milho<sup>32</sup>. Produzia-se ainda o óleo de mamona e a cestaria utilitária; as mulheres confeccionavam rendas de bilro e teciam em teares manuais<sup>33</sup>.

A divisão social do trabalho entre a agricultura e a pesca no passado não era tão evidente; obedecia mais critérios familiares relacionados à própria sobrevivência do grupo social. Enquanto algumas famílias dedicavam-se a uma agricultura de subsistência rudimentar, aliada à pesca também de subsistência, outras tinham na lavoura a sua principal fonte. O próprio informante E. relata nas sua memórias a sua participação tanto na pesca quanto na lavoura.

#### **Com relação à pesca:**

**\_ “Mas, o Senhor nunca trabalhou com a pesca? ou trabalhou?”**

**\_ “Trabaei!...Eu trabaei no Campeche<sup>34</sup>, quinze noite!...Eu fiquei, até qui me deu um resfriado, um...lá é munto frio...”**

**\_ “Onde, lá na praia?”**

---

<sup>32</sup>. Segundo E.: “...**quase todo mundo tinha ingem, fazia farinha a boi**”(...)“**melancia dava muito aqui no Campeche**” (...)“**O..., meu avô tinha uma roça lá na beira do campo, pru lado de lá...**”

<sup>33</sup>. Segundo o informante E., cobertor é uma peça que vem sendo utilizada apenas recentemente. No passado, para a mesma função, eram utilizadas mantas tecidas no tear manual. Segundo Franklin Cascaes, esta era uma tarefa feminina: “**Geralmente, a profissão obrigatória feminina era o tear. O homem cuidava da agricultura e da pesca e a mulher tecia e batia o algodão, descaroçava o algodão, fiava, torcia, ensarilhava, dobrava, urdia e depois levava a trama para o tear. Era serviço exclusivo de mulher. Vestidos, camisas, colchas, panos diversos, tudo era feito em casa, inclusive a cores.**” (CASCAES:1988,38). No início da colonização açoriana, no século XVIII, a tecelagem doméstica foi bastante significativa. O litoral de Santa Catarina tornou-se, por esta época, auto-suficiente na produção de tecidos, destacando-se a produção em algodão e linho. A Coroa Portuguesa, sob pressão inglesa, proibiu a produção de tecidos no Brasil, promovendo a a destruição dos teares (BECK:1983).

<sup>34</sup>. Campeche era o nome primeiramente dado a Ilha em frente à praia, a origem do nome E. não sabe.

---

*“Não, no Campeche, no rancho.”...“No Campeche, durmimo lá, pescado lá, pescando garopeta, rede de maia... rede de ... de maia prá fundeá, pegar sororoca -agora, tá dando sororoca aqui- mas a rede era fraca, era pode, piquena tumbém, tudo in canoa.”*

Com relação à lavoura:

*“Eu era munto malandro mermo, né? me mandavo prá roça, eu ia era prá casa dusoto.”*

A inserção da produção local na economia dominante era realizada através da venda de farinha de mandioca e de melancias<sup>35</sup>, que eram transportadas em carros de bois, escoadas através de caminhos rurais, até os barcos ancorados no manguezal do rio Tavares; de lá eram encaminhadas ao centro da cidade pelos córregos do manguezal e pelo mar da baía sul. Também o óleo de mamona era produzido no local e transportado pelos próprios produtores. O informante E. relatou como era fabricado artesanalmente o azeite:

*“Era sucado no pilão, pelas mulhé e home também sucava...Lá no meu avô tinha dois tachos. Um grande, de cobre, e o outro mais pequeno. Então aquela mamona, sucava sucava...Pega a massa...a depois bota a frever no tacho, cum lenha grossa. “(...)”ele freve aquela troxa, aquele bagaço, dentro de um tacho grande, né? Bota aquelas duas paçoconas, dentro. Depois de bem frivido, ele é parar, ai tem uma olhada, ai eles tira cum pire aquela olhada toda, cata toda, bota num tacho mais piqueno...depois daquele tacho bota noto fogo outra vez...cum lenha grossa, né? Daqui a pouco, quando então elas conhece, né? mete um pau...bota pertim do fogo, o fogo pula! Ah, tá bom...tira fora. Adois butou in garrafa...”*

---

<sup>35</sup>. A partir das entrevistas (com os mais velhos) foi possível detectar que os produtos que eram mais comercializados no passado eram a farinha de mandioca e a melancia.

---

Eles saíam de casa, e ainda estava escuro (por volta de meia noite) para levar a produção de *azeite* até o “*convento das irmãs*” no centro da cidade. Estas compravam toda produção, cada garrafa custando 600 réis. Iam caminhando chegando ao centro. No convento, ainda no escuro, entregavam o óleo, e tomavam um *bom café* servido pelas irmãs. O dinheiro arrecadado com a venda do azeite era utilizado na cidade para a compra de itens que não eram produzidos localmente, como os tecidos, o sal, o charque, e a lingüiça.

***”Ai, a gente ia prá loja cumprá riscadinho, prá fazê calça prá home, camisa...E, cumprá pano americano, pano branco, né? pá fazê cueca, pás mulhé fazê saia...”(...) ”comprava carne seca, ..., cumprava açúcar grosso, naquela época agente cumprava açúcar grosso, ...”***

Na nossa pesquisa, foi possível perceber que com o passar do tempo começa a ocorrer uma divisão de trabalho. Alguns da geração dos mais velhos foram-se identificando mais com a lavoura, participando da pesca da tainha; outros realizavam cada vez mais a pesca, como também iam incorporando outras atividades que, juntamente com a lavoura, poderiam ser classificadas como acessórias. Segundo o informante V., seu pai nunca havia trabalhado em pescaria, porém haviam pescadores no Campeche:

***”Então, o povo tumbém trabalhava na roça e na pescaria, otonum trabalhava na pescaria só na roça, e otos vizinho, trabalhava na pescaria e trabalhava na roça. As vezes, matavo peixe, dispois do peixe tá in casa já guardado, ai iam fazer farinha. Ai paravo a pescaria iam plantar, dispois da planta tá grande, tá crescendo já iam pescar”***

Na relação entre a teoria e o empírico, a partir tanto das leituras como das entrevistas realizadas na área de estudo, foi possível constatar que a categoria traba-

---

lho, como parte do processo de transformação social, vai definir e distinguir a identidade social. No Campeche, a transformação do modo de vida dá-se concomitante às mudanças ocorridas em relação às atividades exercidas pela comunidade. Desta forma, é possível considerar que o entendimento do processo de transformação das atividades no Campeche é um indicador de mudanças nos modos de vida. As transformações ocorridas neste universo do trabalho de rural em urbano irão estreitar ainda mais a relação da área com a cidade, e irão ainda contribuir para modificar os valores do grupo social. Segundo Marx, citado por LEFEBVRE:

***“A maneira por que se manifesta a vida dos indivíduos reflete (sic) com grande exactidão o que eles são. O que eles são coincide assim com a sua produção, quer com o que produzem quer com a maneira por que o produzem”***  
(LEFEBVRE:1972,39).

De forma genérica, o trabalho e a linguagem caracterizam a vida humana, e permitem o desenvolvimento da vida social. Por outro lado, é no processo de singularização do sujeito<sup>36</sup>, por meio do qual, ele interage ativamente com o mundo social. Ele irá adquirir competência social, ou seja, estará apto a viver em sociedade. Neste processo, o sujeito apropria-se, dentro da vida cotidiana<sup>37</sup>, ***“...da linguagem, dos hábitos, dos sistemas de uso de objetos e dos sistemas de valores e normas concretas que mediatizam as relações deste sujeito com o mundo social.”***  
(LASTÓRIA:1994,19)

Isto fica claro a partir das entrevistas, quando o informante V. e sua mulher M. colocam a sua posição quanto aos filhos não trabalharem na roça, e a insegurança da lavoura.

---

<sup>36</sup>. A filósofa Agnes Heller, citada por LASTÓRIA (1994,19) considera este processo de singularização do sujeito como de construção da própria *individualidade*.

<sup>37</sup>. LASTÓRIA, considera que HELLER caracteriza como vida cotidiana propriamente dita, o que define como ***esfera das objetivações em si***, ou seja um nível indispensável à reprodução da vida em sociedade.

---

**\_** "Achava melhor se eles tivessem continuado com o trabalho na roça?"

**M:** *"Não, melhor lá né? Porque agora os terreno foi tudo vendido... Não, tem mais lugar prá plantá... Onde é que eles iam vivê?"*

**V:** *"É na roça tem isso... Um dia você ganha mais, o to você ganha menos. Também tem mês qui você num ganha nada... Tem ano bom, tem ano ruim... Tem muita chuva, tem muita seca... Tem isso tudo!..."*

Com relação à mudança de atividade e o processo de urbanização em curso obteve-se o seguinte diálogo com C., irmão de V.:

**\_C.:** *"A gente fazia muita farinha porque tinha muita gente qui plantava, sabe? Agora, hoje, num tem quem planta"*

**\_** "Num tem quem plante ou num tem lugar de plantar?"

**\_C.:** *"Agora, posso dizer qui num tem lugar. E também num tem, o povo num planta."*

**\_** "O que começou primeiro? falta de lugar prá plantar, ou gente que não queria plantar?"

**\_C.:** *"Di primero tinha munto terreno aí prá plantá... Di primero, tinha, tinha terreno di sobra, mas hoje num tem."*

**\_** "Quando tinha terreno de sobra, o pessoal continuava plantando, ou já não plantava mais?"

**\_C.:** *"Di primero o povo plantava muito, tinha muito ingem de farinha..."*

**\_** "E aqui no Campeche como é que começou a acabar esse negocio dos engenhos? O pessoal deixou de querer plantar?"

**\_C.:** *"Foi vendendo... foi vindo estudo, foi vindo emprego...né?"*

---

A própria fala do entrevistado demonstra tanto o processo de mudança do modo de vida como, também, que eles percebem o caráter irreversível de tal transformação. Não é que o *peçoal* deixou de querer plantar, é a vida que muda: veio estudo, veio emprego, a terra foi sendo vendida. As conseqüências do processo de urbanização para a vida da população local, segundo os entrevistados, têm aspectos contraditórios. Ao falarem do modo de vida do passado, dão a ele significados relacionados às idéias de *sacrifício*, *dificuldade* e *atraso*<sup>38</sup>, como também de *saudade*, de onde é possível afastar qualquer perspectiva romântica de análise do passado. A vida urbana é vista como provedora de benefícios, tais como: o estudo, o emprego, as melhorias em termos de infra-estrutura (luz, transporte, etc.), e ao acesso às novas oportunidades. Por outro lado, os aspectos de conflito são também apontados, entre eles: as questões relativas à falta de segurança que o espaço urbano proporciona, em contraposição à vida rural, que é mais pacata; e a mudança dos hábitos e costumes observados no local (*respeito* aos mais velhos e aos bens alheios, pudor e recato feminino, etc.).

#### **2.4. DE VALOR DE USO A VALOR DE TROCA, A TERRA TRANSFORMADA EM TERRENO:**

De um filho de pescador-lavrador, atualmente pequeno agente imobiliário local, obteve-se a seguinte resposta quando se perguntou sobre as plantações de melancia existentes no passado em um determinado local:

***“-Agora, tudo isto é terreno.”***

Esta afirmativa expressa o significado que tem atualmente a terra para os moradores do Campeche, incluindo-se neste contexto tanto a população vinda de fora quanto a nativa. Para a comunidade nativa, a construção do espaço urbano no local tem como consequência, sobre o seu sistema de valores, uma nova relação com o solo. Este deixa de ter a condição de suporte para a produção e para a

---

<sup>38</sup>. Na alimentação também se fazia sentir as dificuldades da vida passada, segundo E. *“...era tainha escaldada cum café di manhã inte dinoite, hoje já si tem um pãozinho...”* (conversa anotada no diário de campo).

---

subsistência do grupo social, passando a garantir remuneração a partir da sua alienação, inserindo-se no mercado de terras da cidade. O espaço urbano que se constrói no Campeche é, pois, o resultado histórico da substituição do seu **valor de uso** pelo seu **valor de troca**, com o solo sendo transformado em produto a ser mercantilizado. De espaço qualitativo, no qual os homens se reconhecem, passa a espaço quantitativo e abstrato, isto é, valor de troca. Desta forma, a **terra** transforma-se em **terreno**.

A terra, enquanto meio de trabalho, fornecedora tanto de instrumentos de trabalho como de matéria prima, ou seja, valores de uso, é então substituída pela cidade. A gênese do urbano é uma etapa de uma gênese mais ampla que é a do valor de troca generalizado, do mundo da mercadoria e do dinheiro, no mundo do capital (LEFEBVRE:1972,108). “...*O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana...*” (LEFEBVRE:1991,06). A sobrevivência do grupo social passa a ser garantida por atividades remuneradas. A terra, por sua vez, de valor de uso passa a um *status* de mercadoria. Através da sua venda no mercado, torna-se possível adquirir bens e objetos que também são encontrados à venda.

Segundo Marx, na mercadoria está implícito tanto o valor de uso quanto o valor de troca, em relação dialética entre si. Os valores de uso são, na nossa sociedade, os portadores materiais do valor de troca (MARX, 1983: 46). Sobre este duplo caráter da mercadoria diz o autor:

*“Até aqui a mercadoria tem sido considerada sob dois pontos de vista: o de valor de uso e de valor de troca, mas em ambos os casos de modo unilateral. Contudo, a mercadoria como tal é unidade imediata de valor de uso e valor de troca; ao mesmo tempo ela é mercadoria somente relacionada com outras mercadorias. O relacionamento efetivo das mercadorias entre si é o seu processo de troca. É neste processo*



---

*social que entram os indivíduos independentes entre si, mas eles atuam aí apenas como possuidores de mercadorias; o modo multilateral de ser de um para o outro é o modo de ser de suas mercadorias, e assim eles aparecem de fato como portadores conscientes do processo de troca.*

*A mercadoria é valor de uso: trigo, linho, diamante, máquina, etc., mas como mercadoria ela não é, ao mesmo tempo, valor de uso. fosse ela valor de uso para o seu possuidor, isto é, fosse ela imediatamente meio para a satisfação de suas próprias necessidades, não seria mercadoria. Para ele (seu possuidor), ela é, pelo contrário, um não-valor de uso, a saber, mero portador material do valor de troca, ou simples meio de troca; como portador ativo do valor de troca, o valor de uso torna-se meio de troca. Ela continua sendo valor de uso para ele, mas apenas como valor de troca. Por isso como valor de uso, ela precisa ainda vir a ser, isto só para os outros. Não sendo ela valor de uso para o seu próprio possuidor, é valor de uso para possuidores de outras mercadorias."... "Para vir a ser valor de uso, a mercadoria precisa confrontar-se com a necessidade particular para a qual é objeto de satisfação. Os valores de uso das mercadorias vêm a ser, portanto, valores de uso, mudando de lugar por toda parte, saindo das mãos que a utilizaram como meio de troca para as mãos que a utilizam como objeto de uso." (MARX, 1978: 146).*

A terra como meio, valor de uso, deixando a sua condição de suporte para a produção primária e para a subsistência do grupo social dentro de um modo de vida rural, passa a ter valor de troca para este mesmo grupo social, sendo para este mercadoria. Esta mercadoria será ainda valor de uso para aqueles que irão procurar uma terra barata em locais com amenidades próximo ao centro da cidade. Esta mercadoria, **terrenos**, por sua vez, tem para esta população urbana que

---

chega ao local, em um primeiro momento, valor de uso. Ao longo do tempo, o circuito da mercadoria se estabelece, caracterizando a produção do espaço urbano na área. Segundo LEFEBVRE, ***“O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com outras coisas, com todos os objetos e todas as coisas, ‘no mundo das mercadorias’ ”***(1972:125/126).

Segundo HARVEY, ***“O solo e suas benfeitorias são na economia capitalista contemporânea mercadorias”***(HARVEY,1980:135). Diz o autor que a utilização do método marxista de colocar valor de uso e valor de troca em relação dialética entre si traz uma nova perspectiva aos estudos geográficos e sociológicos do uso do solo, traçando uma ponte entre as abordagens espaciais e econômicas dos problemas de uso do solo (op.cit:134/135).

O economista SINGER considera a utilização do espaço uma mercadoria ***“sui-generis”***, já que o uso do solo na economia capitalista é regulado pelos mecanismos de mercado. Tal acesso, segundo o autor, é ganho ***“...mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico”*** (SINGER, 1979:04).

Sabe-se, entretanto, que o *capital* imobiliário não faz parte efetivamente do processo produtivo, já que o espaço é ***“...apenas uma condição necessária de qualquer atividade portanto também da produção”*** (op.cit.). Desta forma, o solo em si não se constitui meio de produção, sendo o *capital* imobiliário um falso capital ***“...ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem da sua valorização não é a atividade produtiva mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável aquela atividade”***(op.cit).

Segundo o entrevistado L., no Campeche, antes da pavimentação da estrada de acesso, a terra não tinha ***“...valor comercial nenhum...”***. A fala do pesquisado revela o impacto da transformação do sistema de objetos, aqui representado pela melhoria na infra-estrutura local, o que possibilitou uma maior relação da popula-

---

ção com a cidade. Sobre a relação da população nativa com a terra, no passado, relacionando-a com a relação com a terra que se estabelece no presente, L. presta o seguinte depoimento:

*“...então as pessoas , inclusive, lá daquela região, quando o filho casava, que ele não tinha terra, alguém dava terra: -não, vá lá... pega um pedacinho de terra prá ti, monta a tua casa. As terras não eram vendidas eram doadas, né? E mais recentemente (...) Agora, com a instalação do cabo de fibra ótica, aqui na nossa cidade a Embratel, prá instalar um trailer lá no Campeche, ela esteve nos cartórios, é..., fazendo um levantamento de quem pertencia a área, já que tinha um ação na justiça, né? tinha os donos de bares, e tem um proprietário, um que se diz proprietário que tá com ação na justiça. E a Embratel, então, ela conseguiu, é..., nos cartórios que aquele terreno não pertence nem esse qui tá com ação na justiça, nem aos donos de bares, pertence uma outra família, da qual eu faço parte,(...),é... qui eles fizeram um termo de comodato com o antigo cabo submarino, a Wester Telegraphic, e... foi um termo de comodato e não uma venda, eles pensavam qui tinham vendido. E, então, a própria Embratel resgatou esta área..., eles tinham feito um termo de comodato, os caras pagaram, um ...,e acharam que tinham vendido, né? (...)Prá se vê qui as pessoas não davu valor, né? (...) esse valor imobiliário, apareceu mais recentemente.”*

A transformação social ocorrida no Campeche foi decisiva para a produção do seu espaço urbano, demonstrando que a construção do valor da terra urbana é uma construção social. É possível também afirmar que o processo de mudança de valor da terra para a população local foi um dos indutores da construção do urbano no local. A construção da malha, como resultado deste processo, deu-se de duas formas: Primeiro, pela venda de terras pela própria população nativa com a mudança do seu modo de vida e do valor desta terra para este grupo social. Isto re-

---

sultou em desmembramentos dos lotes rurais, ou seja, divisão destes lotes em **terrenos**. Estes desmembramentos foram realizados seja pelos próprios nativos para a sua venda já como lotes urbanos, ou, posteriormente, pelos novos donos. Em segundo lugar, a produção de malha ocorreu através da invasão e apropriação de áreas de preservação por grileiros e especuladores com o loteamento destas terras para ocupação e venda.

Neste processo de alienação da terra, as relações estabelecidas entre vendedores e compradores também se modificam, na medida em que a terra é incorporada pelo circuito imobiliário. Se no passado as relações eram diretas, conhecendo-se o dono da terra de quem se estava comprando, sem se ter dúvidas sobre a sua idoneidade, hoje, com o processo de grilagem, não se tem isto claro. As terras são apropriadas e vendidas de forma ilícita, ou mesmo como qualquer tipo de produto à venda no mercado. Na entrevista com V, foi obtido o seguinte depoimento sobre o assunto:

*“...E naquele tempo, tinha isso: S’eu vendia um terreno prá você, ou você vendia prá mim, essa pessoa tá vendendo um terreno prá você... compreende? Eu qu’era vizinho, tava cá di fora...- tava ali pur perto, mais sabia qui o terreno era dela... qui você tava cumprando...Eu ainda assinava di tistimunha, como ela tava vendendo o qui era dela, num era coisa robada. Tá intendendo? quer dizer, qui ela robou do seu fulano prá correr e vender prá você, não. Ela tava vendendo o qui era dela mesmo. Coisa séria, coisa pura. E eu aqui também tava ajudando assinando, como que se tava comprando coisa boa, coisa séria.”...”Agora, hoje, tão vendendo terreno ai, como se vende uma galinha pu oto...Merma coisa qui ir ali na venda, comprá uma galinha no supermercado e já chegá in casa e prepará, pá!..”*

---

Assim, como se pode observar, a indignação do entrevistado com o processo de venda de terras, demonstra a inserção destas, de forma lícita ou não, no mercado. A terra entra no circuito e, como mercadoria, no processo de venda, deixa de se ter qualquer relação pessoal entre comprador e vendedor. Não há, desta forma, mais nenhum controle do processo de compra e venda por parte da população local.

## **2.5. O CAMPECHE DE HOJE**

O resultado do processo de urbanização acima descrito modificou não só os hábitos e os valores da população nativa, como também, a própria composição da população do bairro. Hoje, esta população pode ser considerada como fundamentalmente urbana, e é composta, na sua maioria, por moradores que se transferiram recentemente para o local. A opção por uma casa própria tornou-se possível a partir da disponibilidade de terrenos a baixo custo, resultado de uma forma de apropriação da terra, na sua quase totalidade, a partir da grilagem e do parcelamento irregular, sem a devida regulação pela administração pública do uso e da ocupação do solo.

Através dos dados obtidos dentro da pesquisa realizada pelo CECA<sup>39</sup>, em 1995, foi possível, elaborando-se tabelas temáticas, ter uma avaliação quantitativa do perfil da população que reside atualmente no Campeche, confirmando algumas hipóteses levantadas a partir da observação e da pesquisa qualitativa. Foi realizada pelo CECA no bairro uma amostragem em 119 residências, das quais 81,5% são próprias, localizadas em diversas ruas do Campeche, constituindo um universo de amostragem bastante amplo.

---

<sup>39</sup> O CECA/SC, Assessoria Popular e Alternativa, uma organização não governamental, realizou o projeto "*Levantamento e Divulgação de Informações Sobre a Realidade Sócio Ambiental da Ilha de Santa Catarina*", financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente. Nesta pesquisa, no sentido de obter dados sócio-ambientais primários, realizou uma pesquisa por amostragem em três comunidades na Ilha, entre elas, o Campeche. Essas informações, como também outras que se encontravam dispersas - teses, relatórios, diagnósticos, etc. - estarão em breve à disposição dos pesquisadores para consulta.

Pode-se constatar, consultando essas tabelas, que a maioria das residências pesquisadas, 65,5%, é ocupada por famílias que vieram do próprio município de Florianópolis. Deste percentual, 50% mora no Campeche há dez anos ou menos. O restante das residências, 34,5%, é ocupado por famílias oriundas de outras localidades fora de Florianópolis. Destas, a maior incidência da origem é de municípios localizados em Santa Catarina, 33%, e no Rio Grande do Sul, 25,6%. A grande maioria, 95,1%, mora há menos de dez anos no bairro, e 85% tem dez anos ou menos de moradia na cidade, como pode ser verificado nas tabelas abaixo (tabela 03, tabela 04, e tabela 05).

**Tabela 03 - Origem dos Moradores do Campeche**

Origem	Frequência	%
Florianópolis	78	65,5%
Fora de Florianópolis	41	34,5%
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

**Tabela 04 - Tempo de Moradia no Campeche - Moradores Oriundos de Florianópolis**

Faixa (anos)	%
de 1 a 10 anos	50%
de 10 a 20 anos	10,3%
de 20 a 40 anos	28,2%
mais de 40 anos	9,1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

**Tabela 05 - Tempo de Moradia no Campeche - Moradores Procedentes de Outros Municípios**

Faixa (anos)	%
de 1 a 10 anos	95,1%
mais de 10 anos	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

---

As famílias que migraram para Florianópolis tiveram como uma das motivações principais para mudar de cidade a procura de emprego: 34,1%. Um percentual significativo das famílias, 19,5%, migrou porque outros parentes já moravam no município.

**Tabela 06 - Motivos da Migração para Florianópolis**

Causa	%
Parentes Moravam	19,5%
Procura de Emprego	34,1%
Procura de Recursos	9,8%
Outros	36,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

Do total de famílias entrevistadas, a grande maioria mora em imóveis próprios (**tabela 07**). Esta constatação confirma a hipótese de que o Campeche tornou-se uma opção na cidade para a construção da casa própria e para o estabelecimento da habitação, o que vem dar ao local uma característica de bairro, e não de balneário.

**Tabela 07 - Propriedade do Imóvel**

Casa	%
Alugada	15,1%
Cedida	3,4%
Própria	81,5%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

Com relação o grau de escolaridade desta população, a pesquisa constatou que na faixa de 25 a 50 anos um alto percentual, 34%, não havia finalizado o primeiro grau. Entretanto, o percentual acumulado de casos de pessoas que continuaram os estudos depois do primeiro grau é também alto, chegando a 66 %. Destes, 29% haviam completado o segundo grau, e 11% haviam concluído o curso supe-

rior (**tabela 08**). De onde pode-se concluir que, na amostra, a escolaridade dos adultos é significativa.

**Tabela 08 - Escolaridade Idade>24 e Idade<50**

Escolaridade	%
1º Grau incompleto	34,0%
1º Grau completo	14,0%
2º Grau incompleto	8,0%
2º Grau completo	29,0%
Superior incompleto	4,0%
Superior completo	11,0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

A partir da pesquisa qualitativa e, depois, confirmado pelos dados obtidos na amostragem do CECA, pode-se considerar que o universo do trabalho da maioria da população moradora no Campeche tem caráter eminentemente urbano. Na amostragem, as atividades exercidas pela população no sentido de gerar renda são atividades de cunho urbano realizadas, principalmente, distante do local de moradia com um tempo médio de deslocamento de casa até o trabalho em torno de 50 minutos. O transporte mais utilizado para o deslocamento é o coletivo (ônibus), com 47,6%; o carro próprio é utilizado apenas em 19,2%. Como pode ser verificado abaixo (**tabela 09**), uma série de atividades foram listadas, principalmente no setor terciário. Nenhum dos entrevistados declarou como principal fonte de renda atividades primárias.

**Tabela 09 - Principal Atividade Geradora de Renda**

Atividade	%
Comercio e serviços	78,6%
Profissão liberal	4,5%
Aposentadoria	4,5%
Doméstica/do lar	2,8%
Estudante (bolsa de estudos)	3,9%
Aluguel de imóveis	1,7%
Produção de bens	1,7%
Desempregados	1,7%
Sem resposta	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.



A concentração maior dos entrevistados por faixa de renda encontra-se entre mais de um até dois salários mínimos, que corresponde a cerca de 23% do total. É significativa, ainda, a faixa entre mais de dois salários e quatro salários, cerca de 20%. Entretanto, há um percentual alto, de cerca de 17%, que tem uma renda até um. salário mínimo. Desta forma, pode-se considerar que mais de 60% dos entrevistados estão numa faixa de rendimentos de até quatro salários mínimos<sup>40</sup>. A partir de seis salários mínimos, os percentuais correspondentes às faixas de renda vão diminuindo significativamente (**tabela 10**), de onde pode-se concluir que a maioria da população local, apesar de ser razoavelmente instruída, não tem rendimentos significativos.

**Tabela 10 - Faixas de Renda em Salários Mínimos (SM)**

Faixa	%
até 1 SM	17,05%
> 1 SM até 2 SM	23,04%
> 2 SM até 4 SM	20,74%
> 4 SM até 6 SM	14,29%
> 6 SM até 8 SM	10,14%
> 8 SM até 10 SM	7,37%
> 10 SM até 20 SM	5,99%
> 20 SM	1,38%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

A participação comunitária em grupos e/ou associações na comunidade, no entanto, deixa a desejar. Segundo a amostra, cerca de 74% dos jovens não participa de nenhum grupo ou associação da comunidade; nos adultos do sexo feminino, este percentual sobe para 79% , chegando a mais de 80% nos adultos do sexo masculino.

**Tabela 11 - Participação Comunitária**

Categoria	Participa de Grupos na Comunidade	Não Participa
Jovens	25,5%	74,5%
Adultos - Sexo Masculino	19,5%	80,5%
Adultos - Sexo Feminino	21%	79,0%

Fonte: CECA.

<sup>40</sup>. Considerando-se a época da aplicação dos questionários, segundo semestre de 1995, cerca de 60% dos entrevistados estariam numa faixa de renda até cerca de 500 dólares.

A resposta à pergunta referente aos principais problemas encontrados no bairro indica uma clara preocupação com a infra-estrutura do mesmo. Junto à problemática da falta de pavimentação (17,6% dos entrevistados colocaram este como o principal problema do bairro), é elencada uma série de problemas desta ordem, tais como: esgoto, energia elétrica, lixo, água, os quais somados atingem, juntamente com a pavimentação, 37%, o que pode ser verificado abaixo (**tabela 12**).

**Tabela 12 - Problemas do Bairro**

<b>Problema Mais Grave</b>	<b>%</b>
Drogas	21,8%
Pavimentação	17,6%
Creches	11,8%
Saúde	9,2%
Esgoto	8,4%
Transporte coletivo	6,7%
Energia elétrica	4,2%
Água	3,4%
Lixo	3,4%
Lazer	0,8%
Violência	0,8%
Não sabe	3,4%
Não tem	7,6%
Outro	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

As drogas, por não serem um problema aparente a olho nu, devido à sua ilegalidade, surpreende com relação ao percentual de indicação, 21,8%, como o principal problema. Tal percentual chega a ser superior àquele referente ao item pavimentação. Na pesquisa qualitativa, nas entrevistas com os moradores, observou-se que o uso de drogas no bairro, principalmente entre os jovens, vem-se tornando um fator preocupante. Alguns dos entrevistados da segunda geração de nativos relataram os problemas que enfrentaram com os filhos, que haviam iniciado o consumo de drogas. Segundo os entrevistados, tais hábitos foram adquiridos pelos jovens nativos a partir do contatos com os novos valores da vida urbana.

É interessante ainda verificar que, apesar do item lazer ter um pequeno percentual de indicação, 0,8%, os moradores, quando perguntados sobre o que fazem

nas horas de folga e nos finais de semana, definiram poucas opções de atividades de lazer, demonstrando um empobrecimento do que se realiza no tempo livre.

As crianças colocam o seu maior interesse na opção das brincadeiras infantis (pipa, bola de gude, etc.): 45,1%. O segundo maior percentual de indicação é ver televisão (19,7%), logo em seguida, jogar futebol (14,1%) e ir à praia<sup>41</sup>. A prática de esportes encontra um percentual pequeno, 2,8%, o que provavelmente decorre da inexistência de equipamentos coletivos no bairro adequados para este fim, como também da dificuldade de deslocamento desta faixa para tais atividades em outros locais (**tabela 13**).

**Tabela 13 - Opções de Lazer- Crianças -**

OPÇÃO	%
Brincadeiras	45,1%
Ver televisão	19,7%
Jogar futebol	14,1%
Ir à praia	12,7%
Praticar esportes	2,8%
Outros	5,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

Os jovens, segundo a amostra, optam pelas festas, 26,9%, pela praia, 26,9%<sup>42</sup>, e pelo futebol, 21,2% (**tabela 14**). Já os adultos acusam um alto percentual no item ver televisão, que chega a quase 40% das indicações, seguido da praia, 21,8%<sup>43</sup>, e do genérico passear, 12,7% (**tabela 15**).

**Tabela 14 - Opções de Lazer - Jovens -**

Opção	%
Festas	26,9%
Ir à praia	26,9%
Jogar futebol	21,2%
Praticar esportes	7,7%
Passear	5,8%
Ver televisão	3,8%
Ir para o bar	1,9%
Outros	5,8%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

<sup>41</sup>. Esta opção torna-se difícil fora do período das estações da primavera e do verão, pelas baixas temperaturas e pelo vento sul, frequente na porção sul da Ilha.

<sup>42</sup>. Ver nota 28.

<sup>43</sup>. Idem a 29.

**Tabela 15 - Opção de Lazer - Adultos -**

<b>Opção</b>	<b>%</b>
Ver televisão	30,9%
Ir à praia	21,8%
Passear	12,7%
Festas	10%
Trabalhos manuais	3,6%
Pescar	3,6%
Jogar futebol	3,6%
Praticar esportes	1,8%
Ir para o bar	0,9%
Outros	10,9%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: CECA.

Como conclusão deste item, pode-se dizer que a população que predomina hoje no Campeche tem como marca de sua identidade os valores urbanos, não possuindo mais uma identidade cultural marcante que a ligue ao seu local de moradia e que a defina como um grupo homogêneo. Desta forma, pode-se dizer que ela não mais se define como uma comunidade, estando hoje mais próxima de um bairro em formação.

Esta população tem uma clara preocupação com a falta de infra-estrutura encontrada no local. Na sua maioria, da classe trabalhadora, com uma pequena faixa de renda que não lhe garante o acesso às facilidades da vida urbana, depende fundamentalmente de investimentos públicos para a realização de melhorias no bairro. Entretanto, de uma forma geral, encontra-se desarticulada para resolver os seus problemas, já que não participa de grupos formalizados de participação. O seu potencial de educação formal não lhe garantiu *a priori* um nível de renda significativo, como também, a conscientização do seu papel de vanguarda na luta pela formação do bairro, garantindo-lhe qualidade de vida, acesso às infra-estruturas urbanas e a equipamentos de consumo coletivo.

---

***CAPÍTULO 3***

***O PÚBLICO E O PRIVADO  
NO CAMPECHE***

---

---

### ***3. O PÚBLICO E O PRIVADO NO CAMPECHE***

---

Neste capítulo estudar-se-á como se dá a relação entre espaços públicos e privados no Campeche, definindo-se os conceitos utilizados na abordagem da questão do espaço público e sua importância na construção da cidadania. Tratará ainda de fazer uma síntese do processo de apropriação dos espaços públicos no Campeche e de se traçar considerações sobre o proceder do planejamento dos espaços públicos como referência histórica na construção do lugar.

#### ***3.1. O USO PÚBLICO E O USO PRIVADO NO CAMPECHE***

A substituição dos antigos **gêneros de vida** no Campeche com sua inserção na sociedade urbana, adquirindo um modo de vida urbano com valores urbanos, deixa de garantir a qualidade original de áreas a partir do uso que lhes era conferido no antigo gênero de vida. No caso estudado, pode-se perceber um caso particular de urbanização com uma certa semelhança com a cidade liberal do início da Revolução Industrial. Lá, como no caso do Campeche, não estavam estabelecidas as regras de convívio social, a relação público e privado no uso e na ocupação do solo urbano. Só que já se vão três séculos da invenção da máquina a vapor. Aqui as regras existem; entretanto, são desrespeitadas, manipuladas ou estão em contradição com as próprias tendências de ocupação do solo.

No Campeche, muitos espaços de uso coletivo para pastagens ou ainda áreas de plantio demarcadas apenas por gravatás<sup>44</sup> foram sendo gradativamente transformados em **terrenos**. A legislação em vigor (Lei 2193/85), que considera a grande parte da área como de expansão rural não impediu que este processo ocorresse. A falta de fiscalização, ou mesmo a conivência da fiscalização, permitiu um sem número de desmembramentos irregulares que deram ao Campeche, entre outras características deste tipo de ocupação, uma malha urbana inadequada com pou-

---

<sup>44</sup>. Vegetação da família das bromeliáceas usadas para a delimitação de propriedades.

---

ca integração, e com poucos acessos perpendiculares à praia na área mais próxima ao litoral. A ocupação da orla ocorreu com a privatização de muitos pontos da faixa de dunas e das restingas (**ilustração 10**).

As áreas planas mais distantes da praia, cobertas por vassourais, e que já haviam sido desmatadas no passado com a finalidade de uso agrícola, foram, em um primeiro momento, preteridas em função das dunas e das restingas. A proximidade ao mar e o fato de serem de propriedade da União (sem um proprietário claramente e fisicamente definido) tornaram tais áreas mais atraentes aos olhos de grileiros e especuladores, os quais realizaram parcelamentos irregulares.

Na faixa de terras do Campeche Central, próxima à avenida Pequeno Príncipe em direção ao Morro das Pedras, os desmembramentos, iniciados em meados da década de 80, seguiram a conformação dos antigos lotes rurais paralelos à praia. Tais lotes foram desmembrados, na sua maioria, integralmente sem nenhuma previsão de acessos transversais. Mais recentemente, início dos anos 90, na área próxima à SC 405, os desmembramentos ocorreram a partir da rodovia em direção perpendicular à praia, seguindo ainda os lotes rurais próximos à rodovia. O curioso é que o processo de produção destas malhas ocorreu de forma independente, não existindo, apesar destas áreas estarem relativamente próximas, integração entre elas (**ilustração 11**). Por outro lado, em tais parcelamentos de caráter irregular, excetuando as ruas para acessar os lotes, não houve previsão para a disponibilidade de espaços de uso coletivo.

As dunas e as restingas são áreas de preservação ambiental resguardadas através de legislação específica em várias instâncias: desde a legislação federal (Código Florestal e Lei de Proteção da Fauna e da Flora) até a legislação estadual e municipal. Mesmo assim, foram invadidas e loteadas, alvo de um intenso processo de grilagem e ocupação. Algumas delas, mesmo não estando atualmente ocupadas, encontram-se cercadas, funcionando como estoque de terras para

---

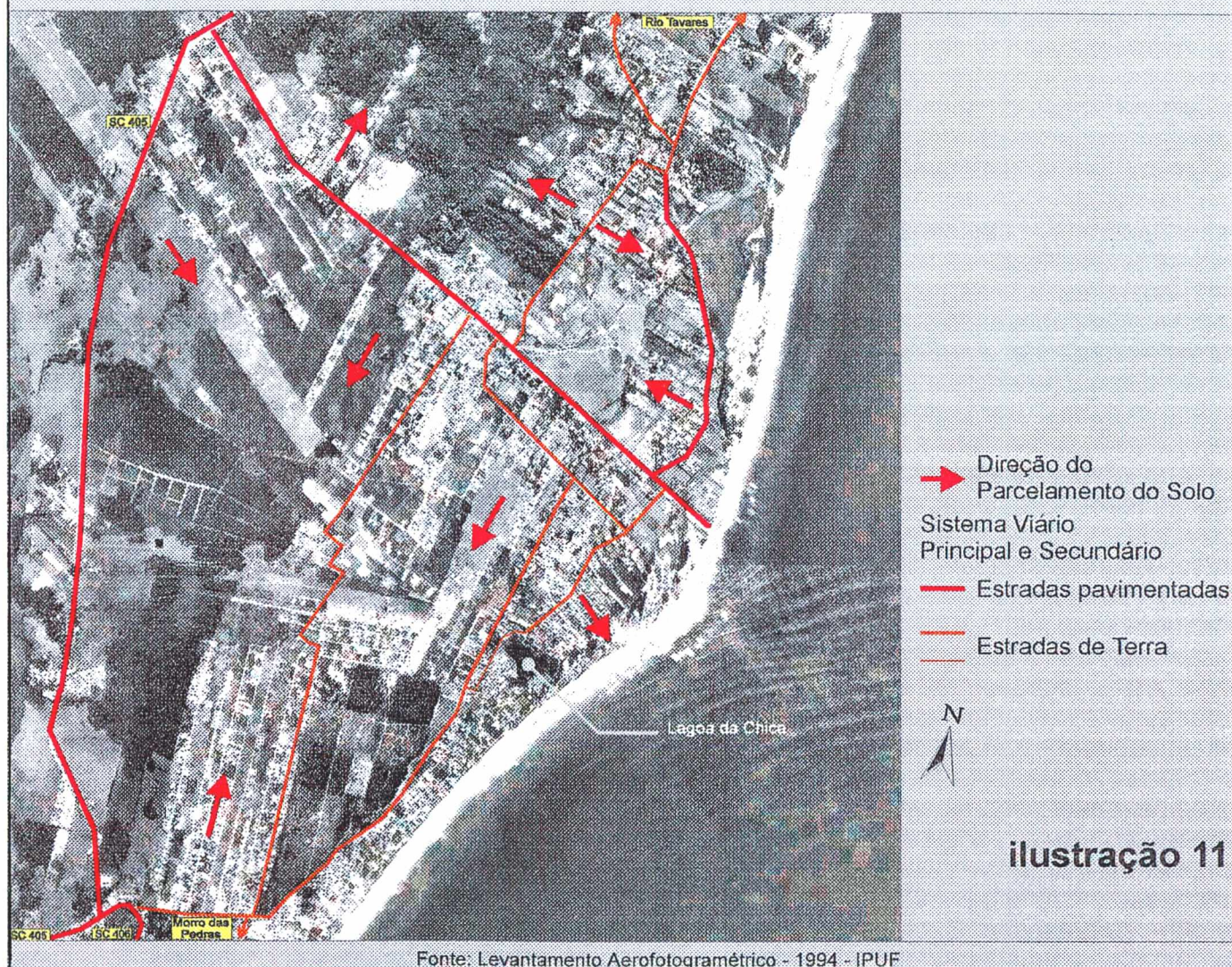
**ILUSTRAÇÃO 10 - PRIVATIZAÇÃO DE DUNAS E RESTINGAS**

---





## PRODUÇÃO DA MALHA URBANA



---

valorização. Outras, apesar de serem alvo constante de especulações, continuam parcialmente preservadas através de novos usos, que as requalificam como públicas.

No passado, esses ecossistemas foram respeitados pela cultura de pescadores-lavradores, que deles se utilizavam basicamente como áreas de passagem para a praia, como pastagem, e para guardar os seus instrumentos de trabalho nos ranchos de pesca à beira-mar. Era inconcebível para os nativos pensar na faixa de dunas (combros) e nas restingas como local para se edificar. A observação da natureza lhes demonstrava serem estes locais vulneráveis às ações das forças naturais. As dunas, pela constante ação eólica e a restinga por ser naturalmente o local para onde eram drenadas as águas superficiais.

As áreas públicas foram se tornando assim cada vez mais restritas, invadidas e apropriadas por interesses privados. Acabaram se restringindo às ruas, de caixa bastante exíguas, servidões sem passeios e a praia. Nesse processo, no solo urbano recém criado, os limites entre o **público** e o **privado** foram sendo estabelecidos em função não de interesses coletivos, mas sim de interesses individuais e privados, ocasionando uma conseqüente destituição de um equilíbrio preexistentes no local entre duas geografias: a da vida pública e a da vida privada.

Entretanto, segundo HELLER (1992), determinados valores podem ser conservados, mesmo não tendo um caráter dominante na estrutura social. É o caso aqui da permanência de determinados locais no Campeche, que subsistem ao processo de valorização econômica do solo, constituindo-se como áreas de uso público, ficando aparentemente fora do circuito do mercado de terras. Há, assim, a conservação do valor destas áreas para o uso coletivo da população local.

Segundo HELLER, o processo de construção dos valores, ou seja a explicitação dos valores como desenvolvimento da história. Neste processo, em determinados momentos, alguns valores alcançados perdem a sua importância relativa, podendo, entretanto, subsistirem, preservados de uma ou outra forma, para reaparece-

---

rem em importância em outros momentos da história (HELLER,1992:10). Diz a autora:

*“Enquanto a humanidade não atinge um determinado estágio, não tem existência o incremento axiológico correspondente ao mesmo. Quando o valor constituído numa determinada esfera ou num determinado sentido perde a altura ou estágio alcançado, passa a existir apenas como possibilidade, mas não é inteiramente aniquilado. Podem variar as formas de sua subsistência; pode acontecer que desapareça uma forma de vida existente em inteiras comunidades (por exemplo a democracia ateniense), mas grupos reduzidos ou mesmo indivíduos (como os estóicos e epicurianos, no caso do exemplo) preservarão a maioria dos valores daquela forma de vida, inclusive através de longos períodos estéreis da história ou mesmo em épocas de predomínio de outros valores”.* (HELLER, 1992: 11,12)

A permanência de valores de uso para tais áreas, ocasionou que elas fossem sendo, ao longo do processo de urbanização anteriormente descrito, qualificadas e requalificadas como públicas. A própria população as foi definindo através dos usos sucessivos que fazia destes espaços; seja no antigo **gênero de vida**, como áreas de uso comum<sup>45</sup> para pastagem, plantio, passagem; seja em um momento de transição (quando algumas delas vêm sendo invadidas com o intuito de privatização) com usos que vão desde as antigas atividades até o lazer, com campos de futebol, aeromodelismo, jogos infantis, etc. Tais espaços constituem-se como de particular importância para a resignificação dos interesses coletivos na construção de um novo ethos da comunidade em formação no Campeche.

---

<sup>45</sup>. Nazareno Campos define como **terras comuns** o mesmo que **ager publicus**, ou seja terras que são utilizadas como suplemento da propriedade individual por diversos proprietários fundiários, que não exercem sobre ela uma propriedade comum.(CAMPOS:1991,42/43).

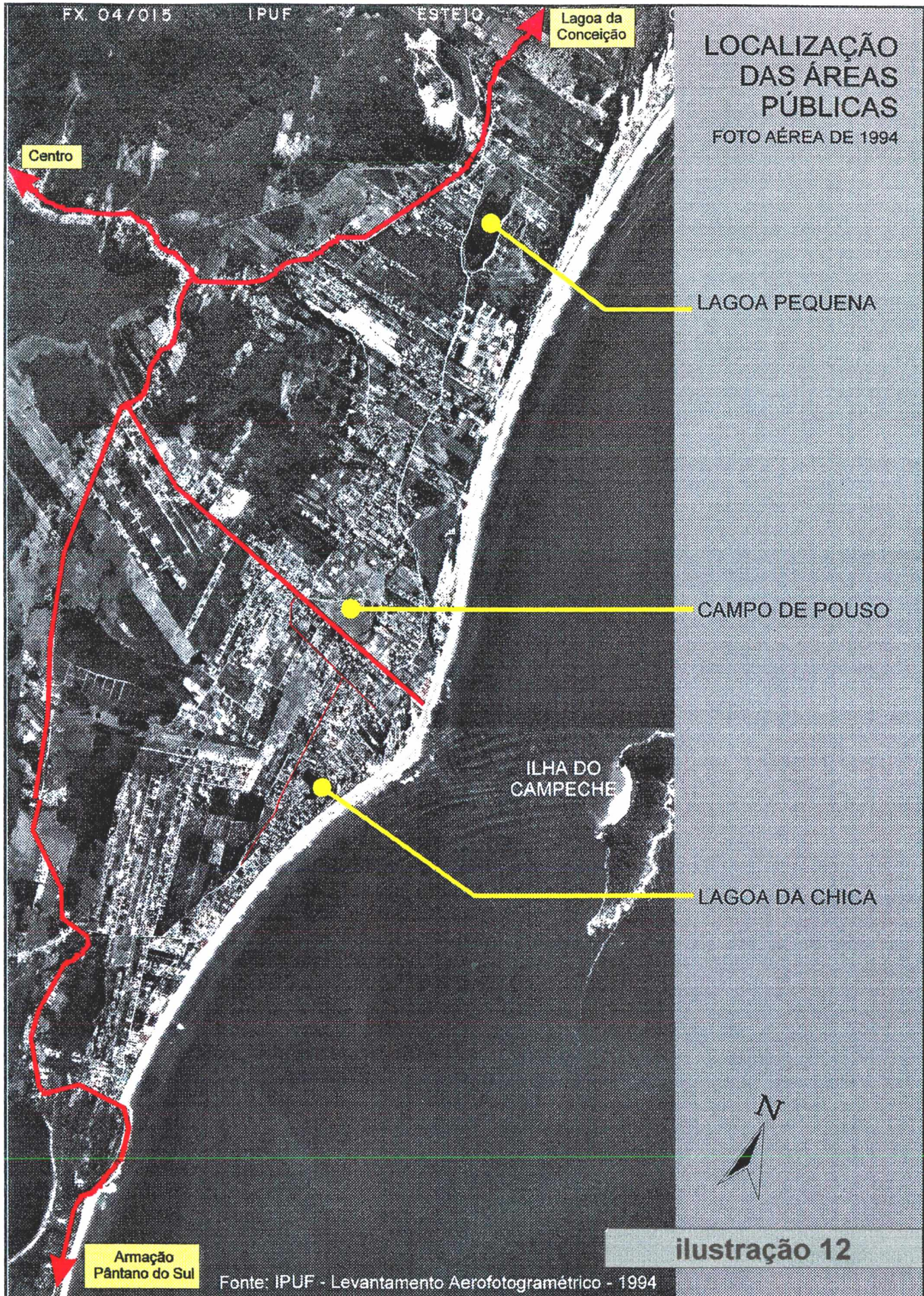
---

As restingas, a Lagoa da Chica e a Pequena, as dunas e o antigo campo de pouso do correio aéreo são áreas que permanecem no imaginário dos habitantes do Campeche e da cidade como áreas públicas ou, como coloca o direito romano, propriedade acessível a todo cidadão (**ilustração 12**). Muitas histórias e lembranças referem-se às duas lagoas e ao Campo como referências locais.

A população consolidou essas áreas como públicas garantindo-as como valor de uso. Foi através da reivindicação de setores desta população que tal uso público foi formalizado com a criação dos parques municipais da Lagoa Pequena e da Lagoa da Chica pelo decreto municipal de número 135/88.

A criação da Associação de Moradores do Campeche - AMOCAN, em 1989, já em decorrência de um processo de reivindicações, trouxe no seu bojo a discussão da apropriação dos espaços públicos, e a necessidade de se tomar medidas no sentido da sua preservação. A forma de defesa tomada pela AMOCAN se revestiu, de início, de um sentido ambientalista e de defesa dos interesses coletivos, unindo os interesses de moradores nativos com o dos novos moradores preocupados com as conseqüências do processo de urbanização no bairro. Segundo entrevista com L, vereador, nativo e filho de pescador, a AMOCAN teve como objetivo ser um canal, alternativo ao Conselho Comunitário, politicamente diferenciado, no sentido de se pensar os interesses coletivos da comunidade. Diz L. sobre a formação da AMOCAN:

*“A gente é filho de pescador e a partir do momento que viu a pesca predatória através das parselhas de barcos de pesca, né? e as próprias defesas da praia a gente começou a desenvolver um trabalho guri ainda, né? nessa preservação. A associação de moradores, ela já foi mais recente, né? e aí ela não contou mais com nativo, né? mais com toda uma pessoa... pessoal que já morava lá...” “Junto com os nativos e as pessoas que lá chegavam a gente começou a traba-*



---

*lhar.”, “O conselho de Moradores era mais ou menos um grupo, né? que lutava por interesses pessoais o interesse coletivo era deixado de lado, em virtude disso então surgiu a associação de moradores”, “A associação de moradores que veio, e veio desenvolver aquilo que mais comunidade precisava, né? que era a defesa dos interesses coletivos, e ela veio e fez um trabalho, e teve como bandeira, principalmente, a defesa do meio ambiente, a defesa das nossas lagoas, das dunas, da praia, porque nesse momento já começava a ocorrer a ocupação das dunas, né? que já tinham sido ocupadas, pelo menos do lado sul do Campeche e a ocupação da Lagoa Pequena, né? e da Lagoinha da Chica, né? mais isso era um processo que já tinha, estava bastante desenvolvido. Então, um ponto alto da associação, além das reivindicações da infra-estrutura prá comunidade, né? ela teve um ponto forte e principal mesmo, a defesa do meio ambiente...”*

Entretanto, o decreto 135/88 e as ações de defesa do meio ambiente, encamiñadas pela AMOCAN como também pela Associação de Surf<sup>46</sup>, não resguardavam a Lagoa da Chica e a Lagoa Pequena do interesse e da cobiça dos especuladores. Depois de 1988, terras, dentro dos limites dos parques, continuaram sendo invadidas com aterros e desmatamentos sem a devida fiscalização dos órgãos públicos.

### **3.2. A QUESTÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

A definição da **esfera pública** no espaço físico da cidade, ou seja, do chamado **espaço público**, é um tema que vem preocupando vários autores<sup>47</sup>. O advento

---

<sup>46</sup>. Os surfistas tiveram um importante papel na defesa do meio ambiente do Campeche. A criação Associação de Surf do Campeche, em 1986, incorporou nos seus estatutos, junto aos itens referentes ao esporte, itens referentes ao meio ambiente e à preservação ambiental.

<sup>47</sup>. Em MELO(1990), e ARANTES(1993) encontrou-se uma série de referências sobre o tema com a indicação de autores que foram posteriormente consultados no original. Entre estes autores: *Richard Sennet (O Declínio do Homem Público)*, *Hannah Arendt (A Condição Humana)*, *Jürgen Habermas (A Mudança Estrutural da Esfera Pública)*. Outro excelente material sobre o tema é o artigo publicado na revista *Tântalo*, fruto de palestra proferida por *Marshall Berman*, no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, em 1993.

---

da cultura de massas tende a ser visto como um fator que põe em risco o espaço público como um lugar privilegiado das trocas sociais e da alternância livre e direta da palavra. A cidade é o lugar geográfico do espaço público, e apesar da ameaça da perda desta sua característica na privatização do público, neste momento da história, acredita-se na possibilidade de reversão desse quadro. Neste sentido, procurou-se entender o significado destes conceitos.

Segundo HABERMAS, as categorias **público** e **privado** têm origem na Grécia e nos foram transmitidas em sua versão romana. Nas definições do Direito Romano, a esfera pública é **res pública**, ou seja, a propriedade que é acessível ao povo em geral. Diz o autor:

*“Na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da PÓLIS que é comum aos cidadãos livres (KOINÉ) é rigorosamente separada da esfera do OIKOS, que é particular a cada indivíduo (IDIA). A vida pública, BIOS POLITIKOS, não é, no entanto, restrita a um local: o caráter público constitui-se na conversação (LEXIS), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (PRÁXIS), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros.”*  
(HABERMAS, 1984:15).

É no **OIKOS**, na esfera privada, que se garante com pudor o necessário à manutenção da vida. Em contraposição a ela, na **PÓLIS**, reina a liberdade, um campo livre para que, através da conversação dos cidadãos entre si, as coisas se verbalizem e se configurem. HABERMAS coloca ainda a importância do estudo do que entendemos e subsumimos **“sob o título esfera pública”**, visto que considera ser esta uma das categorias centrais da nossa sociedade(op.cit.:16,17).

Segundo ARENDT, **“o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.”** (ARENDT:1993,62). A **esfera pública** é o **“mundo comum”** e como tal

---

reúne-nos na companhia uns dos outros evitando, entretanto, que colidamos uns com os outros. Diz ainda a autora, que o que torna difícil suportar na sociedade de massas é que o mundo entre as pessoas tenha perdido a capacidade de mantê-las juntas, de fazê-las relacionarem-se entre si e, ao mesmo tempo, mantê-las separadas (op.cit). O que define o caráter da esfera pública é a sua característica de transcendência. A sua permanência é garantia para a existência de um espaço público, que reúna os homens e os faça estabelecer uma relação entre eles. Sobre isto diz ARENDT:

*“Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais.”* (op.cit:64)

A chamada **sociedade** seria, para ARENDT, uma esfera onde os interesses privados assumem importância pública. Neste processo, ocorre o empobrecimento do caráter de transcendência do espaço público, e sua substituição por interesses particulares. Tais interesses eram, na antigüidade clássica, restritos ao doméstico. Diz a autora:

*“O que chamamos anteriormente de ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza.”* (op.cit.:78)

Para BERMAN (1993:14/19), a idéia de **espaço público** nasce na Grécia, no quinto e sexto séculos A.C., e está vinculada ao crescimento da democracia nes-



---

sa sociedade. A cidade grega que mais expressava esse momento da sua história era Atenas, **"...cidade com espaço público mais impressionante..."** (op.cit:15), era ainda a maior cidade Grega, a mais democrática, a que tinha a cultura mais desenvolvida em termos de auto-consciência. O espaço que expressava este processo era a **Ágora**. **"A Ágora era uma espécie de planalto em volta do morro da Acrópole"<sup>48</sup>**, sua função essencial era a de mercado para a cidade, **"...era o lugar onde todos tinham que ir para fazer compras."** Uma de suas características é que não se **"...conseguia distinguir os patrões ou os donos dos seus escravos...Todos estavam misturados ali, juntos..."** (op.cit.:16). Esse espaço privilegiado foi não só berço da democracia grega, como também, da sua arte e da sua filosofia, pois permitia o encontro e a troca de idéias entre as pessoas que a freqüentavam. BERMAN coloca, ainda, a perda do sentido de pertinência a um determinado lugar exatamente pela falta de referências particulares do lugar, fazendo com que os lugares se pareçam entre si. Chama atenção à importância de se recuperar tais referências, ou seja: **"... ajudar as pessoas a recuperarem a sua Ágora e o acesso a ela."** **"...restaurar uma sensação de local, para que as pessoas passem a saber onde estão."** (op.cit:19).

A construção da cidadania passa pelo reconhecimento do lugar como parte da própria história do cidadão; por outro lado, o lugar sem história conduz à alienação. Assim, não é possível a estruturação de uma identidade cidadã sem um lugar de reconhecimento. Segundo SANTOS:

**"Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação."**

(SANTOS:1987,61)

---

<sup>48</sup>. A Acrópole, na cidade de Atenas, na Grécia antiga, estava localizada na parte mais alta da cidade, e era onde estavam situados os edifícios religiosos.

---

Neste sentido, a definição do **espaço público** passa pela identificação do seu significado histórico para a população e a sua importância para a existência social desta na construção do seu ethos, especialmente no que diz respeito à elaboração de uma identidade cidadã. Finalizando, repetindo o que já foi dito no início deste tópico, este espaço só assim poderá ter a chance de vir a se tornar: *...um lugar privilegiado das trocas sociais e da alternância livre e direta da palavra.*

### **3.3. O PLANEJAMENTO E A CONSTRUÇÃO DO LUGAR**

Como resgatar no planejamento das cidades o equilíbrio rompido pelo processo de urbanização entre espaço privado e espaço público? Esquecer o passado e considerar as manifestações ainda existentes do antigo gênero de vida como últimos suspiros de um doente que agoniza? Projetar uma nova cidade considerando o passado como inexistente, e irrelevante<sup>49</sup>, partindo para uma concepção *ideal* de cidade, dentro de um referencial funcionalista, que se coloca no direito de conceber os **espaços públicos** sem levar em conta a sua história?

As respostas para estas questões estão sendo encaminhadas no decorrer do trabalho, definindo-se um enfoque no planejamento das cidades, onde o rebatimento espacial da **esfera pública** é pensado a partir da leitura do próprio espaço construído historicamente. Só a partir daí dever-se-ia proceder à intervenção, levando-se em consideração a construção social do espaço.

Neste sentido, GREGOTTI nos traz a noção de lugar como espaço *antropogeográfico*, ou seja, como ele mesmo define, *“o ambiente modificado pelo trabalho e pela presença do homem”<sup>50</sup>*, uma paisagem construída historicamente, e cuja percepção é também construída historicamente. Assim, esta noção de lugar define-se para além do mero espaço físico, como algo delimitado e instaurado

---

<sup>49</sup>. Na apresentação do **Plano de Desenvolvimento-Campeche** para setores do corpo docente da UFSC, um dos autores do projeto considerou irrelevante a história da área, já que não existiam elementos *significativos* e o projeto para a área se propunha a atrair uma população com outra composição.

<sup>50</sup>. O autor coloca que a sua definição do conceito difere daquela do geógrafo Friedrich Ratzel, o qual buscava entender a influência do ambiente geográfico sobre a atividade humana.

---

não só pelo trabalho humano como também pela atividade simbolizadora do homem (GREGOTTI,1975:61/104) e (ARANTES,1993:126). Na ação projetual, GREGOTTI propõe como método de projetar não construir o ambiente físico com o objetivo de influenciar ou dirigir o comportamento humano; longe disto, o que propõe é a leitura dos valores simbólicos do ambiente para os grupos sociais e realizar a atividade projetual, tornando disponível tal ambiente físico para a vida humana (op.cit.).

Seguido o mesmo enfoque, ROSSI diz que a cidade é a memória coletiva do povo, e, estando esta memória ligada a fatos e a lugares, diz que **“...la ciudad es el locus de la memoria colectiva”**. Para este autor, o que determina a identidade dos lugares é o seu valor histórico, enquanto memória coletiva, a própria relação que a comunidade tem com o lugar, e o significado simbólico que este adquire para ela. Ao fazer referência do significado do lugar na antigüidade clássica, diz ROSSI:

***“La elecion del lugar para una construcción concreta como para una ciudad, tenía un valor preeminente en el mundo clásico; la situación, el sitio, estaba gobernado por el genius loci, por la divinidad local, una divinidad local, una divinidad precisamente de tipo intermedio que presidía cuanto se desarrollaba en ese mismo lugar.”*** ROSSI (1976)

Dessa forma, para que o lugar se converta em objeto de projeto, deve ser precedido pela sua eleição, por parte da população, através do valor que esta lhe delega, pelo uso que dele faz. Isto confere a tal lugar um caráter especial entre outros do território.

Já HUET considera a importância da delimitação rigorosa do espaço público e do espaço privado no projeto urbano, no sentido de garantir a flexibilidade do tecido urbano. Critica a monumentalidade sem referências, sem relação com a hierarquia simbólica coletiva, resgatando o caráter simbólico do espaço público e das

---

instituições da cidade para a construção da orientação e da compreensão do espaço pelos seus habitantes. Acredita o autor que *"...o monumento ou a escultura servem somente para confirmar um lugar já predestinado pelo próprio espaço e pela própria função"* (1986,86).

### **3.4. OS PLANOS PARA O CAMPECHE**

O planejamento urbano é em tese um instrumento orientador do desenvolvimento do espaço urbano. Ao Poder Público Municipal caberia disciplinar o seu desenvolvimento, buscando o controle sobre o uso e a ocupação do seu solo, estabelecendo os limites dos interesses individuais, submetendo-os às necessidades da coletividade (SANTOS:1990). O planejamento urbano deveria ser, pois, um instrumental público de controle do uso do solo.

A planície onde se encontra o bairro do Campeche tem sido, desde a década de 1970, alvo de propostas por parte do poder público com relação ao destino do uso e da ocupação do seu solo. Tais propostas foram expressas em planos urbanos objetivando o direcionamento da expansão urbana de Florianópolis, onde o Campeche constituía-se como uma alternativa.

Tal preocupação foi concretizada em três momentos distintos em três diferentes planos, a saber: **Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis** (1969/1972) e **Plano Diretor** (1976); **Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina** (1985); **Plano de Desenvolvimento - Campeche** (1992).

A crítica que se faz a esses planos é que os mesmos foram incapazes de estabelecer limites para os interesses privados, como também, de estabelecer normas de ordenamento territorial voltadas para os interesses públicos. Tais planos foram concebidos desvinculados de uma abordagem que levasse em conta a produção social do espaço, negando, muitas vezes, os territórios construídos pelas práticas concretas dos cidadãos. Não foram observados, assim, os limites colocados pela realidade e pela participação da população diretamente interessada.

---

Fica claro no decorrer da análise dos planos que o espaço urbano foi neles considerado através da construção de modelos idealizados distanciados da realidade.

A discussão estabelecida entre o órgão de planejamento urbano municipal, o IPUF, e outros setores que se propõe a desenhar o espaço urbano do Campeche parece no mínimo insólita. A questão que se coloca não é a da pertinência deste ou daquele modelo<sup>51</sup>. Não é um questão teórica ou abstrata sobre um espaço também abstrato. É, isto sim, um encaminhamento concreto de planejamento e de desenho para um espaço urbano em formação, um bairro que já vem construindo a sua história e seus próprios referenciais.

### ***3.4.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (1969/1972) E PLANO DIRETOR (1976)***

O primeiro desses planos, o **Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis**, elaborado entre 1969 e 1972, foi encomendado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis ao Escritório de Planejamento Integrado - ESPLAN -<sup>52</sup>. Tal plano, realizado em pleno governo militar dentro de uma conjuntura política marcadamente autoritária, foi traçado a partir de uma estratégia nacional de fortalecimento das cidades de porte médio e de ordenamento das metrópoles regionais. Essa política de desenvolvimento urbano era orientada nacionalmente pelo Serviço Público de Habitação e Urbanismo- SERPHAU -, cuja competência em centralizar o planejamento urbano em um sistema nacional de planejamento lhe foi atribuída pela Constituição Federal de 1967.

---

<sup>51</sup>. O jornal Sul da Ilha estabeleceu uma polêmica entre o prof. Luís Felipe Gama Lobo D'Eça e o IPUF, sobre a responsabilidade dos rumos tomados pela urbanização do Campeche. Em resposta no número 4 desse periódico, o IPUF argumenta da seguinte forma: *"O ideal do Prof. Gama D'Eça é Le Corbusier, um homem que odiava as cidades e queria substituir ruas cheias de convívio humano por torres de apartamentos ou condomínios fechados, 'máquinas de morar' desumanas e alienantes. O ideal do IPUF é a cidadania, os espaços na escala humana, conservando a natureza, preservando o convívio da rua e os valores da comunidade local, a exemplo do que pregam urbanistas atuais como Kevin Lynch, Janes Jacobs e..."* (Jornal Sul da Ilha:1995)

<sup>52</sup>. O ESPLAN tinha como idealizador Luís Felipe da Gama Lobo D'Eça, militar reformado, engenheiro/arquiteto, professor aposentado da UFSC. O grupo do ESPLAN, participou na Universidade Federal do Núcleo de Estudos Catarinenses, e, atualmente, com a aposentadoria de Luís Felipe da Gama Lobo D'Eça, encontra-se vinculado ao INCEPI, cujo coordenador geral é o próprio Gama D'Eça.

---

O plano tinha como objetivo estratégico: a integração da capital do Estado de Santa Catarina com o seu território, neutralizando a atração exercida pelas capitais dos estados vizinhos (Porto Alegre e Curitiba) através da construção da Br 282; e a integração desta capital com o território nacional via construção da Br 101. Isto aliado a uma proposta de *desenvolvimento* para a cidade de Florianópolis, promovendo uma maior integração com o continente a partir da reestruturação do sistema viário. Segundo o ESPLAN: “...o futuro do Estado de Santa Catarina como Estado Federado está intimamente ligado à capacidade da Capital de polarizar a sua integração e o seu desenvolvimento.”<sup>53</sup>. Diz ainda o texto do plano:

*“... reformulação da estrutura urbana micro-regional, principalmente a de Florianópolis, com a proposta da construção de novas ligações Continente-Ilha, como medidas fundamentais capazes de romper o ciclo vicioso de subdesenvolvimento da capital.”* (ESPLAN:1970)

O plano idealizava uma estratégia de desenvolvimento que se baseava na:

*“1. ... transformação de Florianópolis num grande e moderno Centro Urbano capaz de promover a autonomia do Estado de Santa Catarina e de catalisar o seu desenvolvimento integrado; 2. ...integração do Estado de Santa Catarina com fundamento e a partir do desenvolvimento da região da capital e de todo o litoral; 3. ...desenvolvimento harmônico de todas as microrregiões catarinenses; 4. ...planejamento da Grande*

---

<sup>53</sup>. O que torna singular o estado de Santa Catarina é a sua rede urbana. Ela está de tal forma estruturada que regionalmente se destacam cidades, não havendo, assim, uma metrópole estadual. muito menos a sua capital. O Prof. D'Eça ao falar na UFSC sobre o trabalho do ESPLAN, durante um debate em 1991 sobre o projeto da via expressa sul, promovido pela Câmara de Vereadores e UFSC, usou uma metáfora curiosa, referindo-se, dentro da sua concepção, à necessidade de fazer gerar uma capacidade de polarização na capital do Estado. Dizia que toda constelação tem um sol, uma estrela maior, o estado de Santa Catarina deveria também ter, por sua vez, uma metrópole, uma cidade, a capital do estado que brilhasse sobre as outras.

---

***Florianópolis integrado nos grandes objetivos estratégicos estaduais” (ESPLAN:1970)***

A planície onde se encontra localizado o Campeche foi alvo nesse plano de uma ambiciosa proposta de expansão urbana, o chamado ***Setor Oceânico de Turismo***, que é apresentado no plano apenas de forma descritiva. Tal projeto objetivava a urbanização da costa atlântica da Ilha - Campeche, Rio Vermelho e Ressacada-para o uso residencial e turístico ***“...com aproveitamento total de um cenário natural de rara beleza.”*** O centro do projeto seria a criação de um canal navegável de ligação entre a Lagoa da Conceição e o Rio Tavares, permitindo assim a circulação de embarcações da baía Sul à lagoa da Conceição (ESPLAN:1970;54). Aqui, a idéia das marinas já se faz presente com a recomendação da área ***“... receber tratamento semelhante a de bairros residenciais da Flórida nos EE.UU., onde, no fundo dos lotes residenciais, é possível a atracação de embarcações de turismo.”***

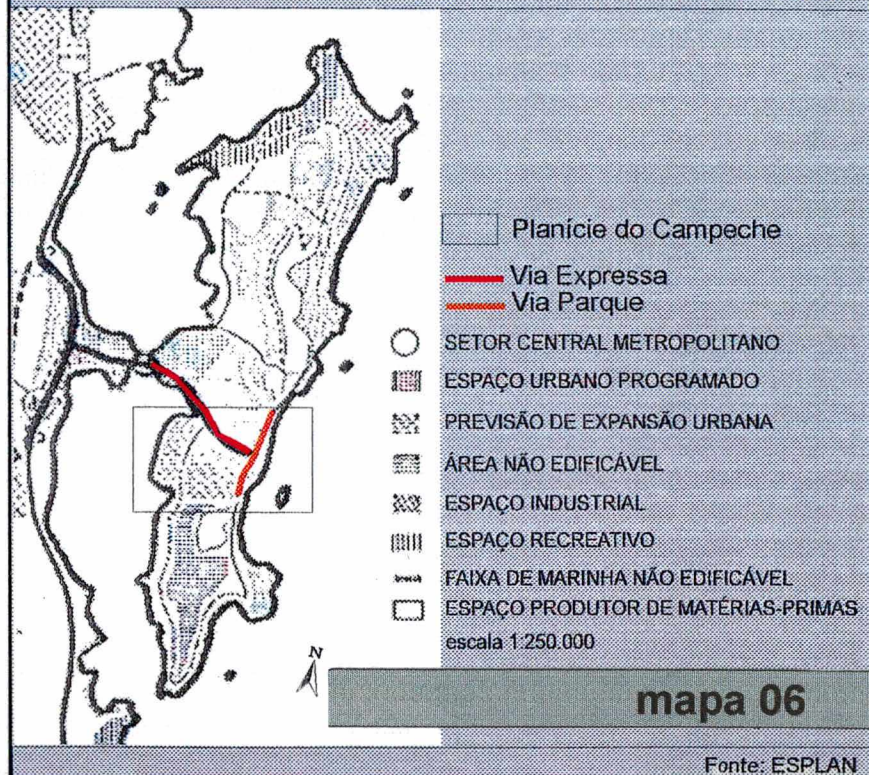
É ainda do Plano Metropolitano a proposta viária que integra a Ilha ao Continente, o que viabilizaria a ocupação da costa Atlântica da Ilha, diz o texto que descreve o sistema viário urbano idealizado:

***“Destaca-se neste projeto a via expressa que baliza o eixo de integração das zonas continental e insular da cidade. Essa via começa no aparelho de entroncamento (trevo) da BR-101 e termina na costa Atlântica da Ilha, onde se construirá o setor oceânico de turismo. Nela serão integrados a nova ponte Continente-Ilha, o sistema elevado e o túnel do Penhasco.”***  
(op.cit;56)

Esse era pois o embrião do projeto viário de acesso à planície Atlântica da Ilha vinculado a integração Ilha/Continente, que hoje inicia a sua concretização através do início da construção do túnel do Penhasco, parte integrante do polêmico projeto da via expressa sul (mapa 06).

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

PLANTA BASE





---

O **Plano Diretor** de 1976, Lei n. 1440/76, transforma em lei algumas das propostas do **Plano Metropolitano** para Florianópolis, detalhando principalmente a área central. Entre as propostas transformadas em lei está a confirmação da planície do Campeche como área de expansão urbana<sup>54</sup> e a aprovação do plano viário, da via expressa de integração, da qual faz parte a expressa sul, e também, a via parque, uma via litorânea, que seria na concepção proposta um importante vetor de crescimento da orla, integrando o a lagoa da Conceição ao sul da Ilha pelo litoral. Além dessas diretrizes gerais o **Plano Diretor** não especifica a legislação para a ocupação do *Setor Oceânico de Turismo*, determinando que estas deveriam ser traçadas a partir de projetos específicos, que deveriam ser produzidos pelo órgão de planejamento e aprovados em lei<sup>55</sup>.

### ***3.4.2. Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina (1985)***

O **Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina**<sup>56</sup> foi concebido em 1985, pelo órgão de planejamento municipal, IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), o qual foi criado através da Lei Municipal 1494, de 24 de março de 1977. A principal atribuição proposta para este órgão era a orientação do crescimento da cidade através da criação de um novo plano

---

<sup>54</sup>. Diz o texto do plano, no cap. I: "*Artigo 5. -São áreas de expansão urbana programada:...b) o setor Oceânico de Turismo, complexo habitacional ligado à recreação, ao lazer e à promoção do turismo, abrangendo área de Rio Vermelho, Campeche, Lagoa e Ressacada.*". No cap. VII: "*Do Setor Oceânico Turístico: Artigo 34- A área do setor Oceânico-Turístico é considerada de expansão urbana na forma do Decreto -Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967. Artigo 35 - Inclui-se nesta área toda a costa leste da Ilha, das praias aos divisores de águas longitudinais e a área de ligação da planície da Ressacada.*

<sup>55</sup>. Tais conclusões foram tiradas a partir da análise dos planos como também a partir do acompanhamento da polêmica em pauta no jornal Sul da Ilha, que vem publicando sistematicamente artigos de Gama D'Eça. O Artigo 36 da Lei No. 1.440, diz o seguinte: "*A ordenação espacial do setor ficará na dependência de projetos específicos a serem produzidos pelo órgão de Planejamento competente, aprovados através de Lei.*"

<sup>56</sup>. O qual se denominará simplesmente no decorrer deste trabalho de **Plano Diretor dos Balneários** Lei n. 2.193/85.

---

diretor, o qual contasse com a participação comunitária<sup>57</sup>. Segundo RIZZO(1993), o paradigma da participação comunitária veio se contrapor como modelo, como reação, ao precedente modelo tecnocrático introduzido pela ditadura. Em Florianópolis, esta participação tem sido retórica. Segundo o autor, a participação da comunidade no planejamento deu-se basicamente via a viabilização dos interesses empresariais, os quais têm tido garantida a sua influência em todos os estágios: da elaboração à aprovação de leis(op.cit,86/87)<sup>58</sup>.

Com o objetivo de consubstanciar o **Plano Diretor dos Balneários**, foi realizado em 1980 e publicado em 1984 um diagnóstico<sup>59</sup> seguido de diretrizes gerais e de propostas, que seriam aprovadas em 1985 em texto de lei de n. 2.193. O instrumental metodológico utilizado na análise é de base sistêmica, considerando-se a problemática da Ilha segundo sistemas, cuja intercessão resultaria conceitualmente no próprio planejamento. Tais sistemas seriam: 1. Sistema de Sustentação, 2. Sistema de Atividades, e, 3. Sistema de Controle.

O diagnóstico é bastante contraditório no que se refere à ocupação da planície do Campeche. Considerava, já nessa época, que a ocupação de terrenos arenosos e vasosos no Campeche, e ainda na Daniela, e no Rio Tavares, encontrava-se entre os desequilíbrios ambientais mais notórios na Ilha. O que sustenta a análise referente ao Sistema de Sustentação, onde a praia do Campeche é descrita como inadequada à urbanização, com: *"...uma topografia plana, de formação se-*

---

<sup>57</sup>. Na proposta de Plano Diretor para Florianópolis o IPUF considera que *"...os objetivos a serem alcançados (...) são (...) aqueles que contribuam para melhorar a situação caótica apontada anteriormente, eliminando as deficiências encontradas através do processo de participação comunitária que respeite as condicionantes de ordem sócio-cultural que tipificam a cidade e que aproveite ao máximo as potencialidades preexistentes"*, citado por RIZZO (1993,86)

<sup>58</sup>. Nesse sentido, cabe citar o trabalho de LISBOA (1995), *"Construindo uma identidade insular: o jeito mamezinho de ser. Notas provisórias para um estudo do modo de vida ilhéu"*. Tal trabalho cita outros que trabalham a questão dos interesses empresariais no direcionamento do uso e da ocupação do solo da Ilha de Santa Catarina, entre eles o trabalho/depoimento de **Etienne Silva**, no seu relatório semestral ao Departamento de Economia da UFSC. Diz SILVA sobre o caso do Jurerê Internacional: *"O representante da Habitasul afirmou que em hipótese alguma eles iriam construir nos limites ambientais traçados, ou seja, não cogitavam liberar a frente da praia e construiriam em cima do rio. Quando um advogado do IPUF questionou os aspectos legais envolvidos, foi desmoralizado com um argumento hiper realista: - me venha com argumentos - as leis nós fazemos e desfazemos. (...)"* LISBOA (1995)

<sup>59</sup>. A coordenação geral da equipe técnica é do arq. José Rodrigues Rocha e do arq. Amilton Vergara de Souza, este último também responsável pelo **Plano de Desenvolvimento-Campeche**.

---

*dimentar não totalmente consolidada, o que dificulta a implantação de infraestrutura de saneamento básico, e, conseqüentemente, inviabiliza um processo de assentamento urbano.*<sup>60</sup> (IPUF:1985).

Entretanto, relativiza o fato da área ser ambientalmente inadequada para a ocupação, quando considera o Campeche, no item referente às condicionantes ao processo de urbanização como área potencialmente urbanizável. Descreve, nesse item, como restrições à urbanização o destino de parte da área: como de proteção de vôo (com regulamentação por decreto federal), para a implantação de uma cidade hortigranjeira<sup>61</sup> e para a localização de lagoas de estabilização<sup>62</sup>. A questão anterior, a inviabilidade de um processo de ocupação, não é ventilada com a mesma ênfase, considerando-se que as restrições acima expostas *"...inviabilizam a ocupação de parte da área da planície do Campeche"*, e que as áreas alagadiças no Campeche *"...necessitarão de cuidados especiais com relação à drenagem em casos de ocupação"* (op. cit.).

Com relação ao chamado Sistema de Atividades, o diagnóstico constatou que o processo de mudança das atividades do setor primário para o terciário era praticamente irreversível. Diz o texto: *"Considera-se praticamente irreversível, dentro da atual estrutura econômica e social, a manutenção da tendência de crescimento dos balneários como centros de recreação e de turismo em detrimento das atividades, da cultura e do meio ambiente tradicional."* (op.cit.). Acreditava-se, entretanto, que o incentivo a manutenção da pesca artesanal e do *"habitat sócio-cultural"*<sup>63</sup> seria um imperativo contra a marginalização de setores da população nativa dos balneários, pois já nessa época observava-se o deslocamento dessa população, da comunidade tradicional para áreas urbanizadas na Ilha. Essa me-

---

<sup>60</sup> Grifo da autora.

<sup>61</sup> No relatório de viabilidade da cidade hortigranjeira, encomendado pelo IPUF a uma firma do ramo, a área do Campeche não é recomendada pelo solo ser muito ácido e arenoso. São recomendadas, por terem o solo mais adequado para a agricultura, áreas próximas ao Alto Ribeirão e à Lagoa do Peri.

<sup>62</sup> A indicação da implantação na área de sistemas de saneamento do tipo lagoa de estabilização parece questionável, pois o lençol freático é bastante superficial.

<sup>63</sup> Tal conceito não é explicitado claramente no diagnóstico. Entretanto, é possível supor a partir da leitura do texto, que o conceito se refere à paisagem, e às singularidades culturais e sócio-econômicas das comunidades do interior da Ilha.

---

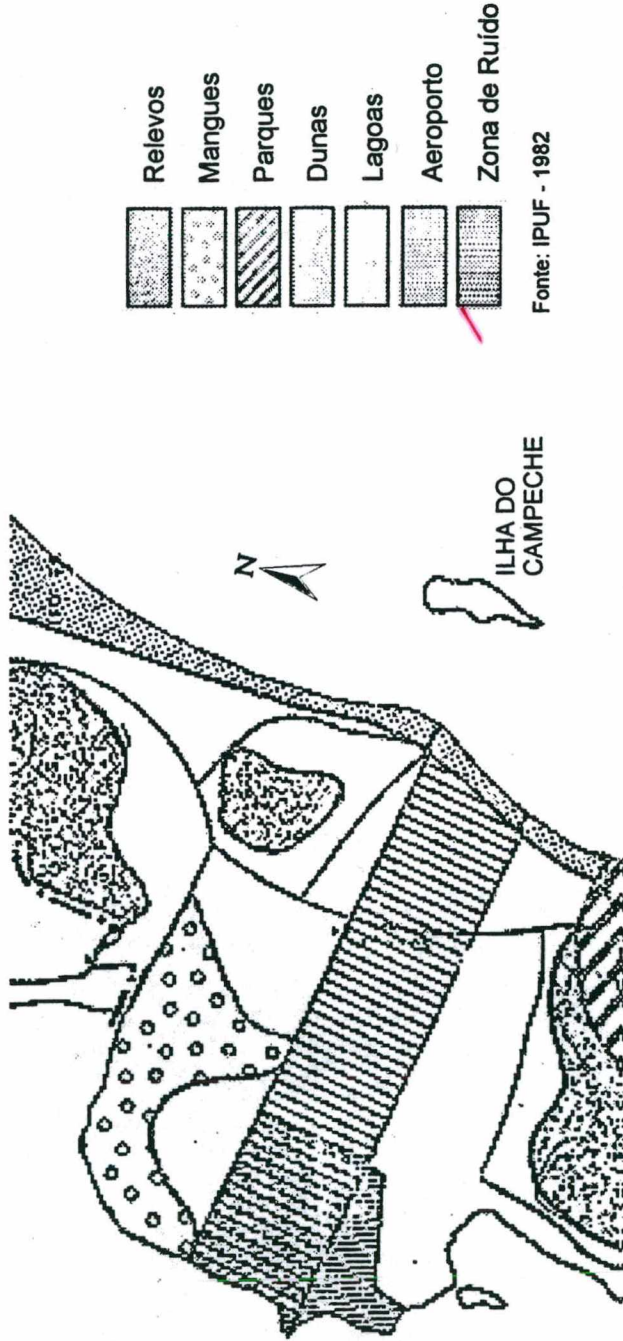
dida, segundo o relatório, serviria ainda para garantir os atrativos do turismo. Por outro lado, a manutenção das atividades agrícolas propiciaria ainda a preservação e a adequada utilização das áreas não urbanizáveis (op.cit.). Isso seria concretizado através do estabelecimento de uma política de fixação da população nativa e de suas atividades nos balneários.

O diagnóstico considerava a Ilha, quando descreve o modelo de ocupação proposto, como: ***“Um espaço turístico que se caracteriza e viabiliza pelos aspectos gêmeos de paisagem natural e comunidade urbana de pequeno porte”***. As estimativas consideradas para a Ilha apontavam para uma ***“...capacidade urbana de 230.000 pessoas e um horizonte de ocupação impossível de prever, já que as projeções demográficas existentes apontam para uma população urbana fixa da ordem de 70.000 pessoas no ano 2010.”*** (op.cit.)

Neste sentido, o modelo foi elaborado a partir das condicionantes colocadas pelo diagnóstico (**mapa 07**). No modelo proposto (**mapa 08**), considerava-se que as áreas de restrição urbanística - zonas de exploração rural e as zonas de proteção aos aeródromos - seriam justificadas não só pelos usos primários e proteção da navegação aérea, como também, por uma política demográfica de longo prazo. Diz o texto: ***“Essa política pretendeu, por um lado, fixar as populações locais e reservar sem ocupação áreas urbanas para futura expansão.”*** De onde é possível concluir que tais áreas eram consideradas como reserva de terra para expansão urbana. O que não se pode afirmar é se esta política era ingênua, ou mesmo tecnicamente equivocada, como à primeira vista aparenta ser, ou se estava comprometida com interesses alheios ao planejamento. Isto, infelizmente, não foi possível avaliar. O que se pode constatar é que as áreas consideradas de restrição à urbanização no Campeche - zonas de exploração rural e as zonas de proteção aos aeródromos -, e ainda as áreas de preservação, foram parceladas e ocupadas, independentemente do destino que lhes foi dado no plano analisado (**mapa 09**).

# CONDICIONANTES FÍSICOS PARA OCUPAÇÃO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE

PROPOSTO PELO DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS E INTERIOR DA ILHA



Fonte: IPUF - 1982

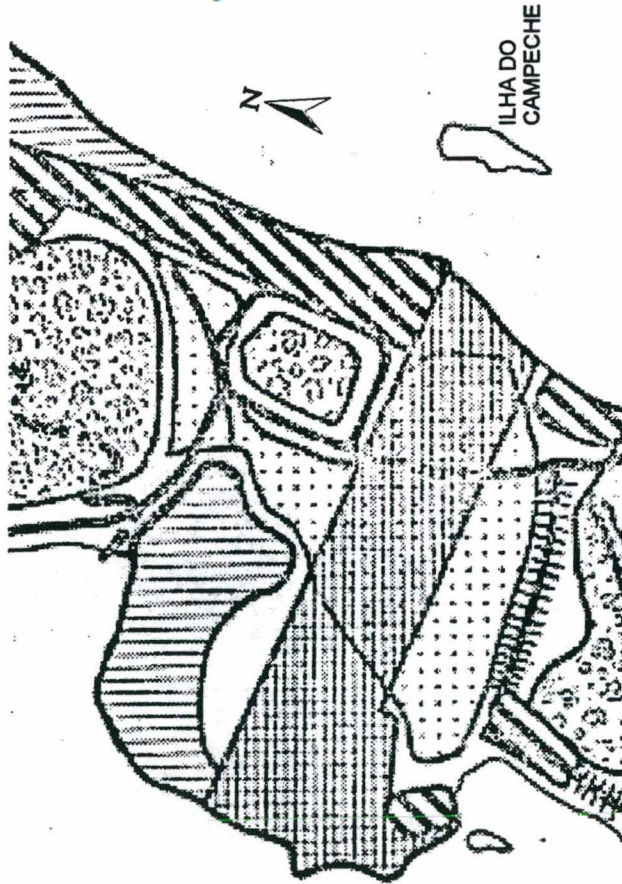
ESCALA GRÁFICA



mapa 07

# MODELO DE OCUPAÇÃO PARA A PLANÍCIE DO CAMPECHE

PROPOSTO PELO DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS E INTERIOR DA ILHA



Áreas de Preservação

Ocupação Linear

ÁREAS DE RESTRIÇÃO URBANÍSTICA

Zonas de Exploração Rural

Zona de Ruído

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO

Encostas

Mangues, Dunas e Parques

Fonte: IPUF - 1982

ESCALA GRÁFICA



mapa 08

48' 30"

-27° 45'

# PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS

Sistema Viário

- ARE - 3
- ARE - 5
- ARP - 3
- ARP - 5
- ATR - 3
- AMC - 1
- AMS
- AER
- APP
- AVL
- APL

Fonte: IPUF, 1994

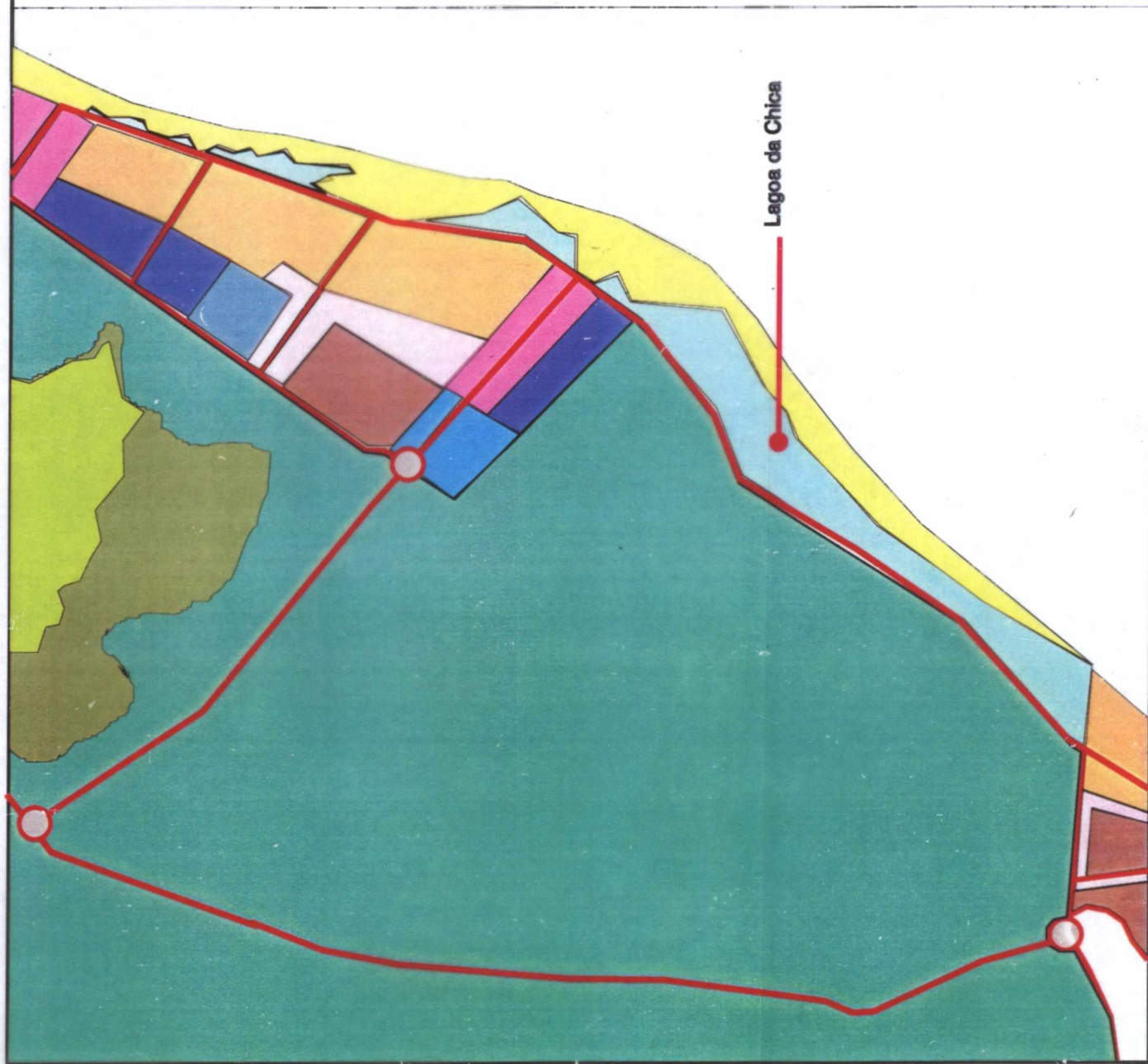
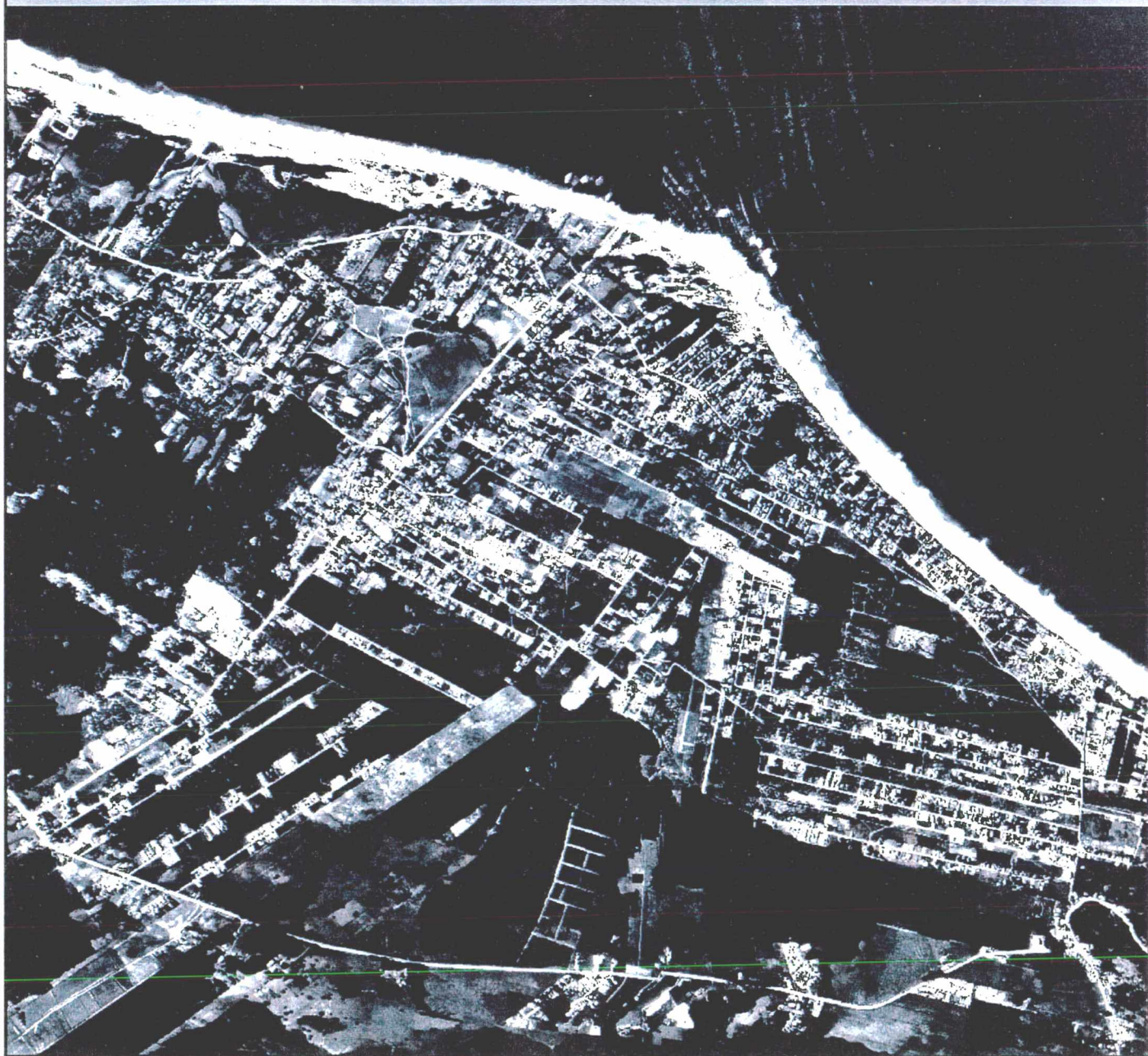


FOTO AÉREA DE 1994



mapa 09





---

### **3.4.3. Plano de Desenvolvimento - Campeche (1992)<sup>64</sup>:**

O **Plano de Desenvolvimento - Campeche**, concebido na gestão dos prefeitos Esperidião Amin e Bulcão Viana, teve sua primeira versão concluída em 1992 pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). A área de abrangência do referido plano é de 50 km<sup>2</sup>, incluindo desde o bairro da Tapera até o do Campeche e o do Rio Tavares. O plano propõe inicialmente a adequação legislativa da área “...*transformando a região de rural em urbana...*” (IPUF, 1992), já que, apesar do processo de urbanização em curso, a legislação vigente (Lei 2193/85) ainda a considera como rural. Propõe ainda a construção de um pólo tecnológico e de uma cidade de 450 mil habitantes a ele subjacente. Diz o texto do então Prefeito Antônio Henrique Bulcão Viana, descrevendo o projeto no ofício de encaminhamento ao presidente da Câmara dos Vereadores:

*“Trata-se de concepção urbana integrada, de um projeto de uma cidade-nova, com capacidade para cerca de 450.000 pessoas e capaz de colocar Florianópolis no século XXI. Sua base econômica serão as indústrias limpas do próximo século, unindo o conceito de Tecnópolis (alta tecnologia, educação, residência) com as características paisagísticas e culturais da Ilha (turismo). Nesse sentido, foram previstas áreas para 4 Parques Tecnológicos, 1 Campus Universitário, 1 Autódromo Internacional, 1 Centro de Convenções e Promoções, alguns Shopping Centers e 3 Setores Hoteleiros.”*

#### **3.4.3.1. O pólo tecnológico**

A proposta da criação de pólos tecnológicos na Ilha de Santa Catarina surgiu a partir do trabalho empreendido na Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente com os progressos obtidos com a implantação das incubadoras tecno-

---

<sup>64</sup> As informações contidas neste item foram provenientes das análises dos documentos referentes ao **Plano de Desenvolvimento - Campeche**, e de informações obtidas a partir da participação em reuniões do movimento de bairro e no IPUF, seminários na UFSC e no IAB.

---

lógicas. A criação de pólos tecnológicos surgiu assim como uma opção de desenvolvimento com a implantação de indústrias não poluentes.

Segundo os responsáveis pelo **Plano de Desenvolvimento - Campeche**<sup>65</sup>, os arquitetos Amilton Vergara de Souza e Vera Lúcia Gonçalves da Silva, o plano foi concebido a partir dessa proposta de desenvolvimento urbano pautada na criação de um polo tecnológico de indústria de alta tecnologia<sup>66</sup>, ou seja de concepção de hardware<sup>67</sup>. A proximidade do aeroporto, a existência projetos na área de informática sendo desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Catarina, e o fato deste tipo de indústria ser considerada como não poluente, foram algumas das condicionantes do **Plano de Desenvolvimento - Campeche**. O polo tecnológico atrairia para a área, segundo os autores, um novo contingente populacional de alta qualificação profissional que seria a população alvo para o desenho da nova cidade.

Entretanto, o processo de descentralização da indústria de alta tecnologia, segundo estudos teóricos e empíricos, ocorre somente após o último estágio do ciclo do produto, quando a tecnologia da produção está banalizada, ou rotinizada. Neste nível a produção se reduz à linha de montagem, e pode ser descentralizada, ocorrendo também fora dos países que concebem a tecnologia. Scott e Stoper fazem a seguinte afirmação, analisando o caso dos Estados Unidos:

*“Na verdade, a dispersão das atividades rotinizadas não tem se limitado ao país (EUA), envolvendo também deslocamentos de muitas indústrias para localizações selecionadas no Terceiro Mundo”* (SCOTT e STOPER, 1988:32)

---

<sup>65</sup>. Estas informações foram retiradas das exposições do Plano em seminários: Encontro do IAB realizado no auditório da Porto Belo, apresentação do plano para os professores da UFSC em 1992, e principalmente da exposição de Amilton Vergara no Seminário de Desenho Urbano, realizado pela Prefeitura e o Departamento de Arquitetura da UFSC, em 1994.

<sup>66</sup>. Em 1991 foi aprovado pela Câmara Municipal o Projeto de Lei n.4914/91 que cria as APT, áreas de parques tecnológicos.

<sup>67</sup>. Segundo Amilton Vergara, na sua exposição do **Plano de Desenvolvimento-Campeche** no Seminário de Desenho Urbano “...ao fazer este projeto do plano de desenvolvimento do Campeche se tentou não fazer simplesmente um zoneamento, mas trabalhar na linha do plano de desenvolvimento, principalmente na vinculação social e econômica de toda a proposta.”

---

Neste sentido é possível supor, como a tendência mundial indica, que aos países do Terceiro Mundo está destinado a participação na montagem de produtos de alta tecnologia concebidos nos países Centrais. Neste sentido, a população alvo seria substancialmente diferente daquela suposta pelo IPUF, mão-de-obra especializada com alta qualificação profissional. As indústrias de montagem requerem mão-de-obra barata de baixa qualificação profissional. Assim:

*“Em vez de atrair uma mão de obra especializada com altos salários, de acordo com a expectativa do IPUF, corremos o risco de atrair uma mão-de-obra carente, em todos os sentidos, principalmente no que diz respeito às políticas públicas” (... aumento dos custos sociais, que certamente recairão sobre a administração municipal, ou seja, socializada por todos os contribuintes”* (AMORA e AGOSTINHO).

Desta forma, a opção de desenvolvimento não encontra identidade com a lógica concreta do desenvolvimento, já que, além do colocado anteriormente, é possível constatar empiricamente que não está ocorrendo um processo de localização de indústrias de equipamentos de hardware na Ilha de Santa Catarina.

#### **3.4.3.2 .O modelo**

O modelo de cidade proposto é inspirado, segundo os autores, nas **New Towns** (novas cidades) britânicas, mais especificamente a cidade de Milton Keynes. As **New Towns** foram a partir da Segunda Guerra Mundial o modelo adotado na Grã-Bretanha para disciplinar o crescimento urbano e resolver o déficit habitacional, localizando residências próximas aos locais de trabalho<sup>68</sup>. Tal modelo é baseado na concepção de Ebenezer Howard, onde a criação das **New Towns** é vista no sentido de concretizar três pressupostos fundamentais, segundo esta concepção: como resposta às megalópolis, e a excessiva concentração de pessoas e de atividades econômicas dentro de grandes cidades e conurbações, como meios

---

<sup>68</sup>. *“They were established in the late 1940s to provide homes, with employment near at hand, for people who might otherwise be living in crowded conditions in London or travelling long distance to work”* (Scott, 1991:14)

---

de organizar o vasto volume de desenvolvimento que ocorreria de qualquer forma através de formas mais benéficas, como comunidades equilibradas (LANDSCAPE DESIGN, 1991).

A primeira geração das *New Towns* surge na segunda metade dos anos 40, logo após a guerra. As *New Towns* tinham um tamanho limitado e uma relativa autonomia, eram divididas em unidades de vizinhança com baixa densidade, compartilhando um centro local de atividades e comércio. Tinham ainda um centro maior, e o sistema viário era do tipo radial, circundado por um anel viário externo. A segunda geração das *New Towns* nos anos 50 sofre a influência do crescimento da posse individual de veículos automotores, o que ocasiona um impacto no desenho dessas cidades com a colocação de amplas áreas disponíveis para a circulação de veículos. As áreas habitacionais são mais densas com unidades de vizinhança menos explícitas, e estão claramente separadas pelo sistema viário principal.

Na terceira geração das *New Towns*<sup>69</sup>, na qual está incluída Milton Keynes, a concepção de cidade muda seguindo as tendências da economia mundial dos anos 60, quando se tinha uma perspectiva positiva em relação ao desenvolvimento, principalmente, a partir dos resultados obtidos com a implantação de políticas sociais<sup>70</sup>. O modelo dessas *New Towns* da terceira geração propõe-se a ser mais aberto, permitindo um maior crescimento das cidades a partir de seis princípios básicos: oportunidade e liberdade de escolha, equilíbrio e variedade, facilidade de movimento e acesso, a criação de uma cidade com atrativos, consciência pública e participação, eficiência e imaginação no uso dos recursos (op.cit).

Acreditava-se, segundo esta concepção, que o desenho tradicional das cidades, através da sua malha viária, dificultava o desenvolvimento de uma identidade local, como também, ao nível local o estabelecimento de comunicação entre as

---

<sup>69</sup>. No texto em inglês de onde foi retirada a maior parte das informações, o autor alerta para o fato significativo dos planejadores utilizarem o nome **city** no lugar de **town**. Em inglês a palavra **city** tem uma conotação de ser uma cidade de escala maior que a designada por **town**.

<sup>70</sup>. Segundo Lord Llewelyn-Davies, um dos principais planejadores de Milton Keynes: "*Today, partly because of rapidly increasing national wealth and partly because of the success introduced after the war, we face different problems and new policies are emerging to meet them*". (LANDSCAPE DESIGN, 1991)

---

peessoas. Neste sentido, os espaços locais deveriam ter suas áreas claramente definidas e demarcadas, pois assim, seria possível criar identidade e comunicação ao nível local isto concebido “...a partir da ótica que pequenas comunidades podem ter maior facilidade de comunicação do que grandes comunidades”<sup>71</sup>. A qualidade da comunicação do espaço local com outras áreas do território também era dificultada, segundo esse modelo, pela malha tradicional, pois havia o risco de congestionamentos viários. Por outro lado, deveria ser evitada a superposição de circulação de veículos e pedestres, já que aqueles poderiam oferecer riscos a estes últimos.

A cidade de Milton Keynes foi proposta, em 1967, para abrigar uma população em torno de 250.000 habitantes, incorporando dentro do seu território as cidades de Bletchley, Stony Stratford e Wolverton, e ainda uma série de pequenas vilas. O plano é fisicamente estruturado através de uma malha de estradas colocadas com um intervalo de aproximadamente 1 Km entre elas, criando, assim, uma rede de quarteirões (**ilustração 13**)<sup>72</sup>. Supostamente, cada uma dessas quadras teria a potencialidade de criar a sua própria identidade, utilizando-se nesse momento o conceito de *ambiente local* em substituição ao de *unidade de vizinhança*<sup>73</sup>, já que se propunha um modelo mais aberto em relação aos anteriores (primeira e segunda geração). O caráter desses ambiente locais podia ainda sofrer diferenças por terem sido incorporadas as vilas pré-existentes, cuja identidade comunitária deveria ser preservada através da limitação imposta pelo sistema viário.

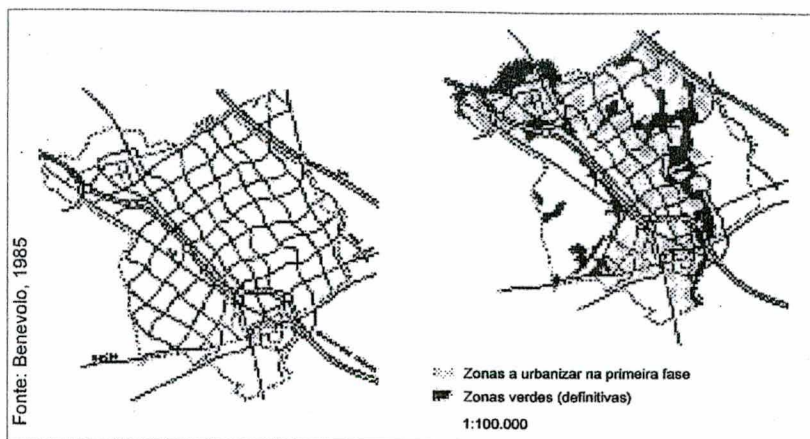
---

<sup>71</sup>. Informações obtidas a partir da crítica proferida pelo arquiteto Benamy Turkienicz sobre o desenho urbano proposto no plano, realizada no Seminário de Desenho Urbano, na UFSC.

<sup>72</sup>. Segundo o arquiteto Benamy Turkienicz, Lord Llewelyn-Davies, o idealizador de Milton Keynes propunha uma super-malha onde os veículos não trafegariam-*navegariam*. Isto seria possível através da implantação nos cruzamentos da malha de rotatórias, para permitir a circulação rápida dos veículos. As vias da malha de Milton Keynes estariam integradas a um sistema viário regional permitindo, assim, a acessibilidade de comunicação regional.

<sup>73</sup>. No original, respectivamente, *neighbourhood* e *local environment*.

# MALHA VIÁRIA DO PLANO DE MILTON KEYNES VISTA GERAL



Rede de estradas principais no plano definitivo de Milton Keynes

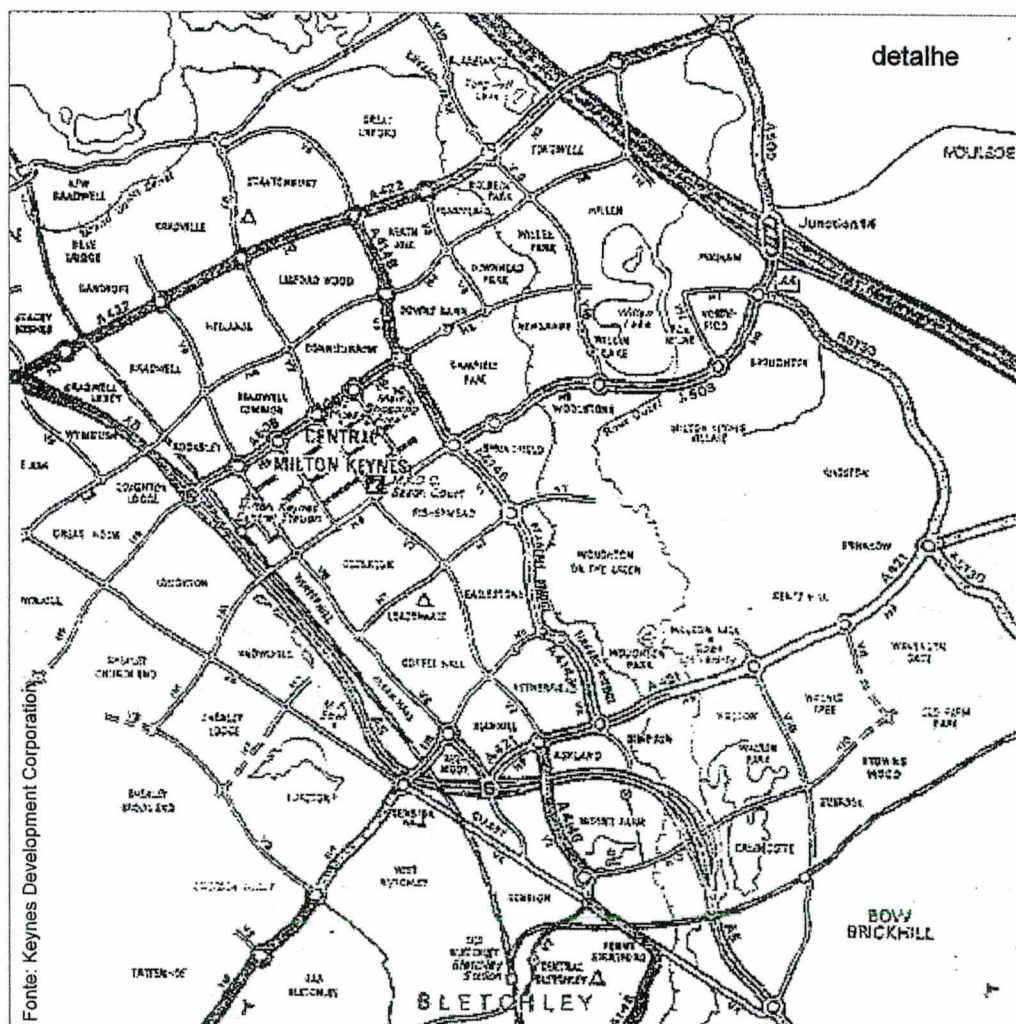


ilustração 13

---

Tais comunidades teriam um único acesso viário à malha principal de onde partiria a malha local<sup>74</sup>.

O modelo de “cidade” proposta no **Plano de Desenvolvimento - Campeche**, tem uma série de semelhanças com o das *New Towns*, principalmente, as da terceira geração, tal como a analisada Milton Keynes. A transferência do modelo ocorre após quase trinta anos dentro de um outro contexto. A realidade cultural e sócio econômica britânica é totalmente diversa daquela do Campeche, e a dinâmica espacial das nossas cidades<sup>75</sup> comporta-se também de forma diferenciada. Por outro lado, a Europa do pós-guerra, em pleno **welfare state**<sup>76</sup>, com recursos disponíveis, é bem diferente de um Brasil em plena crise econômica com poucos recursos para investimento em infra-estrutura urbana.

Como nas *New Towns*, propõe-se no **Plano de Desenvolvimento - Campeche** a proximidade entre residências e local trabalho, com a implantação do Parque Tecnológico, de um Campus da Universidade Federal, de setores turísticos e de hotelaria. A estruturação física do plano, como o de Milton Keynes, dá-se a partir de uma malha viária, que cria unidades de vizinhança razoavelmente autônomas cada qual com sua própria vida de bairro, como descreve o arquiteto Amilton Vergara:

*“Uma outra idéia, deste plano, que eu acho interessante (...) é de que não houve a intenção de se criar um centro (...). Nós imaginamos se nós criássemos um centro nestes 50 km<sup>2</sup>, iríamos criar uma atração tão grande que iríamos começar a congestionar e recriar o centro de Florianópolis dentro da*

---

<sup>74</sup>. Segundo o arquiteto Benamy Turkienicz: “...é muito parecido com o esquema o das super-quadras em Brasília, que tem um acesso veicular, e lá dentro a malha se distribui”.

<sup>75</sup>. Em especial, o caso estudado, a expansão da cidade de Florianópolis em direção ao sul da Ilha, mais especificamente o Campeche.

<sup>76</sup>. **Estado do Bem-Estar**, a partir da Economia do Bem Estar instituído nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial buscava uma forma de organização da economia tendo em vista o desenvolvimento para a progressiva ascensão da população ao bem estar social. Isso foi realizado através de vultosos investimentos públicos.

---

*Ilha (...)Já haviam algumas comunidades, como a comunidade do Campeche, a comunidade do Rio Tavares, a comunidade da Tapera, a do Alto Ribeirão, e nós não deveríamos desagregar estas comunidades produzindo um outro atrator que chamasse todo mundo prá outra coisa. A idéia seria de manter estas comunidades mais ou menos, não digo isoladas, mas com autonomia própria. Então se criou um sistema viário (...) Havia a via Expressa Sul chegando aqui. Então ao abandonar aquela idéia dela chegar ao mar e ter aquela chamada via parque (...) nós optamos por criar um anel viário, um anel expresso que coletaria todo o trafego (...) jogando nessa via expressa (...) além desse anel expresso, então foram criadas uma outra série de outras vias que cortavam esse anel, que mais ou menos conformavam, limitavam essas áreas, que se chamou de bairros, tentavam manter as comunidades como elas estavam, nem passavam por dentro das comunidades, contornando prá deixar elas mais ou menos livres. Essas vias seriam vias arborizadas, com bastante verde, de modo que o trafego iria fluir mais ou menos constante por elas... No miolo dessas áreas então entrariam as vias, chamadas vias tradicionais de comércio, as vias coletoras (...)'<sup>77</sup>*

Tal proposta de cidade nega duas das principais funções do espaço urbano, como espaço gerador de encontros públicos, relacionadas à comunicação de pessoas e de idéias. A primeira delas refere-se à possibilidade das cidades proporcionarem a assimilação de diferentes categorias definidas pela estrutura social. A outra função diz respeito à associação das cidades com a acessibilidade às idéias, discursos e identidades culturais, associando-as diretamente à variedade e ao pluralismo (PEPONIS,1989).

---

<sup>77</sup>. Grifo da pesquisadora.



---

O relativo isolamento físico das áreas através das limitações impostas pelo sistema viário (**mapa 10**), negando o que de fundamental tem a cidade, seria um impedimento à conquista de determinadas possibilidades<sup>78</sup>, que só a diversidade da cultura urbana poderia proporcionar (op.cit). Por outro lado, ocorre no projeto a criação de áreas segregadas não só espacialmente, para **a preservação da sua identidade cultural**, mas social e economicamente, com a utilização de um zoneamento segregador, onde os bairros seriam também demarcados pela sua identidade sócio-econômica. O zoneamento segregador é configurado através da demarcação em cada uma das áreas de padrões de renda semelhante. Esta segregação sócio-econômica expressa-se espacialmente pelas dimensões dos lotes e pela disponibilidade ou não no local de amenidades, induzindo os diferentes extratos sociais para áreas pré-determinadas. Como exemplo: a existência das ARP-0 (área residencial predominante com lotes de cerca de 128 m<sup>2</sup>) em locais com menor disponibilidade de amenidades; por outro lado, próximo ao mar foram definidas áreas do tipo ATR, ATE, ARE (respectivamente, área turística residencial, área de uso turístico exclusivo, e área residencial exclusiva), com lotes de maiores dimensões, visivelmente elitizando a orla.

#### **3.4.3.3. *Historiando o plano, a reação da população envolvida*<sup>79</sup>:**

O referido projeto vem sendo, desde a sua apresentação pública, sistematicamente questionado por setores da comunidade e acadêmicos. Em 1989, as idéias originais do plano foram apresentadas pelo IPUF, em uma reunião no bairro do Campeche. Participaram dessa reunião diversos segmentos da população local, nativos e moradores mais recentes. Na época a indignação foi geral. O processo de urbanização da área já era evidente, e os problemas ocasionados pela ocupação irregular já se faziam sentir. A concepção apresentada era incompatível com os interesses locais de uma forma geral, e não propunha soluções para os pro-

---

<sup>78</sup>. O encontro e o confronto com padrões culturais, sociais, e econômicos diferenciados no espaço urbano pode agir como um fator reintegrador da sociedade urbana possibilitando-lhe uma característica mais criativa (PEPONIS:1989).

<sup>79</sup>. A pesquisadora, segundo o enfoque de pesquisa apresentado no primeiro capítulo, teve participação ativa na maioria das situações apresentadas nesse item, aliando a pesquisa acadêmica às necessidades do movimento social.

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPECHE

## SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Fonte: IPUF, 1995



OCEANO ATLÂNTICO

Lagoa Pequena

Lagoa da Chica

Ilha do Campeche

FOTO AÉREA 1994

Fonte: IPUF, 1994



mapa 10

---

blemas que eram apontados pela população. Negava, ainda, os referenciais históricos e ambientais da área, propondo para o bairro uma escala que não tinha sintonia com a proposta de qualidade de vida da maioria, que havia optado pelo Campeche para fixar moradia.

Sobre essa primeira reunião, do órgão de planejamento com os moradores do Campeche, é interessante colocar o depoimento de L., assistente social, ex-funcionária aposentada do IPUF, que acompanhou o processo de contato do órgão com os moradores:

*“Aconteceu aquela primeira reunião, que foi aquela discussão braba, né? (...) E que eu achei muito importante, muito interessante (...) Porque a comunidade realmente se manifestou, né? Quer dizer, houve um pouco de desordem mas eu acho que é aquilo mesmo que tinha que acontecer (...) nesse momento nós do IPUF não soubemos aproveitar aquilo e continuar caminhando (...) quer dizer, os técnicos se assustaram com aquela intervenção da comunidade, que foi assim, como primeira, claro, eles foram contra tudo. Eu acho que esta é uma reação normal de uma comunidade que desconhece que só vê falar aquilo que vai talvez lhe prejudicar. Então, eu acho que não houve por parte dos técnicos, que eu acho (...) que é uma coisa também normal, quer dizer...eu acho que a gente tem obrigação de avançar um pouquinho mais, mas eu acho que nessa época o IPUF não tinha essa experiência de contato com a comunidade prá tentar ouvir e trocar idéias(...) A gente achava que deveria levar uma coisa pronta para discutir em cima, eu sempre fui o contrário: eu achava que devia ouvir, montar com eles.”*

Os presentes na reunião consideraram fundamental escrever um documento<sup>80</sup>, definindo as bases para a construção de um plano, o qual deveria contar, princi-

---

<sup>80</sup>. Cópia em anexo.

---

palmente, com a participação da população. Tal documento foi entregue ao IPUF, que não voltou a reunir-se com os moradores, optando por encaminhar uma pesquisa por amostragem com o objetivo de levantar os interesses da comunidade. Essa pesquisa, segundo o depoimento de L., não foi concluída, não tendo sido considerada como prioritária pela equipe de planejamento. L., quando foi perguntada se o planejamento não havia utilizado os dados, respondeu da seguinte forma:

*“Eu acho que sim, eu não posso te afirmar isso agora categoricamente, por que na realidade, quer dizer ... a gente não terminou esse trabalho de levantamento por que nós vimos que o planejamento tava avançando, e não houve... não sei lhe dizer por que , porque eu tava apenas fazendo isso, eu não participava da equipe de desenho. Eles acharam que o plano devia avançar no desenho, e nós não terminamos essa pesquisa na comunidade, ela foi abandonada realmente. (...) Foram tiradas algumas coisas (...) mas na sua totalidade, não foi. Quer dizer, não foi terminado o trabalho e acredito que não foi levado em consideração, por que o plano já estava caminhando a passos largos.”*

Dessa forma, a principal reivindicação dos moradores, de participação na elaboração do plano, não foi considerada fundamental pela administração municipal, pois as reuniões no bairro não foram mantidas e nem qualquer outra proposta de participação da população. Inclusive, como foi visto na entrevista acima, os dados sobre os interesses da comunidade, coletados na pesquisa por amostragem, não foram utilizados na sua totalidade.

Na administração do Prefeito Bulcão Viana, as condições políticas encaminharam para um fechamento administrativo do IPUF, principalmente, na gestão de Ulf

---

Herman Mondl<sup>81</sup>. Nessa gestão, em 1991, é modificada por decreto municipal a legislação para a área do Parque da Lagoa Pequena, através do decreto no. 440/91, encaminhando para a área uma proposta semelhante ao do plano. Em 23 de novembro de 1992, a primeira versão do **Plano de Desenvolvimento - Campeche** foi encaminhada à Câmara Vereadores para apreciação.

Como reação, a população, através dos seus órgãos representativos<sup>82</sup>, mobilizou-se no sentido de impedir que esse processo se concretizasse na aprovação do plano exatamente (como diz o texto da convocatória) *“No apagar das luzes do Governo Bulcão”*. A convocatória considerava, além dos questionamentos ambientais ao projeto, que o **Plano de Desenvolvimento - Campeche** deveria ser melhor discutido pela comunidade. Segundo o texto da convocatória, a comunidade *“...é quem deve dizer quais são as suas prioridades para estas áreas, como também para o Município.”* As questões levantadas referiam-se às necessidades da população local em relação às infra-estruturas urbanas e ao custo do projeto. A esse respeito, diz o texto:

***“SERÁ QUE UMA CIDADE ASSIM NOS INTERESSA?***

***Cabe dizer que a população atual de Florianópolis é de cerca de 300 mil habitantes e não estão ainda solucionados problemas como lixo, abastecimento de água, esgotos, etc. Como serão tratadas estas questões, se ainda não temos condições mínimas de vida urbana?***

***DE ONDE VIRÁ ÁGUA PARA TANTA GENTE?***

***ONDE VÃO COLOCAR O LIXO?***

---

<sup>81</sup>. Nesse processo buscou-se obter informações sobre o projeto através do arquiteto Vergara, que, em um primeiro momento, mostrou-se disponível, não havia, porém, um clima de transparência na cessão das informações. Posteriormente, tornou-se cada vez mais difícil conseguir dados sobre o plano. Não havendo mais por parte do corpo técnico disponibilidade na abertura do acesso às informações. Em 1992, foi enviado um ofício do Curso de Mestrado no sentido de se obter uma cópia do plano, que estava para ser enviado para a Câmara de Vereadores. Não houve resposta a tal ofício, e só se conseguiu uma cópia do referido projeto depois da vitória nas eleições municipais da Frente Popular, quando uma colega, que participava da discussão sobre o programa de desenvolvimento urbano da Frente, obteve a cópia das mãos dos autores.

<sup>82</sup>. Assinaram o documento convocatório da população (em anexo) as seguintes associações: AMOCAN (Associação de Moradores do Campeche); Conselho Comunitário do Rio Tavares; ASMOPE (Associação de Moradores da Lagoa do Peri); CECA (Centro de Assessoria de Movimentos Populares).

---

**DE ONDE VÃO TIRAR O DINHEIRO PARA PAGAR TUDO ISTO, E MAIS AS NOVAS ESTRADAS DO TIPO BEIRA MAR NORTE? (do IPTU, das contas de água e luz?)**

Esse movimento foi de certa forma vitorioso, pois conseguiu sustar, antes da posse do novo prefeito, o encaminhamento do projeto para aprovação. Logo depois, no início da gestão do prefeito Sérgio Grando, o **Plano de Desenvolvimento - Campeche** foi retirado da pauta de discussão da Câmara de Vereadores. Isto deu-se a partir da pressão de setores que haviam apoiado a eleição do prefeito e elaborado o seu programa de governo. Tais grupos<sup>83</sup> indicaram, ainda, que o referido projeto deveria ser revisto pelo órgão de planejamento responsável dentro de uma outra abordagem, privilegiando a questão ambiental, o planejamento democrático e, ainda, a revisão da questão de desenvolvimento proposta. Uma das críticas que se fazia ao plano era a de sua superposição sobre a malha existente, e ainda sua segregação social e funcional. Elaborado nos moldes de um urbanismo que privilegiava a circulação de veículos, encontrava-se desvinculado do processo de urbanização em curso, apresentando um desenho que não considerava a construção do espaço urbano pelos grupos sociais existentes. Uma outra questão em pauta era o custo ambiental do projeto, cuja população proposta para a área acarretaria uma alta demanda por serviços públicos de saneamento básico com um grande impacto sobre o meio ambiente.

Em 1993, o IPUF convocou professores da UFSC para apresentar e discutir o projeto. Nessa ocasião, o **Plano de Desenvolvimento - Campeche** foi também questionado pelos aspectos da proposta de desenvolvimento urbano e de desenho urbano do modelo proposto, tendo sido sugerida a sua reavaliação. O então Presidente do IPUF, Aieso Campos, morador do Campeche, parecia bastante sensível à reformulação do plano. Segundo o ex-presidente houve, por parte do

---

<sup>83</sup>. Participaram dessa discussão representantes do movimento de bairro, da AMOCAN (Associação de Moradores do Campeche) e do Conselho Comunitário do Rio Tavares, representantes do movimento ambientalista que haviam participado da elaboração do programa de governo, representantes do CECA, e moradores em geral.

---

corpo técnico do órgão de planejamento, resistência para proceder tal reformulação. A opção da direção do órgão na época foi centrar esforços na reformulação do Plano Diretor da Área Central onde havia um maior consenso.

Em 1994, a administração do IPUF encaminhou discussões nas comunidades afetadas pelo **Plano de Desenvolvimento - Campeche**. Segundo L., a nova gestão do órgão de planejamento achava que o plano deveria ser discutido com a população, antes de ser enviado para a Câmara: *“O plano estava em andamento, estava terminando, antes que fosse prá Câmara, que houvesse uma discussão com as comunidades do Sul da Ilha.”* A equipe, funcionários do IPUF, que preparou as reuniões, não era vinculada ao setor de planejamento, tecnicamente responsável pelo desenvolvimento do plano. O papel da equipe foi de preparar as reuniões, organizando e orientando a discussão, mesmo não tendo uma compreensão do projeto. As reuniões foram preparadas através de contatos com as entidades dos moradores; tais contatos foram realizados a partir visitas às associações e de cartas com o objetivo de explicar o tema, e para definir uma agenda de discussões. A proposta da equipe era de discutir o projeto com os moradores de uma forma aberta, deixando que a população falasse livremente sobre os problemas. Das reuniões da área do Campeche e do Rio Tavares, realizadas na sede do Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares, L. relata o seguinte:

*“Algumas pessoas da comunidade achavam que primeiro devia se apresentar... que o IPUF apresentasse o plano, de uma vez para eles discutirem em cima, outros achavam que não, que eles começaram a levantar as dificuldades que eles tinham em cada bairro, o que eles gostariam que fosse feito, e ficou nisso se encerrou a do Rio Tavares. (...) Depois, realmente, eu sai do IPUF, eu sai desse setor e as reuniões se encerraram, eu soube que não foram feitas mais. (...) Eu considere que isto era importantíssimo, quer dizer... não digo que seria, que ia mudar totalmente o plano, mas eu achava*



---

***que a intervenção da comunidade, era imprescindível prá que orientasse algumas coisas(...) algumas metas que não estavam de acordo com aquilo que eles estavam querendo.”***

Entre as questões mais importantes levantadas nas reuniões, estavam o sistema viário e a implantação da via expressa, a questão dos gabaritos, e, principalmente, a indagação do que esse desenvolvimento, previsto pelo plano, iria trazer como conseqüências para o Sul da Ilha. Diz L. :

***“Eles ficavam muito inseguros (...) por que eles sabiam que o plano poderia trazer uma população de 300 ou 400 mil praí, isso todo mundo tava mais ou menos...foi dito, eu não sei por que, então eles ficaram muito assustados com esta história, né? triplicar ou quadruplicar a Ilha, isso assustava muito a população.”***

Como pode ser percebido pelo que foi descrito, mesmo com as boas intenções dos técnicos da área social do IPUF, as reuniões não objetivavam a construção de um plano com a participação das comunidades envolvidas. O objetivo dessas reuniões era basicamente referendar a proposta que já vinha sendo desenvolvida pelo IPUF desde 1989, e que já vinha sendo questionada desde então.

Entrevistas com moradores que participaram das reuniões promovidas pelo IPUF, como também, as informações obtidas nas reuniões do grupo de representantes do Sul da Ilha<sup>84</sup> só vieram confirmar essa hipótese. Segundo M., morador das Areias do Campeche, delegado do Orçamento Participativo (O.P.)<sup>85</sup>:

***“Na verdade não houve discussão sobre o plano diretor, houve uma tentativa de se mostrar, de se apresentar o proje-***

---

<sup>84</sup>. Esse grupo de representantes das entidades do Sul da Ilha, a partir das reuniões Orçamento Participativo (O.P.), sentiu a necessidade de criar uma entidade que congregasse as associações de moradores dessa parte da Ilha de Santa Catarina.

<sup>85</sup>. O Orçamento Participativo (O.P.) foi uma iniciativa do Governo na Frente Popular, seguindo a iniciativa de outros Governos Municipais de esquerda como, por exemplo, Porto Alegre, no sentido de democratizar os investimentos públicos a partir da participação das comunidades.

---

*to às comunidades do Sul da Ilha, começando por discutir a questão da água, levaram técnicos da CASAN - acredito que em duas reuniões-, levaram técnicos da CELESC, discutindo a questão da eletricidade, da subestação, levaram o pessoal prá falar de meio ambiente, mas o plano diretor, mesmo, não foi discutido, nem apresentado prá comunidade. E eu acredito também, que um projeto acabado não dá nem de discutir com a comunidade. A comunidade não tem nem condições de discutir um projeto acabado ...”*

M. diz ainda que as comunidades conhecem o projeto de desenho urbano, sistema viário e zoneamento a partir de cópias conseguidas informalmente dentro do IPUF e não através da sua apresentação pública pelo órgão. Segundo ele:

*“O IPUF nunca levou à comunidade o projeto, nem do sistema viário, nem da parte de ocupação e uso do solo, de nada. Nunca apresentou o projeto prá comunidades do Sul da Ilha.”*

Insatisfeitos com os rumos tomados pela Prefeitura na condução do planejamento urbano no Sul da Ilha, e detectando as incoerências entre as ações de planejamento e os investimentos do orçamento, principalmente, aqueles referentes à pavimentação de vias públicas, os delegados do O.P. do Sul da Ilha, para o ano de 1995, solicitaram à Prefeitura que fosse reaberta a discussão sobre o **Plano de Desenvolvimento - Campeche**. Segundo M.:

*“Hoje nós estamos pavimentando, através do Orçamento Participativo, ruas na comunidade que não estão sendo respeitadas dentro do próprio Plano de Desenvolvimento do Campeche (...). Então, há uma incoerência(...)”*

A nova versão do plano, apesar de ser graficamente mais refinada, não apresenta mudanças significativas. Não contempla as reivindicações apresentadas pela po-

---

pulação desde o início do projeto, em 1989, e reafirmadas no início da gestão do governo popular. Segundo M., em dezembro de 1995, na eminência do **Plano de Desenvolvimento - Campeche** ser enviado novamente à Câmara dos Vereadores, as lideranças através de uma negociação com o vice-prefeito, Afrânio Boppré, sustaram este encaminhamento, que era previsto para início do ano de 1996.

As incoerências são muitas. Enquanto é suposto que o **Plano de Desenvolvimento - Campeche** seja enviado o mais rapidamente possível para a Câmara, o IPUF propôs em janeiro de 1996 um calendário de reuniões com o grupo de lideranças do Sul da Ilha só a partir de abril. O grupo, entretanto, resolveu por si mesmo se instrumentalizar, buscando informações sobre o plano para que pudesse vir a discutir com o IPUF de forma mais igualitária. O conhecimento dos fatos, principalmente, através da observação da superposição da planta do sistema viário e do zoneamento sobre a foto aérea de 1994 (**mapa 11**), levou a um abaixo assinado, onde se propõe o abandono do **Plano de Desenvolvimento - Campeche**, e, mais uma vez, a participação da população no planejamento do destino do seu espaço. Segundo M. : *"O que assusta a comunidade é a forma com que o IPUF quer empurrar esse projeto de forma até autoritária..."*

São quase dez anos desde a primeira apresentação do **Plano de Desenvolvimento - Campeche**. Os bairros, que integram os 50 km<sup>2</sup> da planície para onde foi desenvolvido o projeto, cresceram e tiveram, desde 1989, os seus problemas agravados. Hoje, as áreas de restrição urbanística - zonas de exploração rural e as zonas de proteção aos aeródromos - encontram-se em um processo irreversível de ocupação. Entretanto, o **Plano de Desenvolvimento - Campeche** propõe para a área a construção de lagos artificiais como solução para os problemas de drenagem da planície<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup>. Nas chuvas do verão de 1995/96 as águas invadiram as casas. A restinga, local para onde as águas sempre correram, está ocupada. Muitos aterros foram construídos, impedindo a drenagem natural das águas para áreas mais baixas.

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPECHE

## ZONEAMENTO PROPOSTO

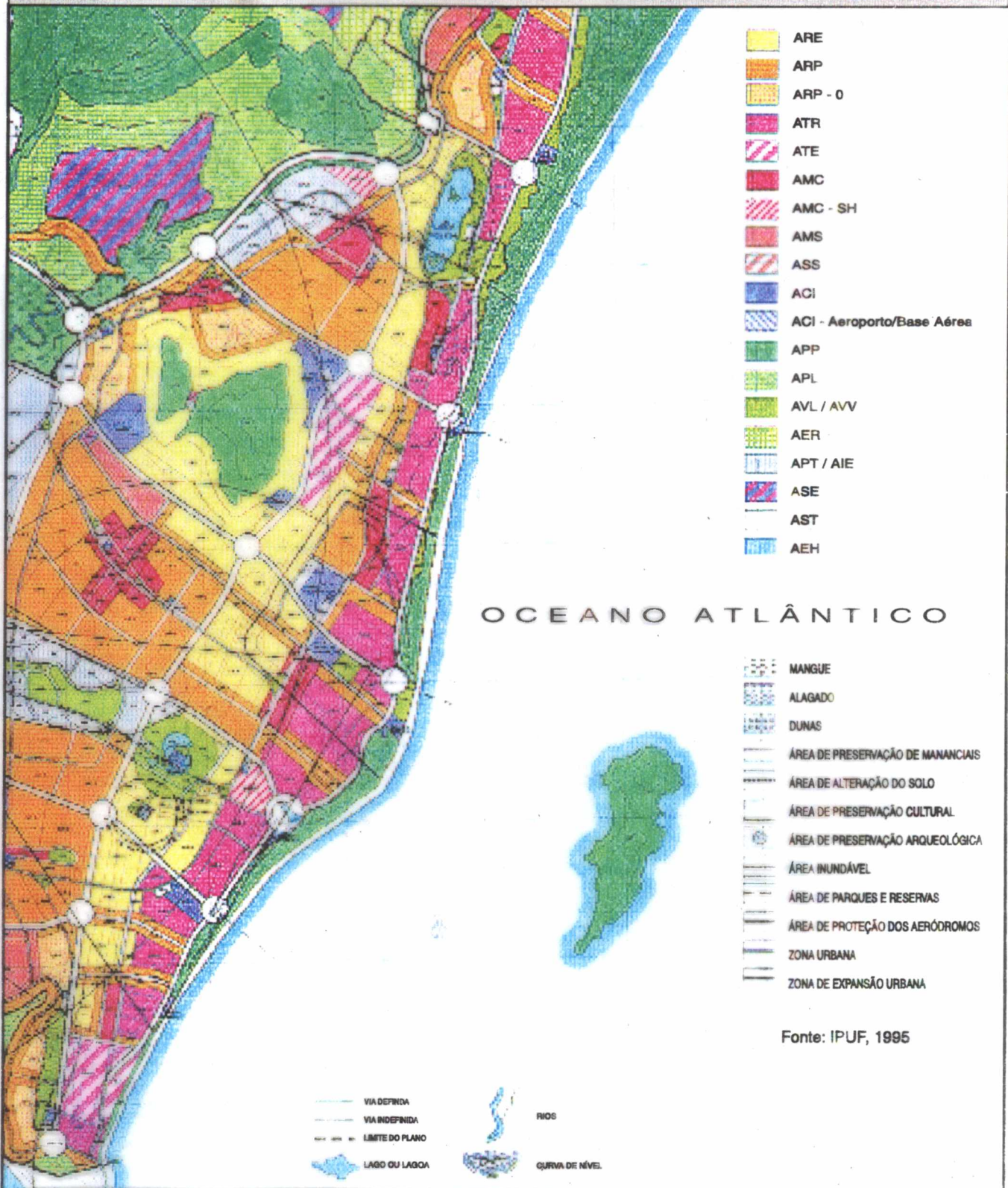


FOTO AÉREA 1994

Fonte: IPUF, 1994



mapa 11

---

Na Ilha de Santa Catarina a tentativa do Poder Público de impor modelos urbanos desvinculados da realidade é uma prática concreta que transcende as posições políticas das sucessivas administrações. Se as gestões municipais, em vez de terem sido coniventes com os modelos propostos pelo corpo técnico, tivessem buscado orientar a sua ação no sentido de uma prática de planejamento democrática, ouvindo os grupos sociais envolvidos na construção do espaço urbano, seria bem possível que já se tivesse chegado a algumas conclusões sobre a configuração da planície do Campeche, evitando-se, assim, a situação em que hoje se encontra a área.



---

***CAPÍTULO 4***

***APROPRIAÇÃO E LUTA PELA PRESERVAÇÃO  
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CAMPECHE -  
A LAGOA DA CHICA E O CAMPO DA AVIAÇÃO***

---

---

## **4. APROPRIAÇÃO E LUTA PELA PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CAMPECHE - A LAGOA DA CHICA E O CAMPO DA AVIAÇÃO**

---

Os planos urbanísticos para o Campeche em especial o **Plano de Desenvolvimento do Campeche**, a nova legislação proposta pelo IPUF, desconsideram os espaços públicos historicamente definidos. Tais espaços, apesar de estarem sendo alvo de apropriação ao longo do processo de urbanização do Campeche, têm ainda preservadas porções significativas de suas áreas, as quais a população tem procurado preservar de uma ocupação que os comprometa, tanto em termos ambientais, quanto em termos da redução do seu território, e de sua privatização. Dois desses espaços públicos foram escolhidos para serem analisados por apresentarem situações diferenciadas de apropriação: a lagoa da Chica, por apresentar um processo de ocupação do seu entorno a partir da grilagem, e o Campo da Aviação pela apropriação realizada pelo Governo Federal em benefício do Ministério da Aeronáutica. Esta análise talvez possa trazer uma contribuição para se pensar no destino desses espaços dentro de uma perspectiva mais realista, sem os negar e sem esquecer o jogo de forças sociais que age sobre eles, tanto para privatizá-los, como para garantir-lhes o uso público.

### **4.1. A LAGOA DA CHICA**

A Lagoa da Chica é parte remanescente de uma vasta área de restinga para onde, originalmente, convergia uma parcela significativa da drenagem da planície do Campeche. Está localizada na costa atlântica da planície ao sul da Avenida Pequeno Príncipe.

Caberia perguntar qual é a importância dessa lagoa, e quais eram os seus antigos limites físicos? O entrevistado E., nativo, fala da sua importância no antigo gênero de vida, dialogando com a pesquisadora, conta da área alagável, que ia desde o Pontal até as chamadas areias do Campeche, próximo ao Morro das Pedras:



---

*“...Quanto a lagoa da Chica, naquela época a gente cuidava dos animais... dava água aos animais lá... pegava muito cara, muito peixe, sabe?...Meu pai plantava...tinha plantação de mandioca ali pertinho, a gente levava os animais prá lá e dava água ali. Sabe, inclusive, aqui era uma lagoa só, né? Da lagoinha...desde lá da lagoa da Chica aqui... era praticamente uma lagoa só, é que, emendava a lagoa da Chica...”*

*-Aqui é o que? Pontal?*

*“Pontal. Pontal. Emendava a lagoa da Chica a lagoa de lá, num tem a de lá? É ali é uma lagoa só.*

*-De lá que você tá falando é da lagoa da Chica em direção às areias?...*

*“As areias... E desembocava aqui no rio, nosso rio aqui.”*

Esse local, como parte do sistema de drenagem da planície, era alagável periodicamente, fazendo parte de uma vasta área utilizada pela população, como de uso comum, para plantação e pastagem. Segundo informações, tal área era utilizada não só pelos moradores nativos do Campeche, como também, pelos moradores de outras localidades próximas, como o Alto Ribeirão e o Morro das Pedras. C.<sup>87</sup>, morador antigo do Alto Ribeirão, um dos atuais moradores da lagoa, trazia gado de seu antigo local de moradia para pastar no que chama de *campina* da lagoa. Assim, toda a extensão de terras, que vai do Pontal até o Morro das Pedras, permaneceu por muito tempo sendo utilizada como área de uso comum sem uma ocupação residencial significativa.

#### ***4.1.1. As Causas da Ocupação***

O processo de apropriação da área da lagoa da Chica começa a partir da privatização da orla do Pontal em direção ao Morro das Pedras. Nesse local, ocorre, já

---

<sup>87</sup>. C. não quis que sua entrevista fosse gravada, assim reproduzo as sua informações em narrativa indireta.

---

nos anos 70, o primeiro loteamento de áreas próximas ao mar na hoje denominada Rua das Corticeiras. Posteriormente, ocorreu o parcelamento da Rua dos Eucaliptos realizado nos anos 80. Ainda, no final nos anos 80, foi implantado no Morro das Pedras o Hotel Pousada do Sol, como também os loteamentos de um maior padrão aquisitivo, localizados entre o Morro das Pedras e as Areias do Campeche. Segundo Jacó Florêncio, na época presidente da Associação de Moradores do Campeche (AMOCAN), em entrevista ao jornal Estado em junho de 1992: **“Quem abriu precedente foi o Sr. Paulo Toniolo, proprietário da DVA Veículos, por volta de 1985, invadindo as dunas.”** (O ESTADO, 1992)<sup>88</sup>

É desta forma, a partir de meados dos anos 80, com a pressão desses empreendimentos sobre a área costeira, entre o Pontal e o Morro das Pedras, que a área em torno da lagoa da Chica começa a ser vista não mais pelo seu valor de uso, como área de uso comum, mas como uma área cujo valor imobiliário já é detectado pela cobiça dos especuladores. A preservação pela legislação federal<sup>89</sup> da área de restinga, e sua destinação, pelo Plano Diretor dos Balneários, como área verde de lazer, sem a devida gestão através da fiscalização municipal, não chegou a garantir a sua preservação. Desta forma, iniciou-se a sua paulatina ocupação.

#### **4.1.2. Posse e Propriedade**

O caráter da propriedade da área é bastante duvidoso. Segundo AGUIAR, é fato, na Ilha de Santa Catarina, a ocorrência da transferência de terras públicas a particulares com influência econômica e política com a conivência dos órgãos públicos. Diz a autora: **“...esse mecanismo de transferência de bens públicos através de apropriações e práticas ilícitas e ilegais(...) foi infelizmente absorvido pelo poder público e particulares.”** (AGUIAR, 1993:120/121).

---

<sup>88</sup>. Está se referindo ao empreendimento da DVA na área de dunas do Pontal, com o aterro das dunas e do rio que drenava naturalmente as águas.

<sup>89</sup>. Pelo Lei número 4.771/65, Código Florestal, e Lei número 5197/67, de proteção à Fauna e à Flora.

---

As entrevistas indicaram que a área em torno da Lagoa da Chica não era considerada como tendo um proprietário de fato<sup>90</sup>. Entretanto, o levantamento planimétrico, das glebas existentes, datado de 1974, revela como donos, de grande parte, nativos da família Pires. Tal levantamento foi realizado para Marcelo Pereira Daura, um paulista, cujo terreno na planta consta como uma área de mais de 77.000 m<sup>2</sup>, chegando até os limites das terras de marinha a 33 metros da linha de preamar média de 1831. A posse desse terreno não foi concretizada por Marcelo Pereira Daura, que hoje questiona na justiça a invasão de seu terreno por terceiros.

A posse, segundo AGUIAR, é um dado dotado de realidade, e, para se fazer valer, deve ser contínua, sem interrupção, mansa e pacífica. É, como diz a autora: ***“uma forma atributiva de utilização das coisas ligadas às necessidades comuns a todos os seres humanos...”*** (...) ***“...uma concessão à necessidade.”*** Conclui dizendo que: ***“A posse constitui um fato e se traduz num direito”***. Por outro lado, a propriedade é, segundo a autora, um dado criado, uma abstração relacionada a um instituto jurídico, que deve ser submetida, segundo o conceito constitucional, aos interesses públicos (op.cit.).

Na Ilha de Santa Catarina, muitas áreas foram apropriadas através de invasões e depois revendidas com a utilização da transferência de uma falsa posse. Até 1994, para se lavrar uma escritura de posse de um terreno na Ilha, em cartórios de Florianópolis, não era exigido nenhum documento que comprovasse a posse do requerente, como também, de documentos que comprovassem a regularidade da requisição. No sentido de evitar o comércio de transferências de posses ilegais, foi instituído o Provimento de número 02/94, que propõe a exigência de uma série de documentos para se proceder à transferência de posses<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> Capítulo 3.

<sup>91</sup> Encontra-se em anexo uma cópia, fornecida pelo cartório do Pântano do Sul, relatando os documentos exigidos para se proceder à transferência de posse.

---

### 4.1.3. *Ocupação Versus Defesa*

Segundo o entrevistado C., a apropriação da área em torno da Lagoa da Chica ocorreu em consequência da ocupação da planície do Morro das Pedras em direção à Lagoa da Chica, e do Pontal em direção à Lagoa da Chica. Segundo ele, a ocupação da área iria ocorrer de qualquer forma, seja pelos posseiros invasores, seja pelos “*bacanas*”, como o Hotel do Morro das Pedras e os loteamentos “*dos ricos*”. A sorte da área foi, segundo C., ter sido vendida para pessoas com um pouco mais de recursos, se não seria tudo, segundo o entrevistado, “*...uma via rápida como as Areias*”<sup>92</sup>. De forma contraditória, C. coloca que ele próprio gastou muito dinheiro para garantir a sua posse, pois teve que garantir o cercamento recolocando, seguidamente, os mourões que eram retirados pelos defensores da lagoa.

A ocupação da área, inicialmente, deu-se lentamente com a demarcação de lotes por cercas e com a construção de barracos que eram prontamente retirados pelos grupos ecológicos locais, principalmente, os surfistas. Em março de 1985, segundo informações, cerca de 300 moradores do Campeche foram mobilizados a partir da audácia dos grileiros, os quais haviam loteado o leito da lagoa, com a demarcação dos lotes com mourões. Os moradores promoveram um evento, no qual foram retiradas as cercas. Durante essa atividade, para afirmar a necessidade de garantir vida ao local, foram plantadas mudas de árvores e colocados peixes na lagoa. Tudo isto acompanhado de música tocada por músicos nativos<sup>93</sup>. A defesa da lagoa reuniu, ainda, entre os moradores, tanto os nativos, quanto os surfistas que na época tinham relações bastante tensas, em função da suspensão do surfe durante a temporada da pesca da tainha.

---

<sup>92</sup>. O que está entre aspas é parte do que foi captado em discurso direto da fala do entrevistado. Ao longo do discurso do entrevistado foi possível descobrir o que era para ele o significado de via rápida: o de favela, dando o mesmo nome, a esses aglomerados de habitação de baixa renda, do local onde eles são bastante evidentes em Florianópolis, ao longo da via expressa.

<sup>93</sup>. A banda de música local é composta basicamente por filhos e familiares do falecido Seu Deca. Alguns destes músicos são ainda músicos da aeronáutica, da polícia e dos bombeiros.

---

Posteriormente, a ocupação começou a se tornar mais intensa, o que levou os moradores a buscarem através de reivindicações fortalecer o movimento de defesa do meio ambiente local. Na campanha para as eleições para prefeito de 1985, foi colocado pelos grupos ecológicos locais, a importância da restinga e das dunas do Campeche, cujo comprometimento para a sua preservação seria uma das condições para o apoio do então candidato a prefeito, Edison Andrino. Em junho de 1987, foi encaminhado a Edson Andrino, então prefeito, um abaixo-assinado<sup>94</sup> reivindicando, entre outras coisas, além da criação do parque da Lagoa da Chica, o tombamento da área do Campo da Aviação, e o cumprimento da legislação de proteção das dunas e das margens das lagoas com a retirada das cercas e das construções ilegais. Nesse documento, era colocada, ainda, a necessidade de se pensar um plano de urbanização com a participação dos moradores no planejamento.

Apesar dessa reivindicação ter tido um relativo sucesso com o tombamento da Lagoa da Chica em 1988, pelo decreto municipal de número 135/88<sup>95</sup>, o processo de ocupação do local não teve fim. O próprio ano de 1988 foi um marco significativo da ocupação da área alagável da Lagoa da Chica. Nesse ano, um longo período de estiagem facilitou a venda dos lotes em área sujeita a alagamento, como terras secas e boas para a construção. Desta forma, e para garantir a posse, iniciou-se rapidamente a construção no local de habitações. Nessa época, foi, ainda, loteado parte do leito da lagoa e da faixa de domínio de 50 metros em torno dela. Tal processo foi realizado de forma violenta, inclusive com a intimidação das pessoas que defendiam a preservação da área. Os promotores da grilagem da área possuíam capangas armados para garantir o cercamento do local, e intimidar os defensores da preservação ambiental.

---

<sup>94</sup> Em anexo.

<sup>95</sup> O Decreto nº 135/88 tomba como Patrimônio Natural e Paisagístico a Lagoinha Pequena, no Rio Tavares, antes considerada área verde de lazer pela Lei nº 2.193/85 (área = 27,5 ha), e a Lagoinha da Chica, no Campeche ( 3,75 ha).

---

#### **4.1.4. A “Legalização” do Processo de Apropriação**

Através de levantamento realizado no Cartório Santiago, no Pântano do Sul, foi possível entender como era realizada a legalização do processo de apropriação. Os especuladores, em geral, demarcavam um determinado terreno de maiores proporções, e realizavam uma escritura de transferência de posse de toda a área em um determinado cartório. Essa primeira escritura poderia ser lavrada em cartório localizado no Município de Florianópolis próximo da área (como os cartórios da Lagoa, Saco dos Limões, e Pântano do Sul), ou até em outros municípios<sup>96</sup>. O terreno era posteriormente parcelado e vendido, sendo que as novas escrituras, de transferência das parcelas, eram realizadas em diferentes cartórios. Tal processo dificulta o encaminhamento do levantamento do processo de apropriação do local como um todo, o que não se pretende proceder neste momento da pesquisa.

Entretanto, no levantamento realizado no Cartório Santiago, foi ainda possível confirmar informações obtidas a partir das entrevistas, como também, levantar dados interessantes. A participação de membros da família Emerim no processo de apropriação do local, que havia sido colocada pelos moradores na época da grilagem, é evidenciado no levantamento. Foram encontradas dezenove transferências de posse de Antônio Durville Emerim, e doze transferências de posse de Wilson Emerim para terceiros. Um outro implicado no processo, que também havia sido citado nas entrevistas, é Valdir Eleodoro. Conta com vinte e três transferências de posses suas para terceiros. Para o nome do mesmo Valdir Eleodoro consta, já no primeiro livro de registro do referido cartório, uma transferência de uma posse de 20.700 m<sup>2</sup>, pertencente a Hilda Raquel Aguiar.

Segundo informações obtidas através de entrevista com C., e, também, a partir de experiência da própria pesquisadora<sup>97</sup>, pode-se considerar a situação ocorrida

---

<sup>96</sup>. No Cartório Santiago foi possível verificar a existência de escrituras de transferências feitas de terrenos localizados em outros municípios como, Palhoça e Biguaçu, entre outros.

<sup>97</sup>. A pesquisadora por duas vezes teve o terreno em que mora, limítrofe à área da lagoa, invadido, pois o mesmo não era cercado.

---

nas imediações da Lagoa da Chica como de uma verdadeira corrida aos terrenos. C. citou uma ocasião, quando houve um enfrentamento seu com outros invasores. Esses invasores procuravam demarcar um terreno, limítrofe ao de C., chegando a invadir parte do que havia sido demarcado por C.. Para acabar com a discussão, C. disse que fincou um pau no chão, dizendo aos novos invasores que até aquela marca eles podiam ir, mais além seria melhor eles não tentarem. Outras histórias, engraçadas e trágicas, das vendas ilegais contam que posseiros vendiam um mesmo lote em seguida para mais de um comprador, e era comum chegar um dos supostos donos no terreno, e já encontrar alguém construindo, ou, mesmo, morando no local.

#### ***4.1.5. As Consequências da Ocupação***

O caráter sazonal da lagoa ocasionou a redução considerável, no período de estiagem, do nível da água da lagoa, com a ocorrência da disseminação do capim taboa, dentro do seu leito. O nível da água da lagoa, apesar de manter-se na maior parte do tempo com um mínimo necessário, garantindo a sua vida, encontrava-se, até bem pouco tempo, bastante reduzido.

A professora Iara Maria Franceschini, do Departamento de Biologia da UFSC, está desenvolvendo uma pesquisa sobre algas na Ilha de Santa Catarina, realizando o seu trabalho empírico na Lagoa da Chica e na Lagoa Pequena, entre outros locais. Segundo ela, as algas encontradas nessas lagoas preferem águas bem oxigenadas, sendo predominantes em ambientes que não têm um grau alto de eutrofização. Essas algas cumprem um importante papel na cadeia alimentar da lagoa, de onde é possível concluir que ela é ainda um ambiente pleno de vida<sup>98</sup> **(ilustração 14)**.

Apesar da Lagoa da Chica ser um ambiente vivo, deve-se levar em conta o fato dessas pequenas lagoas em áreas de restinga terem um ciclo biológico de vida.

---

<sup>98</sup>. Um outro fator que demonstra a vida existente no local, além da observação de aves buscando alimento na lagoa, foi a quantidade de pequenos peixes que saíam pelos estravadores, construídos pelos moradores, depois das chuvas do verão de 95/96.

---

**ILUSTRAÇÃO 14 - O AMBIENTE VIVO DA LAGOA DA CHICA**

---





---

Considera-se que, no caso da Lagoa da Chica, esta situação agrava-se face à ocupação do seu entorno. Entre as causas da diminuição do nível da água da lagoa nos períodos de estiagem, estão: a captação de água, pelos novos moradores, através de poços, ocasionando o rebaixamento do lençol freático; o aterro do principal canal de drenagem de água para a lagoa; o desmatamento de massas de vegetação nativa; e a construção de muros em volta dos lotes, fechando outras possibilidades de drenagem natural.

Entretanto, nos períodos de chuvas mais constantes, observa-se o considerável aumento do nível da água com a ocorrência do alagamento das áreas que permanecem secas na maior parte do tempo. Desta forma, uma área considerável, que foi ocupada em época de estiagem, sofre as consequências dessa ocupação. Tais áreas, no passado, recebiam naturalmente o excedente das águas de drenagem que eram encaminhadas para a lagoa. Por outro lado, ocorre a própria contribuição de drenagem dessas áreas, que, por si só, em épocas de cheias, já garante o seu alagamento. Em virtude desses fatos, os moradores construíram um extravasor com canais de drenagem a céu aberto, encaminhando as águas a um encanamento que desemboca na praia, rasgando as dunas de forma bastante violenta (**ilustração 15**).

#### ***4.1.6. E a Luta, Continua?***

O tombamento da Lagoa da Chica foi fruto da luta e do interesses dos moradores no sentido de preservar a lagoa da cobiça dos especuladores. Foram feitas diversas tentativas, por parte dos moradores mais antigos, no sentido de tentar barrar o processo de apropriação. Em novembro de 1989, face a já citada apresentação, na comunidade, de um esboço do projeto de urbanização por técnicos do IPUF<sup>99</sup>, os moradores encaminharam à Prefeitura uma carta<sup>100</sup> onde reafirmavam: a ne-

---

<sup>99</sup>. O proposta foi apresentada pelos arquitetos Vergara e Vera, responsáveis pelo **Plano de Desenvolvimento-Campeche**.

<sup>100</sup>. Em anexo.

---

**ILUSTRAÇÃO 15 - DRENAGEM DA LAGOA DA CHICA**

---



---

cessidade de se fazer cumprir a legislação ambiental, e sua preocupação referente ao destino das Lagoas da Chica e Pequena. Nesse período, nada foi feito para garantir a preservação da área. Pelo contrário, a situação, como foi descrita, tornou-se ainda mais grave. No período de 1989 a 1992 continuou a ocorrer um processo de ocupação, onde a Prefeitura lavou as mãos e não fez cumprir a legislação.

Em reportagem no Diário Catarinense<sup>101</sup>, o quadro da ocupação do Campeche era apresentado por técnicos do IPUF como de difícil controle, já que a área a ser fiscalizada era considerada como muito extensa, para que a SUSP realizasse a sua gestão via fiscalização. Contraditoriamente, o então presidente do IPUF, Herman Mondl, colocava na mesma reportagem, que a ocupação era: ***“lenta e não prejudica os planos da Prefeitura”*** (D.C., 1992). Os referidos ***planos*** se resumiam no já discutido **Plano de Desenvolvimento-Campeche** o qual era apresentado e questionado na reportagem, face a situação caótica do bairro. A população, publicamente, exigia soluções. Segundo um morador entrevistado pelo jornal: ***“Porque eles (a Prefeitura) planejam o futuro e não implantam melhorias já?”***. A obra do canal de drenagem que desemboca na praia, extremamente questionável na época, foi a única ***melhoria*** realizada para a área da Lagoa da Chica, com a conivência da Prefeitura.

A Prefeitura tinha ainda intenções de implantar com uma certa urgência uma via de ligação costeira entre a Lagoa da Conceição e o sul da Ilha, a via parque<sup>102</sup>. Tal proposta dava prosseguimento ao sistema viário de integração Ilha/Continente transformado em lei pelo **Plano Diretor** de 1976, o qual integrava o continente à planície do Campeche, através das novas pontes, da via-expressa sul, e da via parque. Em respostas, os moradores, amedrontados com a possibilidade de re-

---

<sup>101</sup>. A reportagem do Diário Catarinense é do dia 3 de maio de 1992, páginas 30, 31, e 32.

<sup>102</sup>. Segundo reportagem do Diário Catarinense, publicada em 8 de abril de 1991, coloca como eminente a realização de estudos para a elaboração do novo traçado da via, que, segundo o diretor do IPUF, Lírio Legnani, poderia tanto passar perto do limite das dunas do Campeche, na forma de uma avenida à beira mar, como cortar por dentro, nas imediações da Lagoa Pequena e Lagoa da Chica. Finalizando, diz o Diretor do IPUF: ***“A Avenida possibilitará a ocupação racional do Campeche e, com isso, poderemos transformar aquela bagunça numa cidade.”***

---

moção, liderados pela Associação dos Moradores das Areias do Campeche, elaboraram um levantamento exaustivo da área, chegando a um projeto alternativo para o traçado da via de ligação.

No **Plano de Desenvolvimento-Campeche**, considerado pela administração como solução para o problema, a Lagoa da Chica é colocada no centro de uma rótula do sistema viário, um entroncamento de duas vias com 40m de faixa de domínio cada. Uma dessas vias é a já famosa via parque, acima citada. Essa proposta de ocupação deve ser considerada, no mínimo, inadequada para uma área tombada pela sua relevância ambiental

Em 1993, com a posse da Administração Popular, com a possibilidade da população opinar, através do Orçamento Participativo, foram realizadas algumas ações no sentido de garantir o espaço público da Lagoa da Chica. Nessa ocasião, a área tombada foi cercada pela Prefeitura. Foram colocadas placas indicativas da sua preservação, e ainda construídos alguns equipamentos de uso coletivos<sup>103</sup>.

Atualmente, apesar do parque, como também, da área em torno da lagoa encontrarem-se bastante degradados, ainda é possível encontrar uma parte considerável preservada de ocupação (**ilustração 16**). Isso demonstra a sua importância para a população, simbolizando, dentro de uma malha urbana cada vez mais densa, um espaço de resistência ao processo de valorização da terra e de apropriação privada dos espaços públicos. O movimento dos moradores, por sua vez, tem encontrado novos aliados como a organização não governamental ambientalista Viveiro Pau Campeche, que, juntamente com a Escola Engenho<sup>104</sup>, promoveu em 1994 e em 1995 eventos culturais e ecológicos no sentido de garantir o uso público da área. Os eventos contaram com a participação de pais de crianças da Escola Engenho, moradores do Campeche, e grupos artísticos e culturais do

---

<sup>103</sup>. No Orçamento Participativo foi indicada a construção de equipamentos de uso coletivos, que definissem o caráter público da área. Não foi realizada, entretanto, uma avaliação mais séria de qual equipamentos deveriam ser construídos. A opção pela construção de churrasqueiras não foi muito feliz, pois elas acabaram sendo destruídas pelos próprios moradores.

<sup>104</sup>. Escola particular de primeiro grau, localizada no Campeche.

# ÁREA DA LAGOA DA CHICA

## VISTA AÉREA



ilustração 16

Foto: Marcos Ganzo

---

Campeche e da Lagoa da Conceição (**ilustração 17**). Tais eventos tinham um conteúdo pedagógico, segundo a bióloga Marisa Prudêncio: *“Essa é uma maneira de envolvermos os moradores no processo de preservação da natureza da Lagoa da Chica”*<sup>105</sup> (**ilustração 18**).

O Viveiro Pau Campeche realizou nesses eventos o plantio de mudas de árvores, nativas de restinga e de borda de mata atlântica, monitorando a sua implantação na área através do acompanhamento do processo de crescimento das mesmas. O objetivo do plantio era acelerar o processo de densificação das massas de vegetação, como também, criar efeitos paisagísticos como o de propiciar ao local, no futuro, ambientes mais sombreados, possibilitando o uso da área em horas de sol mais intenso.

Após as consequências das fortes chuvas do verão de 1995/96, com o alagamento da área, e a partir do trabalho desenvolvido pelo Viveiro Pau Campeche, como também, a partir do processo de pesquisa ação em curso, foi iniciado um diálogo entre os vários setores com interesses sobre a Lagoa da Chica. O objetivo geral é traçar uma estratégia de ação para a preservação que englobe os diversos usuários da área. Entre estes usuários, encontram-se os moradores do entorno, que estão em área de preservação, como as dunas e a restinga, e, ainda, aqueles que usufruem do local para lazer, pesquisa ambiental, ou que defendem a manutenção da área como de uso público para o bairro. Procura-se, desta forma, trabalhar com os fatos apresentados pela realidade, já que a retirada dos moradores que hoje se encontram sobre área de proteção ambiental não é cogitada, nem a curto nem a médio prazo, pelos órgãos competentes. O envolvimento e a participação da maioria dos usuários pode levar ao estabelecimento de regras de ocupação que venham a ajudar na preservação do que resta da área do Parque da Lagoa da Chica. Isto seria feito a partir da criação, junto com os grupos envolvidos, de uma associação de moradores e amigos da Lagoa da Chica, o que, provavelmente, ocorreria com muita discussão para se chegar a pontos comuns. Infelizmen-

---

<sup>105</sup>. Em reportagem publicada no Diário Catarinense, em 12 de setembro de 1994.

---

**ILUSTRAÇÃO 17 - LAGOA DA CHICA - EVENTOS**

---



## ▼ CAMPECHE

# Moradores fazem mutirão para salvar Lagoa da Chica

*Atividade teve a participação da comunidade, que plantou mais de 100 mudas de árvores nativas*

Moradores da praia do Campeche, no Sul da Ilha, realizaram ontem um mutirão na Lagoa da Chica, área de preservação permanente tombada por decreto do ex-prefeito Edison Andrino.

Apesar de estar protegida por lei municipal, a Lagoa se encontra em estado de abandono, sob ameaça constante de invasões. O mutirão começou às 9 horas, com o plantio de mais de 100 mudas de árvores de nove espécies nativas e da Mata Atlântica. A atividade contou com a participação de várias crianças da comunidade. Em cada muda plantada, foi colocada identificação, com o nome da espécie e da pessoa responsável pela árvore.

"Esta é uma maneira de envolvermos os moradores no processo de preservação da natureza da Lagoa da Chica", explicou a bióloga Mariza Prudência. O local serve de pouso para aves migratórias e reúne grande número de espécies da Mata Atlântica. As mudas foram colocadas no limite do parque, para que no futuro se transformem em uma barreira verde contra possíveis invasões, já que em vários pontos a cerca de proteção foi arrancada.

Os exemplares de cedro, peroba, ipê amarelo, cambaoté, araçá e pitanga foram produzidos no viveiro Pau Campeche, a partir de sementes colhidas nas florestas nativas que ainda existem na Ilha. Organizadores do mutirão, os biólogos João Medeiros e Alexandre Moreira, consideram que a preservação desse ecossistema só estará garantida no momento em que a comunidade se identificar com a Lagoa.

## Participação



DANIEL CONZIDC

*Crianças da comunidade ajudaram a plantar árvores nativas da Mata Atlântica*

Apesar de possuir churrasqueiras, mesas e bancos de concreto, a área é muito pouco frequentada.

**TOTEM** - Além do plantio de mudas de árvores, foram realizadas atividades culturais, como a apresentação de uma peça de teatro. Na entrada do parque, o integrante do grupo teatral Conta Cantos, Leopoldo Augusto Zúñiga, o Polo, esculpiu um totem. "Na tradição indígena, o totem é considerado o símbolo de uma coletividade, desempenhando o papel de protetor e guardião de seus valores", explicou. Esculpido em barro e concreto, o símbolo terá a função de mostrar o comprometimento dos moradores do Campeche com a preservação da Lagoa da Chica.

## Desafio é recompor ambientes devastados

Todas as mudas de árvores plantadas ontem na Lagoa da Chica são do viveiro

Pau Brasil, uma iniciativa comunitária dos biólogos Alexandre Moreira e

João Medeiros. Ao contrário de outros viveiros de plantas, este não tem qualquer finalidade comercial. "A reprodução de árvores nativas tem um objetivo científico, de verificar as melhores condições de se reconstruir as matas nativas destruídas", observa

Moreira.

Ele acrescenta que a maior preocupação é com a reconstrução dos microclimas originais, sem os quais as grandes árvores, tidas como madeira de lei, não conseguem se desenvolver. "Descobrir e recompor os ambientes que foram devastados é o nosso desafio."

As mudas que foram plantadas ontem servirão para aprofundar esse estudo, já que os dois biólogos pretendem acompanhar o desenvolvimento delas, quais as que melhor se adaptam e se desenvolvem junto ao ecossistema existente na Lagoa da Chica.



---

te, não é possível agora ter uma avaliação desse processo de discussão, pois ele está apenas iniciando, e a pesquisa acadêmica tem um prazo para ser finalizada.

## **4.2. O CAMPO DA AVIAÇÃO**

Localizado na Estrada Geral, Avenida Pequeno Príncipe, Rodovia Municipal 456, o Campo da Aviação (**ilustração19**) tem uma história diferente da Lagoa da Chica. Enquanto a história desta relaciona-se, principalmente, à sua preservação, como ambiente natural do qual a população vem historicamente se utilizando. A história do Campo está, também, ligada à história das comunicações no sul do Brasil e da América do Sul.

### **4.2.1. A História do Campo**

Na década de 1920, a área foi escolhida para a construção do primeiro aeroporto do Estado de Santa Catarina. Pertencente à *Air France*, abrigou, até a década de 1930, um ponto de apoio do correio aéreo realizado pela *Société Latécoère*, entre o Hemisfério Norte e o Sul até Santiago do Chile. Entretanto, bem antes da construção do Campo, o Campeche já havia estado ligado à história das comunicações, quando, ainda no século dezenove, foi construído o acesso da Ilha às comunicações telegráficas pelo cabo submarino da *Wester Telegraphic*. A conexão telegráfica passava pelo ponto da praia do Campeche chamado Pontal, próximo ao Campo<sup>106</sup>.

A área do Campo, antes de servir como aeroporto para os aviões da *Air France*, havia sido utilizada para o cultivo e para pasto de gado e tinha vários usuários. Segundo informações, os terrenos de alguns dos usuários eram demarcados por cercas de gravatás, delimitando assim o território que era ocupado por cada um

---

<sup>106</sup> Recentemente foi implantada no mesmo local o cabo de fibra ótica, que liga o Brasil aos países do Cone Sul. O engenheiro da Embratel, responsável pela definição do local para a conexão marítima do cabo, informou que esta escolha pela praia do Campeche foi ocasionada pelo fato do local ter sido utilizado, no passado, para o mesmo fim.

---

**ILUSTRAÇÃO 19 - CAMPO DE AVIAÇÃO - VISTA GERAL**

---



---

deles. Segundo E.<sup>107</sup>, a área do campo foi comprada pelos franceses, e a transação com os nativos foi intermediada por um morador do Rio Tavares, chamado *Senem*. E. lembra do processo como parte de sua própria história:

*“...o Puxa-saco é que... foi andando de porta em porta comprando terreno. Eu me lembro o nosso era... vinte um metro...não. Cento e cinquenta metro de largo... de cumprido por cento e cinquenta metro assim, com...por cinquenta assim, oh. Cinquenta de largura com cento e cinquenta de cumprido. Comprado por cinquenta mireis.”*

Ao longo de sua fala, o entrevistado, quando se referia a *Senem*, utilizava constantemente adjetivos como *“puxa saco”* e *“mandão”*, o que demonstra a posição de poder que esse personagem tinha a partir do acesso à pessoas ligadas às estruturas de poder de Florianópolis. Diz o informante: *“Mas, o povo tudo puxava ele, né?, porque ele era o mandão”*.

Segundo S., um nativo já da segunda geração, a partir do que foi ouvindo dos mais antigos, ele pode concluir que *Senem* colocava-se como uma espécie de representante dos moradores junto às autoridades, já que os moradores viviam relativamente isolados do centro da cidade. Diz ele: *“O pessoal pouco esclarecido, eles se espelhavam mais num líder que era o canalizador das forças políticas... Tudo que acontecia era através daquela pessoa.”* A partir desse fato, da existência de uma relação de poder entre o intermediador da compra e os moradores, e antigos donos da área, o entrevistado S. questiona a legalidade do processo de compra pelos franceses dos terrenos que compõem o Campo da Aviação:

---

<sup>107</sup>. E. é o morador nativo mais velho, conta atualmente com 92 anos.

---

*“Não existe aqui registro, por pessoas que tenham passado por isso, como foi negociado. Como estas terras chegaram às mãos dos franceses.” (...) “Não se sabe como isso foi adquirido, se isso foi cedido por pressão... Não existe recibo de quem passou prá quem...”*

Legalmente ou não, segundo os entrevistados, os franceses utilizaram a área até o início da Segunda Guerra Mundial. A presença dos franceses e o contato com uma cultura diferente, como também, com a tecnologia mais avançada da época, marcou a vida da comunidade de pescadores-lavradores do Campeche. Até hoje, histórias são contadas pelos mais velhos. Entre elas, está a das prováveis visitas do piloto e escritor francês Antoine de Saint-Exupéry<sup>108</sup>, e suas conversas com o velho Deca Rafael. Ou, ainda, aquela do nativo que de ver tanto avião acabou cheio de desejo de voar. Assim, para matar o desejo, construiu um avião caseiro amarrado em um pé de laranjeira, ficou dentro esperando o vento sul, e pediu a mulher que cortasse a corda quando o vento chegasse<sup>109</sup>. Lendas ou não, tais histórias estão hoje incorporadas à história do Bairro, através, entre outras coisas, dos nomes das suas ruas, como: avenida Pequeno Príncipe, rua da Aviação Francesa, rua Saint-Exupery, etc.

Depois da partida dos franceses, em 14 de setembro de 1944, pelo Decreto-lei de número 6.870<sup>110</sup>, a área do campo, como também, as instalações nela localizadas foram declaradas como desapropriadas por utilidade pública. O Decreto Federal desapropriou, ainda, outras instalações de propriedade da S.A. Air France localizadas em território nacional<sup>111</sup>. Coloca, ainda, o referido Decreto, que tais bens de propriedade da S.A. Air France e da Brasil Aérea Limitada, seriam arrolados e requisitados pelo Ministro da Aeronáutica desde que fossem considerados como indispensáveis à segurança nacional.

---

<sup>108</sup>. Autor, entre outros, de: *O Pequeno Príncipe*; *Correio do Sul*; e *Vôo Noturno*.

<sup>109</sup>. Esse tema virou recentemente em Florianópolis, no carnaval de 1995, enredo da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Colônia, o qual foi vencedor.

<sup>110</sup>. República Federativa do Brasil, Diário Oficial.

<sup>111</sup>. Localizadas na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal.

---

Depois da guerra, o aeroporto, segundo informações dos moradores, foi ainda utilizado para pouso de aviões da Panair do Brasil S. A., o que pode ser comprovado pela ficha de aeroporto em anexo. A Panair, segundo os moradores, arrendou ainda terrenos, cujas benfeitorias foram passadas para os proprietários, quando a empresa retirou-se do local.

A fundação do Aeroporto Hercílio Luz, na Tapera, próximo ao local da antigo Campo Militar, tirou o Campeche do contato direto com a tecnologia da aviação, como também, retira, definitivamente, da área do Campo de Aviação a função de aeroporto da cidade.

Ao longo dos últimos quarenta anos, a área tem sido qualificada por um uso público. Este caráter público do Campo de Aviação foi sendo garantido pela população com a utilização do local para a prática de esportes, como o futebol, o aeromodelismo, o arremesso de varas de pesca, e, também, para a pastagem de animais, e jogos infantis. É interessante observar que a maioria dos atuais usuários do campo têm claramente demarcados os seus territórios (**ilustração 20**). Estes territórios estão circunscritos no espaço, principalmente, através da demarcação dos campos de futebol de distintos clubes, e da área reservada ao aeromodelismo; esta última foi delimitada por valas e placas de perigo.

#### ***4.2.2. Processo de Apropriação***

Como não foi considerada como indispensável à segurança nacional, a área não foi conseqüentemente requisitada pelo Ministério da Aeronáutica. Com a desapropriação, o terreno do antigo aeroporto, deveria ficar sob o domínio da União. Isto pode ser confirmado quando se consulta o Decreto-Lei de número 9.760 de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União. Este Decreto inclui entre tais bens: ***“Os que tenham sido a algum título, ou em virtude de lei, incorporado ao seu patrimônio”***<sup>12</sup>. Entretanto, não se tem notícias se o

---

<sup>12</sup>. Legislação Federal, 1ª. Seção, Decreto-Lei 9760 - de 05 de Setembro de 1946, Título I, Capítulo I, Artigo 1º, item I.

---

**ILUSTRAÇÃO 20 - CAMPO DE AVIAÇÃO - DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS**

---



---

Serviço do Patrimônio da União (S.P.U.) em Santa Catarina promoveu a regularização dessa posse através dos procedimentos necessários<sup>113</sup>, considerados pelos Artigos 15º e 16º, do Decreto-Lei 9.760. Tais Artigos estabelecem que:

***“Art. 15. Serão promovidas pelo S.P.U. as demarcações e aviventações de rumos desde que necessárias à exata individualização dos imóveis de domínio da União e sua perfeita discriminação da propriedade de terceiros.***

***Art. 16. Na eventualidade prevista no artigo anterior o órgão local do S.P.U. convidará por edital sem prejuízo sempre que possível de convite por outro meio os que se julgarem sem direito nos imóveis confinantes a dentro do prazo de 60 (sessenta) dias oferecerem a exame os títulos”<sup>114</sup>***

Assim, o processo de regularização do imóvel fica em suspenso até a década de 70. Nessa época, inicia-se, como foi colocado no Capítulo 2, a mudança de valor da terra no Campeche com a dotação de um valor de troca aos imóveis ali localizados. Isso ocorre a partir do processo de urbanização com o acesso do bairro à infra-estruturas urbanas, com a pavimentação da Av. Pequeno Príncipe e instalação da energia elétrica. Dessa forma, o terreno do Campo de Aviação passa a adquirir com a urbanização um valor imobiliário.

Em 1971, no Governo Médici, é sancionada e publicada a Lei de número 5.658, que dispõe sobre a venda de imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e Marinha. A referida lei autoriza aos ministérios citados à venda ou permuta de imóveis da União sob sua jurisdição. Diz o seu Artigo 1º:

---

<sup>113</sup>. O acesso às informações do S.P.U. em Santa Catarina é extremamente difícil, . Segundo o Sr. Jonatas, da SAC-Sociedade Amigos do Campeche, um dos organizadores da UNACAMP- União das Associações Comunitárias, Eclesiásticas e Desportivas do Campeche, foi solicitado ao Serviço do Patrimônio da União, acesso ao processo de legalização do terreno, o que o SPU não concedeu.

<sup>114</sup>. Legislação Federal, 1ª. Seção, Decreto-Lei 9760 - de 05 de Setembro de 1946, Título I, Capítulo I, Seção III.

---

***“ Art. 1º. Os Ministérios da Aeronáutica e da Marinha são autorizados a proceder à venda ou a permuta de bens imóveis da União, de qualquer natureza, sob suas jurisdições, cuja utilização ou exploração não atenda mais às necessidades da Marinha e da Aeronáutica.”***<sup>115</sup>

Em 1973, ainda no Governo Médici, é sancionada a Lei de número 5.972, de 11 de dezembro de 1973<sup>116</sup>. Tal lei tinha como objetivo regular o procedimento para o registro da propriedade dos bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União. O Artigo 1º. da referida Lei define o prazo para o registro dos imóveis. Diz o texto: ***“Art. 1º. O poder executivo promoverá, até 31 de dezembro de 1975, o registro da propriedade dos imóveis da União.”*** No Artigo 2º. que regula a instrução do requerimento de registro de propriedade, o item I, 4º ponto diz que deve constar do requerimento ***“o título de transmissão ou a declaração da destinação pública do imóvel nos últimos vinte anos”***. Em 1975, o prazo para registro dos imóveis da União é prorrogado para 31 de dezembro de 1978, através da Lei de número 6.282<sup>117</sup>. Novamente, em 24 de outubro de 1978, o prazo para o registro dos imóveis pertencentes à União, é prorrogado para 31 de dezembro de 1988 pela Lei de número 6.584<sup>118</sup>.

Assim, apenas em 1978, é lavrada pelo S.P.U. uma certidão, certificando a posse da União Federal sobre o terreno do Campo de Aviação (em anexo). A dita certidão atesta ainda que a posse da União sobre o imóvel havia se constituído nos vinte anos anteriores ***“...sem qualquer contestação ou reclamação administrativa feita por terceiro”***.

Entretanto, como já foi dito anteriormente, e como assim indica a Lei 9.760, de 05/09/1946, não se tem notícias de publicação de edital, ou de convite por outro meio, convocando a pronunciarem-se os possíveis contestadores da posse do

---

<sup>115</sup>. Diário Oficial, República Federativa do Brasil, 8 de Junho de 1971.

<sup>116</sup>. Diário Oficial, República Federativa do Brasil, 13 de Dezembro de 1973.

<sup>117</sup>. Diário Oficial, República Federativa do Brasil, 10 de Dezembro de 1975.

<sup>118</sup>. Diário Oficial, República Federativa do Brasil, 25 de Outubro de 1978.



---

imóvel pela União. Em seguida, em 04 de junho de 1979, é sancionado o Decreto de número 83.544<sup>119</sup>, autorizando o registro do terreno do Campo de Aviação em nome da União Federal. O registro do terreno (em anexo) foi desta forma realizado, no Cartório do 2º. Registro de Imóveis, em 5 de setembro de 1979, ou seja, trinta e cinco anos após a sua desapropriação.

Em 1980, após o registro do terreno em cartório, através da Certidão (em anexo), de número 14/80, do Serviço do Patrimônio da União, S.P.U., a área é entregue ao Ministério da Aeronáutica. Na cessão, são colocadas algumas ressalvas referentes à utilização do imóvel:

*“...o referido próprio nacional é entregue ao outorgado, a cujo encargo ficará enquanto aplicado em suas atividades específicas, exceto se ocorrer a hipótese prevista na Lei 5.658, de 07 de junho de 1971”.*

Depois, continua com outras condições para a entrega do imóvel:

*“...na forma prevista no Decreto-Lei no. 9.760, de 05 de setembro de 1946 a presente entrega é feita nas seguintes condições: a) cessada a aplicação, reverterá o próprio nacional à administração do Serviço do Patrimônio da União, indetentente de ato especial (art.77); b) a entrega fica sujeita a confirmação 2 (dois) anos após a lavratura deste termo, cabendo ao Serviço do Patrimônio da União ratificá-la, desde que nesse período, tenha o imóvel sido utilizado no fim para que é entregue (art.79, 1º.); não poderá ser permitida a invasão, cessão, locação, ou utilização do imóvel em fim diferente do que justificou a entrega (art.79, 2o.)...”*

---

<sup>119</sup>. Diário Oficial, República Federativa do Brasil, 5 de junho de 1979.

---

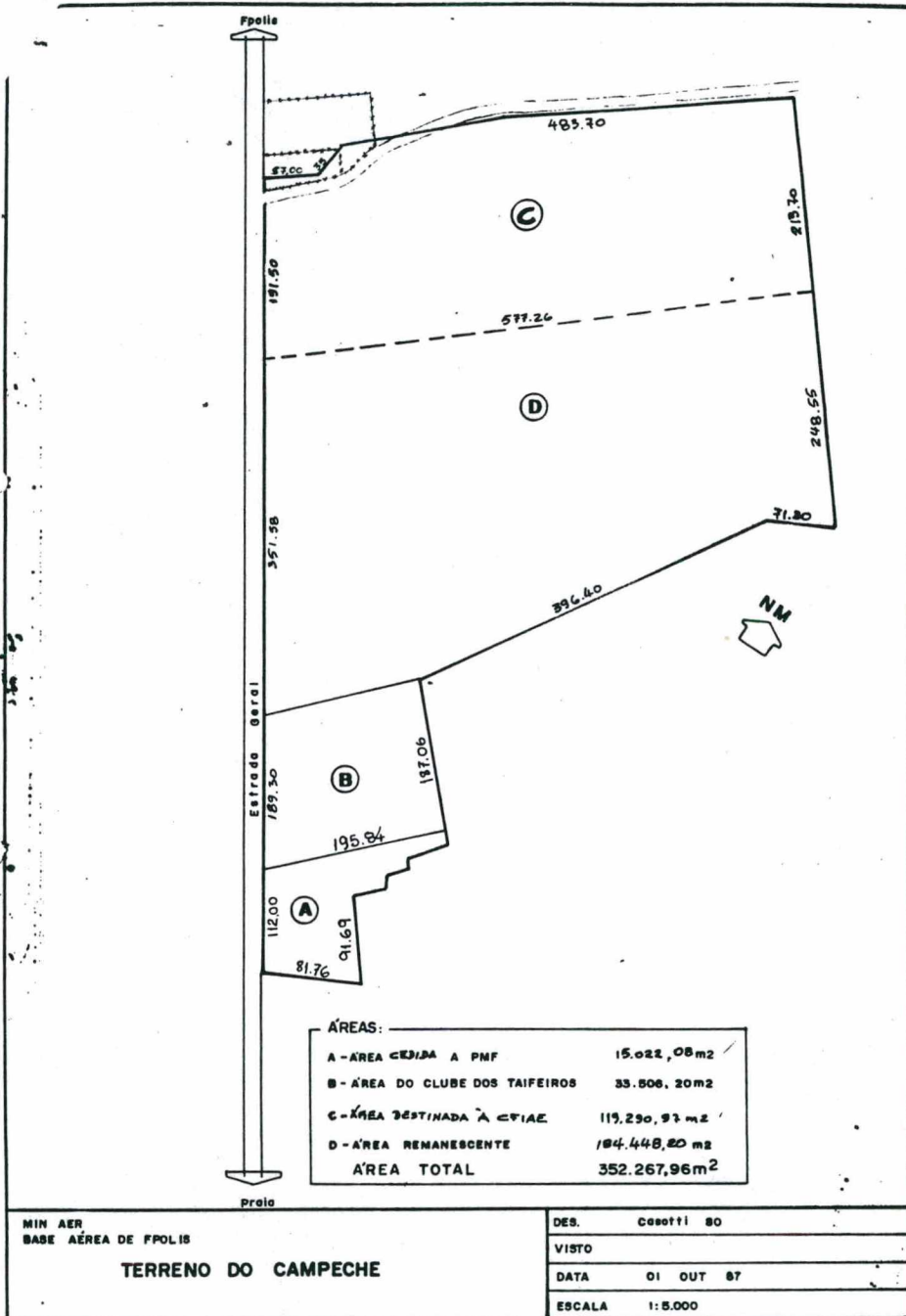
### **4.2.3. Quanto à Utilização do Imóvel**

O Ministério da Aeronáutica não tem feito uso do imóvel para suas atividades específicas, como é indicado nas condições estabelecidas pela Certidão de Entrega. O referido Ministério apenas promoveu a construção de cercas, delimitando o terreno, e procedeu o levantamento do mesmo (**ilustração 21**). Construiu, ainda, um marco comemorativo da Aviação, inaugurando-o em grande evento (**ilustração 22**). Por outro lado, o terreno vem sendo utilizado pela a população cotidianamente, principalmente, para a prática de atividades esportivas. Neste sentido, a Aeronáutica tem estabelecido com alguns dos atuais usuários da área um termo através de um contrato (em anexo) para a cessão do uso gratuito do local, dando ao imóvel um destino para um fim diferente do que foi justificado na entrega, caracterizando, dessa forma, a ilegalidade da guarda estabelecida pela Aeronáutica. Segundo a legislação, já deveriam ter sido tomadas pelo Serviço de Patrimônio da União providências no sentido de regularizar a situação do terreno.

Acredita-se que a finalidade da transferência do imóvel para a Aeronáutica, ao fim de todo esse período, era a sua alienação, possibilitada através da Lei de número 5.658, de 1971. O processo de venda do imóvel, felizmente, até hoje não foi concretizado. Segundo informações obtidas na Base Aérea de Florianópolis em 1995, as intenções do Ministério da Aeronáutica continuam no sentido de vender o imóvel para utilização dos recursos obtidos com a venda na melhoria de próprios do Ministério. Segundo S., foram várias as tentativas de venda da área ao longo do tempo, como também, as reações da comunidade:

*“A primeira foi proposta a venda para uma hípica, que se instalasse aqui uma hípica...Isso mais ou menos uns quinze anos atrás, na época o presidente do Conselho Comunitário era o Verôndino, e a comunidade então se mobilizou em peso e reagiu contra isso , e conseguiram suspender”. Um tempo*

# ILUSTRAÇÃO 21 - PLANTA DO TERRENO - CAMPO DE AVIAÇÃO



Geral

14/10/71

64-A  
DIÁRIO CATARINENSE

▽ AVIAÇÃO

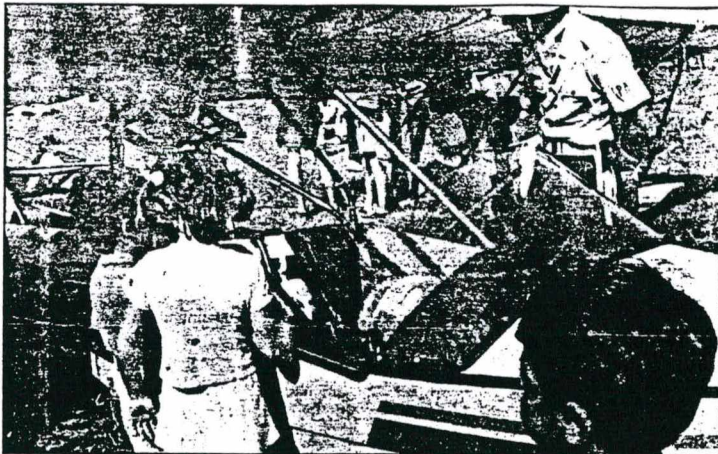
# Marco inaugurado com show de pára-quedistas

*Campeche viveu sábado com sol e festa para lembrar local onde a cidade entrou no mapa*

Florianópolis - Pilotos da época "romântica" da aviação e altas patentes da Aeronáutica se juntaram no sábado à tarde para inaugurar o marco histórico no Campeche, onde foi construída a primeira pista de pouso de Santa Catarina. Houve show de pára-quedismo, exposição de monomotores e giroscópios, e terminou com a apresentação de caças supersônicos. Outra atração foram os aeromodelos, que chegam a custar 500 dólares (cerca de Cr\$ 315 mil). Durante a Semana da Asa, o Clube de Aeromodelismo de Florianópolis estará fazendo demonstrações para o público.

A tarde iniciou com shows de pára-quedismo e de acrobacia aérea. Na inauguração estiveram presentes o co-

## Tentação



ROBERTO SCOLA/DC/Florianópolis

*Crianças viram aviões de perto durante comemoração que aconteceu sábado*

mandante do 5º Comando Aéreo Regional, Flávio Rocha Fraga, a primeira aviadora brasileira, Anésia Pinheiro Machado, de 90 anos, e o prefeito de Florianópolis, Bulcão Vianna.

O campo de pouso do Campeche foi construído em

1927, custou 10 contos de réis aos cofres públicos e serviu como ponto de parada para o antigo Correio do Sul transportar correspondência desde o Hemisfério Norte até Santiago do Chile. Nos discursos foram lembrados os heróis dos anos 20, como Saint-Exupéry, Mermoz e Guilhaumet.

## LEMBRANÇAS

O piloto francês Henri Ballot, de 71 anos, que reside em Florianópolis, foi um dos convidados para a inauguração. Ele é filho de Gabriel Ballot, que trabalhou com Saint-Exupéry nos tempos do Correio do Sul, e

chegou ao Campeche dirigindo o seu monomotor com cauda de lona plástica. Henri foi piloto militar e começou a voar em 1937, quando as pistas de pouso eram quadradas. Para vôos noturnos, estes campos tinham apenas três lâmpadas como guia dos pilotos.

Naquele tempo os aviões só tinham bússola para orientar-se, e se esta falhasse não havia rádio para comunicação do piloto com o pessoal em terra. O ex-piloto militar conta que em 1927 foi comemorada com grande euforia a chegada em Santiago do Chile, em apenas dois dias, de uma carta despatchada em Paris.

---

*após a Aeronáutica também intencionada lotear isso aí para os seus associados (...) para fazer um conjunto habitacional (...) mas como havia esses movimentos comunitários, e muito documento correndo, prá lá e prá cá, devem ter sido pressionados, ou acharam que o momento não seria aquele, e também foram retratando isso, e essa idéia também se foi, não levaram a efeito. Agora, com relação a esse movimento prá venda aí agora, logicamente que a comunidade vai se insurgir outra vez contra isso, e não vai permitir.”*

#### **4.2.4. O Movimento dos Moradores**

A administração do Campo de Aviação pelo Ministério da Aeronáutica vem sendo questionada por uma série de associações comunitárias, desportivas e eclesiásticas do Campeche fundamentadas na legislação acima colocada. As associações questionam, ainda, a possibilidade de privatização do imóvel através da sua alienação. Em 1991, algumas dessas associações criaram a União das Associações Comunitárias Eclesiásticas e Desportivas do Campeche - UNACAMP -. Faziam parte da UNACAMP, o Conselho Comunitário do Campeche, a AMOCAN - Associação de Moradores do Campeche, o SAC - Sociedade Amigos do Campeche, a ARCEU - Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Unidos, a APP - Associação de Pais e Professores - da Escola Básica Brigadeiro Eduardo Gomes, a APP - Associação de Pais e Professores - da Escola Reunida Januária Teixeira da Rocha, o Conselho Econômico e Administrativo da Capela São Sebastião. A UNACAMP iniciou um movimento no sentido de garantir o uso público da área do Campo de Aviação. Segundo S., as entidades organizadas na UNACAMP questionavam a apropriação da área pelo Governo Federal, e propunham o retorno do terreno para a comunidade, através da administração da Prefeitura de Florianópolis. Diz o entrevistado:

---

*"O pessoal começou então a usar esse terreno para o futebol, depois veio os pleitos das entidades daqui, no sentido de que isso retornasse à comunidade" (...) "Para que essa área fosse passada para a Prefeitura e que a Prefeitura então administrasse isso para a comunidade" (...) "A comunidade proporia o jeito dela, como ela queria utilizar esse terreno".*

O grupo elaborou uma carta que foi enviada ao então Presidente da República, o deposto Fernando Collor, solicitando a preservação da área do Campo de Aviação para uso público, e a cessão do terreno para a ser administrado pelo Município. Cópias dessa carta foram ainda enviadas para os parlamentares federais representantes do Estado de Santa Catarina.

O movimento da UNACAMP, baseado, principalmente, no apoio parlamentar, não teve sustentação. Ocorreram discordâncias, entre as lideranças e entre as entidades quanto ao encaminhamento do processo de reivindicação da área do Campo da Aviação.

A semente desse movimento, porém, está plantada tanto no coração dos antigos moradores, quanto no coração dos novos moradores. A população certamente arregaçaria as mangas para lutar pela garantia do Campo de Aviação como espaço público, e contra a sua privatização. Esta privatização negaria, definitivamente, o conteúdo de utilidade pública contido no Decreto que desapropriou o antigo e primeiro aeroporto da cidade de Florianópolis. Os diversos movimentos de moradores do bairro, já citados anteriormente, sempre incorporaram a preservação do Campo de Aviação como espaço público, nas suas pautas de reivindicações. Apesar de ter sido sempre alvo de reivindicações no sentido de sua preservação, o Campo não teve o mesmo destino das outras áreas, as quais, como já foi dito, foram alvo de legislação de preservação ao nível municipal.

No orçamento participativo, encaminhado pela Prefeitura em 1993, durante a gestão de Sérgio Grando, foi destinada verba para a recuperação do antigo han-

---

gar da Aviação Francesa, parte integrante do complexo do aeroporto localizado em área próxima ao Campo da Aviação. O hangar deveria ser destinado para a função de um centro cultural. A obra, infelizmente, não foi até agora finalizada, como também, não se tem notícia de um projeto cultural encaminhado pela Prefeitura. Os moradores têm realizado alguns projetos culturais e educativos, buscando apoio institucional, no sentido de garantir o hangar como espaço disseminador de uma identidade cidadã no bairro. Entretanto, estes projetos não estão tendo um respaldo institucional que permita a sua viabilização. A Prefeitura perde a oportunidade de trabalhar realmente em parceria com a população local no sentido de construir democraticamente o bairro do Campeche.

---

---

---

---

## **CONCLUSÃO**

---

Como foi visto ao longo deste trabalho, que é aqui finalizado, o Estado, através da sua ação direta, fiscalização e gestão do espaço, e ação indireta via planejamento urbano, não só se omite de efetivamente cumprir o seu papel de Poder Público (fazendo, no mínimo, valer a legislação vigente), como também, ignora os processos sociais e históricos, os quais têm garantido no Campeche a apropriação coletiva do espaço, e a configuração dos espaços públicos.

No primeiro capítulo, observou-se como o processo de urbanização transformou a paisagem do Campeche, e as suas consequências sobre o meio físico. A problemática físico-ambiental, e as possibilidades da ocorrência de consequências, já haviam sido apontadas desde o Diagnóstico do Plano Diretor dos Balneários; entretanto, não foram tomadas providências no sentido de evitar, ou mesmo, direcionar a ocupação de uma área frágil (sob o ponto de vista ambiental).

No segundo capítulo, constatou-se como o processo de urbanização ocasionou um impacto sobre a estrutura social, e sua relação com a terra. Como consequência desses processos, hoje o Campeche tem uma população, na sua grande maioria, que ganha a sua subsistência com trabalhos urbanos. Uma população recém-chegada, que ainda não desenvolveu, na sua totalidade, vínculos comunitários, que a identifique com os interesses coletivos.

O planejamento urbano, por sua vez, não tem desenvolvido projetos de uso e de ocupação do solo que possam dar conta da realidade. De forma contraditória, os projetos são desenvolvidos no intuito de que o real seja adaptado aos modelos urbanos preestabelecidos. Desta forma, ignora que um fator determinante da identidade dos lugares é o seu valor histórico, enquanto memória co-



---

letiva - a própria relação que a comunidade tem com o lugar, e o significado simbólico que este adquire para ela.

Neste contexto, os espaços públicos ficam ameaçados de perderem o seu significado definido historicamente pelo uso da população como **lugar antropogeográfico**, cuja referência transcende o espaço físico: um lugar delimitado e instaurado pela atividade simbolizadora do homem, um espaço palco de relações sociais e culturais, de exercício da democracia e da cidadania, um espaço de produção da história.

O planejamento urbano, por sua vez, perde a oportunidade de, pela primeira vez, acertar numa proposta para a planície do Campeche. O planejamento correto implicaria, porém, no esquecimento das propostas megalômanas, numa atitude mais humilde de abertura dos canais de comunicação dos técnicos para a fala dos moradores, articulando o espaço urbano a partir do que ainda resta dos espaços públicos criados historicamente. Não é possível admitir que o planejamento tenha apenas a intenção de viabilizar os grandes projetos imobiliários para o local. Os técnicos preocupados com modelos, na verdade, planejam a reboque desses projetos imobiliários, legalizando-os como fato consumado. Um exemplo é o projeto imobiliário Novo Campeche que garante a antecipação das *“...normas do novo plano diretor dos balneários”* (ilustração 23).

Ao longo de diferentes administrações municipais, do PMDB, do PDS (depois PPR e hoje PPB), e da Frente Popular, observou-se, guardadas as diferenças ideológicas, posturas semelhantes frente à construção do espaço urbano do Campeche: um descaso para a participação dos moradores na construção do bairro. A alternativa que resta é a de sempre: garantir o espaço conquistado do movimento de moradores nas suas mais diversas formas e articulações. Principalmente, nas suas lutas diárias para a construção de um dos bairros que mais cresce na cidade. A potencialidade criativa e a diversidade cultural hoje enco-

# Novo Campeche

*O seu futuro endereço.*



*O Novo Campeche é um projeto moderno, com muito espaço, que antecipa as normas do novo plano diretor dos balneários, integrado à natureza. Viva o conforto de morar na praia a poucos minutos do Centro da Ilha de Santa Catarina.*

**Lotes com 450 a 995 m<sup>2</sup>**

**Infraestrutura completa:**

- Prontos para construir
- Energia elétrica
- Rede de água e telefônica
- Ruas asfaltadas

 **B & C ENGENHARIA**  
(048) 224-2014

 **Construtora Nacional**  
(048) 222-3522

 **JAT ENGENHARIA**  
(048) 224-2414

 **PEDRITA**  
(048) 237-4133

---

trada no bairro é visível. O espaço urbano vem sendo construído cotidianamente pela maioria da população com os instrumentos que ela dispõe, usando as alternativas colocadas pela sua disponibilidade econômica e pela sua criatividade<sup>120</sup>. Infelizmente, o Poder Público Municipal não tem usado esse potencial da população de uma forma positiva, não assumindo a Prefeitura um papel de vanguarda na articulação de um processo de planejamento democrático, na construção da cidade real.

Os moradores, entretanto, têm buscado suas formas alternativas para resistir ao processo de valorização do solo, garantindo seus espaços públicos, criando seus canais de representação e de luta. A Prefeitura de possível vanguarda de um processo acaba funcionando apenas a partir da pressão desses movimentos de moradores ou viabilizando os interesses imobiliários.

Neste sentido, como sugestão deste trabalho, propõe-se uma revisão das diretrizes institucionais de planejamento urbano para Florianópolis, e, em especial, para o Campeche, bem como de sua metodologia de diagnóstico e de planejamento do espaço urbano. Considerando que a cidade é o lugar geográfico do espaço público, e apesar da ameaça da perda desta sua característica na privatização do público, neste momento da história, acredita-se, ainda, na possibilidade de reversão deste quadro. Isto pode ser realizado através do repensar da dimensão do espaço público, incorporando categorias históricas e culturais, em substituição às categorias econômicas de mercado.

O planejamento urbano democrático deveria ser considerado como uma das principais diretrizes de planejamento das futuras Administrações Municipais. O planejamento democrático propõe ouvir os diversos grupos sociais envolvidos na construção do espaço urbano, privilegiando, entretanto, sempre os interesses públicos sobre os interesses privados. Neste sentido, deveriam ser clara-

---

<sup>120</sup>. A criatividade aqui é vista de forma ampla, não se quer fazer julgamentos do tipo: de boa qualidade de má qualidade.

---

mente explicitados e discutidos os interesses da sociedade na aprovação do **Plano de Desenvolvimento-Campeche**, que pode vir a ser, não um regulador na ocupação do espaço do Campeche, mas mais um equívoco cujo ônus, se o plano chegar ao status de lei, será pago ao longo das futuras gerações.

Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, abril de 1996.

---

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AGUIAR, Ana Cláudia Allet. A natureza jurídica da Ilha de Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Ciências Humanas, especialidade em Direito. Curso de Pós-graduação em Direito, UFSC, 1993. (xérox)
- AGOSTINHO, Maria da Graça, e AMORA, Ana. Desenvolvimento urbano em Florianópolis: o caso do Campeche. (xérox)
- ARANTES, Otília. "A ideologia do lugar público". In: O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ EDUSP, 1993.
- ARAÚJO, Dorothy e LACERDA, Luiz Prudente de. "A natureza das restingas". In: *Ciência Hoje*, n.37.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.
- BECK, Anamaria. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. In: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina -, Núcleo de Estudos do Mar. O mar e seus recursos ictícos. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.
- \_\_\_\_\_. Lavradores e Pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. UFSC, Florianópolis, 1979 (xerox).
- BERMAN, Marshall. "A fundação e os fundamentos das novas cidades". (trad. e adaptação João M. Valencise). *Revista Tântalo*. São Paulo, nov/dez/93-jan/94, p.14/19, 1994.
- \_\_\_\_\_. Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- BOSI, Eclea. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- CAMPOS, Nazareno José de. Terras comunais na ilha de Santa Catarina, Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.
- CARDOSO, Adauto Lúcio e RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1989. (xérox)
- CARDOSO, Ruth. "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método" In: CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- CASCAES, Franklin Joaquim. Franklin Cascaes: vida e arte e a colonização açoriana (org. Raimundo C. Caruso). Florianópolis, Editora da UFSC, 1988.
- CASTRO, Sônia Rabello de. O estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo, Editora Ática, 1989.

---

D'EÇA, Luiz Felipe da Gama Lobo. "Via expressa sul". In: *Jornal Sul da Ilha*. Florianópolis, ano 1, n.1, agost/95, p.16.

\_\_\_\_\_ "Via parque". In: *Jornal Sul da Ilha*. Florianópolis, ano 1, n.2, out/95, p.16.

\_\_\_\_\_ "Conheça o plano metropolitano". In: *Jornal Sul da Ilha*. Florianópolis, ano 1, n.3, nov./95, p.12/13.

\_\_\_\_\_ "Conheça o plano metropolitano". In: *Jornal Sul da Ilha*. Florianópolis, ano 1, n.4, dez/95, p. 08/09.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *Histórias de vida da abordagem de problemas educacionais*. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

DIAS, Vera Lucia Nehls. *Tantos Campeches quantas imaginações: um estudo sobre o espaço do Campeche*. Dissertação de Mestrado em Geografia - Curso de Pós-graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1995 (xérox).

DIEGUES, Antônio Carlos. "A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para a sua sobrevivência". *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, n.38, ano XIII, p.02/24, 1988

DURHAM, Eunice R.. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ESPLAN. *Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis*. Florianópolis: 1969/72. (xérox)

FIRTH, R. *Malay Fisherm-their peasant economy*. Londres: Routlege and Keagan & Paul, 1971.

FURTADO, L.G. "Antropologia da pesca: um projeto de pesquisa em duas áreas pesqueiras do Pará". In *Ciências sociais e o mar*. A.C.S. Diégues e R.R. Sales (org.). pp.40/52. São Paulo: IOUSP/F.FORD/UINCN, 1988.

\_\_\_\_\_ *Currálistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: CNPq/MCT, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 1989.

GONDIM, Linda M. "Em busca da utopia: reflexões sobre a pesquisa no campo do planejamento e da gestão urbana". *Ram-Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, no.211, ano XLI, Abr/Jun, p.08/17, 1994.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *A mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_ *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

---

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

HUET, Bernard. "A cidade como espaço habitável". In: *Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, ano 2, n.9, dez 86/jan 87, pp. 82-87.

IBGE. Censo demográfico de 1960.

\_\_\_\_\_ Censo demográfico de 1970.

\_\_\_\_\_ Censo demográfico de 1980.

IPUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. *Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha, diagnóstico*. (xérox) Florianópolis, 1984.

\_\_\_\_\_ *Plano de desenvolvimento Campeche - rezoneamento, projeto de lei*. (xérox) Florianópolis, 1994.

\_\_\_\_\_ *Parque tecnológico do Campeche - plano de urbanização específica*. Florianópolis, 1992.

\_\_\_\_\_ *Plano de desenvolvimento turístico do aglomerado urbano de Florianópolis*. CNDU/BIRD, Florianópolis. 1981.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Porto: Portucalense, Editora, 1972. 2 vol.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia, UFSC, Florianópolis, 1991 (xérox).

\_\_\_\_\_ Modos de vida e identidade: um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social, na Ilha de Santa Catarina. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1991 (xérox).

LASTÓRIA, Luiz Antonio Calmon Nabuco. Ética, estética e cotidiano. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_ O pensamento marxista e a cidade. Póvoa de Varzim: Ed. Ulisseia.

LISBOA, Armando de Melo. "Construindo uma identidade insular: o jeito manezinho de ser. notas provisórias para um estudo do modo de vida ilhéu". In: Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Uma cidade numa ilha, textos preliminares para discussão*. Florianópolis, 1995 (xérox).

MACIOTI, Maria Imacolata. "Vida cotidiana". In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: Coleção, os pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_ O capital - v.1. In: Coleção, os economistas. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

MATOS, Olgária. "A cidade e o tempo, algumas reflexões sobre a função social das lembranças". *Revista Espaço e Debates*. São Paulo.

MATTA, Roberto da. O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

---

MELO, Hygina Bruzzi de. "A dissolução do político: morte e vida do espaço público", *Revista Síntese, nova fase*. Belo Horizonte, n.49, v.XVII, p.29/54, 1990.

PACHECO, Regina Silvia et Alli. "Atores e conflitos em questões ambientais urbanas". In: MAIMON, Dália e VIEIRA, Paulo (org.). As ciências sociais e a questão ambiental: rumos a interdisciplinaridade. São Paulo: ,1993.

PELUSO JÚNIOR, Victor António. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC/ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEPONIS, John. "Space, culture and urban design in late modernism and after". In: *EKISTICS*. Atenas, Athens Center of Ekistics, vol. 56, n.334/5, jan-abr. 1989, pp. 99-108.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Plano Diretor - Lei n. 1.440. Florianópolis, 1976 (xérox).

\_\_\_\_\_ Plano Diretor dos Balneários - Lei n.2.193/85. (xerox). Florianópolis, 1985.

\_\_\_\_\_ Consulta nacional sobre a gestão do saneamento e do meio ambiente urbano - relatório Florianópolis/SC. Florianópolis, Prefeitura Municipal/IBAM/Programa de Gestão Urbana para a America Latina e Caribe-UMP/LAC/BIRD,1994.

RIZZO, Paulo. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia - caso de Florianópolis - 1950/1990. Dissertação de Mestrado em Geografia. Curso de Mestrado em Geografia. UFSC, Florianópolis, 1993. (xérox).

ROSSI, Aldo. La arquitectura de la ciudad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976.

SANTOS, Carlos Nelson. A cidade como um jogo de cartas. Rio de Janeiro: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

\_\_\_\_\_ O uso do solo e o município. Rio de Janeiro: IBAM, 1990

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1982.

\_\_\_\_\_ O Espaço do cidadão. São Paulo: Ed. Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_ Espaço e método. São Paulo: Ed. Nobel, 1988.

SCOTT, Allen J., e STORPER, Michael. "Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica". In: *Espaço e Debates*, São Paulo, n.25, ano 1988.

Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico - diagnóstico municipal de Florianópolis. Florianópolis, 1990 (xérox).

SINGER, Paul. "O uso do solo na economia capitalista". In: MARICATO, Erminia (org). A produção capitalista da casa e da cidade. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1979.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



---

---

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

---

01 - VASSOURAIS.....	23
02 - MATA EM RECUPERAÇÃO .....	24
03 - OCUPAÇÃO DAS DUNAS E DA RESTINGA.....	26
04 - TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM - 1957 .....	27
05 - TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM - 1966 .....	28
06 - TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM - 1978 .....	29
07 - TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM - 1994 .....	30
08 - DRENAGEM SUPERFICIAL .....	32
09 - OCUPAÇÃO DAS DUNAS .....	33
10 - PRIVATIZAÇÃO DE DUNAS E RESTINGA .....	88
11 - PRODUÇÃO DA MALHA URBANA.....	89
12 - LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS.....	93
13 - MODELO DE MILTON KEYNES.....	117
14 - O AMBIENTE VIVO DA LAGOA DA CHICA.....	141
15 - DRENAGEM DA LAGOA DA CHICA.....	143
16 - VISTA AÉREA DA LAGOA DA CHICA.....	146
17 - LAGOA DA CHICA - EVENTOS.....	148
18 - LAGOA DA CHICA - EVENTOS.....	149
19 - CAMPO DE AVIAÇÃO - VISTA GERAL.....	151
20 - CAMPO DE AVIAÇÃO - DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS .....	155
21 - CAMPO DE AVIAÇÃO - PLANTA DO TERRENO .....	160
22 - CAMPO DE AVIAÇÃO - INAUGURAÇÃO DO MARCO DA AVIAÇÃO .....	161
23 - LOTEAMENTOS REGULARIZADOS PELO PLANEJAMENTO .....	167

---

## **LISTA DE MAPAS**

---

01 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	16
02 - FORMAÇÃO GEOLÓGICA DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	18
03 - TIPOS DE SOLOS DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA ....	19
04 - FITOGEOGRAFIA DA PLANÍCIE DO CAMPECHE NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	20
05 - SISTEMA DE RODOVIAS ESTADUAIS NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	52
06 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.....	104
07 - CONDIÇÕES FÍSICAS PARA OCUPAÇÃO DA PLANÍCIE DO CAMPECHE - PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS .....	109
08 - MODELO DE OCUPAÇÃO PARA A PLANÍCIE DO CAMPECHE - PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS.....	110
09 - ZONEAMENTO - PLANO DIRETOR DOS BALNEÁRIOS.....	111
10 - SISTEMA VIÁRIO - PLANO DE DESENVOLVIMENTO - CAMPECHE .....	121
11 - ZONEAMENTO - PLANO DE DESENVOLVIMENTO - CAMPECHE.....	130

---

## LISTA DE TABELAS

---

01 - Evolução da População Economicamente Ativa - PEA - do Município de Florianópolis - 1970-1980-1989 .....	59
02 - Evolução do Setor Primário no Município de Florianópolis .....	59
03 - Origem dos Moradores do Campeche .....	78
04 - Tempo de Moradia no Campeche - Moradores Oriundos de Florianópolis .....	78
05 - Tempo de Moradia no Campeche - Moradores Procedentes de Outros Municípios .....	78
06 - Motivos da Migração para Florianópolis .....	79
07 - Propriedade do Imóvel .....	79
08 - Escolaridade Idade>24 e Idade<50 .....	80
09 - Principal Atividade Geradora de Renda .....	80
10 - Faixas de Renda em Salários Mínimos (SM) .....	81
11 - Participação Comunitária .....	81
12 - Problemas do Bairro .....	82
13 - Opções de Lazer- Crianças .....	83
14 - Opções de Lazer - Jovens .....	83
15 - Opção de Lazer - Adultos .....	84

---

## ANEXO 1

---

### 1ª CARTA DOS MORADORES DO CAMPECHE SOBRE OS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DA ABBA.

Nós moradores do campeche reunidos a partir do dia 27 de novembro de 1989, para discutir as propostas de urbanização de nossa comunidade, apresentadas pelo IPUF, até a presente data, deliberamos os seguintes pontos:

Em princípio, rejeitamos os dois projetos apresentados pelo IPUF por não atenderem as reais reivindicações básicas da comunidade, uma vez que não foi ouvida previamente, nem respeitarem sua história e ecologia.

Julgamos que num primeiro momento é fundamental fazer cumprir a legislação ambiental existente que preserva as dunas, continuamente cercadas, as lagoas da CHICA E PEQUENA invadidas por várias construções que inclusive, vêm ameaçando sua existência, o rio do JOÃO FRANCISCO E O MORRO DO LAMPIÃO, tomando as medidas necessárias para a sua recuperação e adequada utilização como áreas de lazer e recreação das gerações atuais e futuras.

Destacamos que nestas áreas ainda se mantêm raras espécies de vegetação de restinga e diversas aves em extinção.

Deverão ser garantidos e reabertos os caminhos históricos que dão acesso ao mar e ao morro, evitando-se as cercas, vãos e construções que bloqueiem sua visão e livre passagem.

Devem ser resgatadas e recuperadas ainda, o núcleo históricos, os engenhos e a área do mais antigo campo de aviação do estado, que além de servir até hoje como campos de futebol de várzea, é uma ampla área de pastagem para o gado leiteiro ainda existente na região e abriga em seu limite leste o antigo angar da Air France, (atual centro comunitário) que deverá ser tombado e transformado em museu-escola do Campeche.

Os planos urbanísticos para o Campeche, ao invés das grandes vias e adensamentos projetados sem a mínima infra-estrutura como sempre ocorre (vide vias de contorno das baías norte e sul), deverá delimitar precisamente, as áreas de

SEGUE:

---

preservação, as áreas de pastagens criação, e plantio, bem como deverá atender as reivindicações essenciais da comunidade quais sejam: implantação imediata de redes de água e esgoto, em escala ecologicamente compatível; melhoria das vias, estradas e acessos históricos existentes e que venham a servir a uma harmônica expansão urbana que não comprometa a paisagem nem a qualidade de vida.

Além disso, deverá ser previsto atendimento das necessidades mais elementares continuamente reivindicadas pela comunidade, de melhoria do transporte coletivo, dos serviços do posto de saúde e da ampliação da escola incluindo a faixa do pré-escolar e do 2º Grau, a instalação de novas linhas e postos de telefone público, de uma agência de correio.

A comunidade reivindica também a ampliação do Projeto Beija-Flor de limpeza Urbana que já funciona bem no núcleo histórico (Mato de Dentro), a todo o Campeche.

Todos os planos e projetos previstos para o Campeche deverão ser submetidos à apreciação da associação dos Moradores e demais entidades representativas da comunidade, uma vez que estamos interessados na sua realização, abertos ao diálogo e dispostos a participar de suas formulações.

Florianópolis, 21 de dezembro de 1989.

AMOCAM-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPECHE.

---

## ANEXO 2

---

### CARTA ABERTA

No apagar das luzes do Governo Bulcão, foi encaminhado à Câmara Municipal de Florianópolis um projeto de desenvolvimento urbano para o Campeche e Rio Tavares, que prevê a implantação de uma cidade de 450.000 habitantes nessas localidades.

O projeto deu entrada na Câmara em 23 de novembro do corrente ano, mas o Presidente já convocou uma sessão extraordinária para o próximo dia 16 de dezembro, o que significa que o projeto pode ser aprovado até o final do ano.

Desse projeto não participamos e, nem fomos ouvidos, apesar de termos apresentado sugestões concretas referentes ao que pretendemos para estas áreas: preservação de morros, dunas e lagoas; melhoria das condições de vida da população; recuperação dos espaços históricos; e uma escala de cidade compatível com o seu ecossistema.

Julgamos que este projeto deva ser melhor discutido pela comunidade, que é quem deve dizer quais são as suas prioridades para estas áreas, como também para o Município.

SERA QUE UMA CIDADE ASSIM NOS INTERESSA ?

Cabe dizer que a população atual de Florianópolis é de cerca de 300 mil habitantes e não estão ainda solucionados problemas como lixo, abastecimento de água, esgotos, etc.

Como serão tratados estas questões, se ainda não temos condições mínimas de vida urbana ?

DE ONDE VIRA A ÁGUA PARA TANTA GENTE ?

ONDE VÃO COLOCAR O LIXO ?

DE ONDE VÃO TIRAR O DINHEIRO PARA PAGAR TUDO ISTO, E MAIS AS NOVAS ESTRADAS DO TIPO BEIRA MAR NORTE ? ( Do IPTU, das contas de água e luz ?)

**VENHA PROTESTAR NA CAMARA DE VEREADORES SEGUNDA-FEIRA, AS 17:00 horas, DIA 14 DE DEZEMBRO.**

AMOCAM (Associação de Moradores do Campeche)

CONSELHO COMUNITARIO DO RIO TAVARES

CONSELHO COMUNITARIA DA FAZENDA RIO TAVARES

ASMOPE ( Associação de Moradores da Lagoa do Peri

CECA ( Centro de assessoria de movimentos populares )

## ANEXO 3

19 424 230/0001-38

LORIANÓPOLIS CARTÓRIO DE PAZ  
E TABELIONATO

Rua Geral, s/n

SANTANO DO SUL - CEP 88000

GERALÂNDIA - SC

PROVIMENTO Nº 02/94 - 31.01.94



### Documentos necessários à transferência de posse

a) certidão expedida pela Diretoria de Assuntos Fundiários da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina, de que o imóvel não pertence - ao patrimônio público estadual e não foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação;

b) certidão da Secretaria do Patrimônio da União - Delegacia de Santa Catarina, de que a área não pertence ao patrimônio federal e não se localiza em área de marinha;

c) certidão da Secretaria da Fazenda do Município em que se situa o imóvel, de que o mesmo não integra (integra) o seu patrimônio; e o parcelamento é regular;

d) parecer da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente - FATMA, de que a área não se destina à preservação ou à recuperação ambiental;

e) planta de localização do imóvel executada por técnico credenciado junto ao CREA, com o detalhamento - da área superficial, confrontações, nome dos confrontantes, localização geográfica e outros pontos de referência.

O serventuário fará com que sejam cumpridas, - rigorosamente, as prescrições do art. 225, da Lei nº 6015/-73 (Lei dos Registros Públicos).

O art. 225, da Lei 6015/73, diz o seguinte: - "Os tabeliães, escrivães e Juizes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem com preci-são, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado - par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que - distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário.

f) duas testemunhas, conhecidas do cedente;

g) escritura anterior de posse ou documento equi

valente.

## ANEXO 4

Florianópolis, 03 de junho de 1987.

Bo. Emo. Sr.  
Edson Andrino  
Pref. Municipal de Fpolis  
Nesta

Nós, abaixo assinados, preocupados com a preservação das belezas naturais e culturais do Campeche, vimos reiterar formalmente um conjunto de propostas que julgamos fundamentais para a nossa comunidade.

1- Cumprimento da Legislação que protege as dunas e as margens das Lagoas, promovendo a limpeza imediata das cercas e a mudança das edificações im próprias.

2- Criação do Parque da Lagoa da Chica, demarcando a área com árvores frutíferas e mantendo um herbário da rica flora nativa.

3- Tombamento da área do antigo aeroporto de Florianópolis, que hoje abriga vários campos de futebol, a escola e, inclusive, o Centro Comunitário que deverá também servir como Museu do Campeche sob os cuidados do Conselho e da Associação de Moradores. Nesta mesma área propomos a constituição de um Horto Florestal que poderá contar com a orientação da profª Tsugui Nilsson do Instituto Botânico de São Paulo e o apoio da comunidade local.

4- Cientes de que se planeja um novo acesso à Joaquina, via Campeche, vimos manifestar desde já nossa contrariedade em relação ao projeto pelos danos que irá causar para o meio ambiente.

Há necessidade de um plano global de urbanização, que seja criado e discutido junto com a comunidade local.

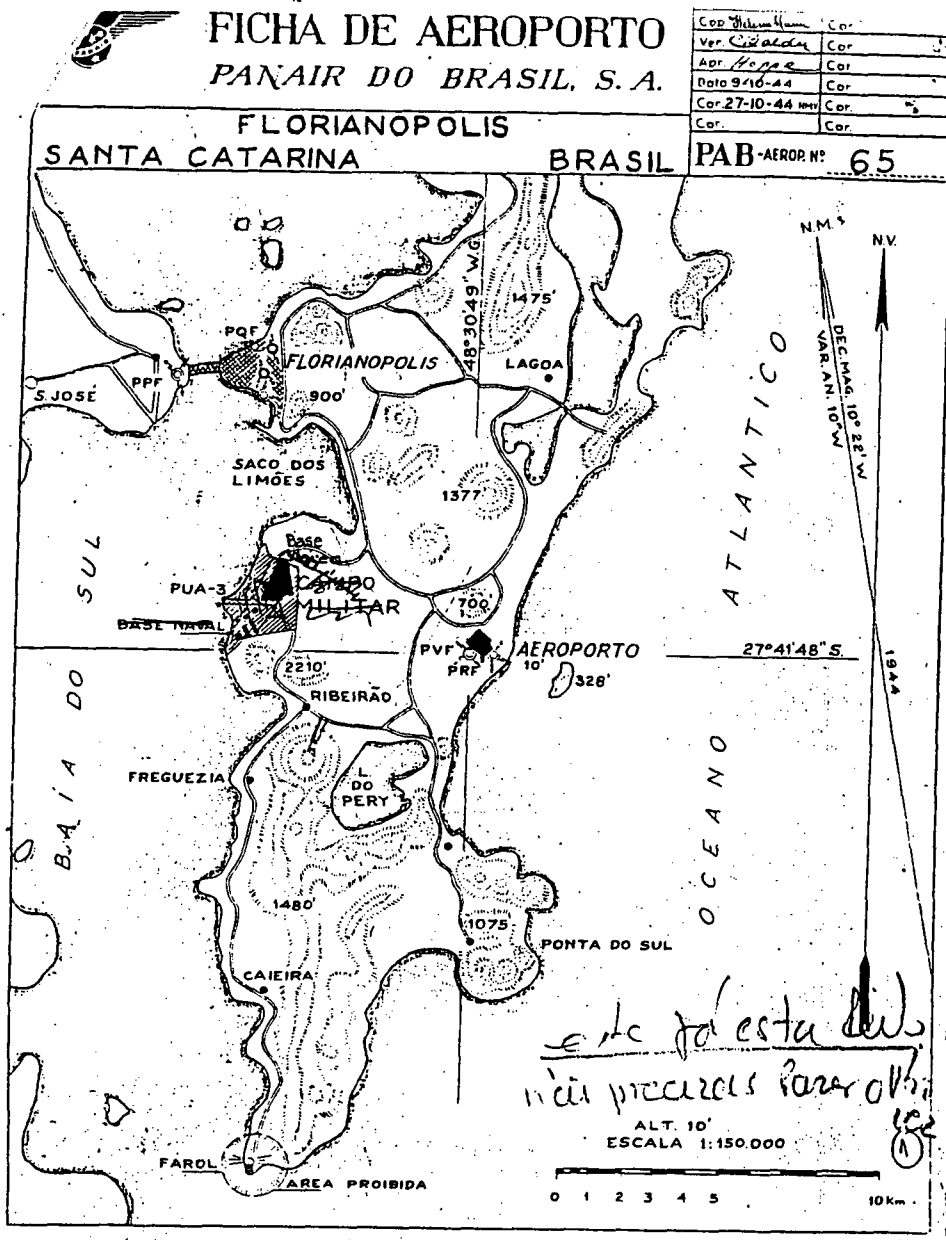
Certos de sua atenção, colocando-nos a seu inteiro dispor para todas as iniciativas neste sentido;

Subscrevero-nos, atenciosamente

RINO JOÃO VIGÁRIO *[assinatura]* AMOCAM - PRES  
SILVA *[assinatura]* DIR. GERAL - INST. DE SURF DO CAMPECHE - ASC - PRESIDENTE  
LUIZ CARLOS SILVA - MORADOR - VIGARTE  
PRESIDENTE C.C.U. *[assinatura]*



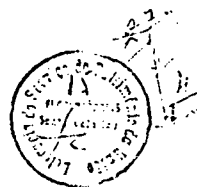
# ANEXO 5



- |  |  |
|--|--|
| ÁREAS PASSÍVEIS<br>DE APROVEITAMENTO<br>AGRÍCOLO | (ÂMBITO D?)<br>A - BAIXE<br>B - CAMPECHÉ<br>C - RIBEIRÃO<br>D - CAIEIRAS |
|--|--|

# ANEXO 6

SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL



C E R T I D ã O

Nº 115/78

Certifico, para os fins previstos na Lei nº 5.972, de 11/12/75, cujo prazo de vigência foi prorrogado até 31.12.78, conforme disposto na Lei nº 6.282, de 09.12.75 que o imóvel situado em Zona Rural na localidade denominada Campeche, Distrito da Lagoa da Conceição, Município de Florianópolis - SC, pertencente à circunscrição judiciária do 2º Cartório do Registro de Imóveis, da Comarca de Florianópolis, está na posse da União Federal nos últimos vinte anos, sem qualquer contestação ou reclamação administrativa feita por terceiros quanto ao domínio ou posse e apresenta as seguintes características: (confronta a sudoeste com a estrada para a praia do Campeche, mede 340,00 metros; a Noroeste, com terras de Maria Marta Barreto da Rocha e a Estrada para a Lagoa da Conceição, mede 554,70 metros; a Nordeste, com terras dos sucessores de Maria Vicenza de Ramos, Inácio Braz, Beloni de tal Dionísio Cavalante, Ardorí Francisco Luz e Edir Vieira, mede 462,25 metros; a Sudoeste com terras de João Francisco, Dionísio Rafael Inácio, Riquel Medeiros, Maria Augusta, Ana Martins e Nicolau Seboldt, mede 465,70 metros; a Nordeste e Sudeste, com terras de Pedro Manoel da Rocha, Dionísio Rafael Inácio, Elenir Manoel Inácio, Júlio Manoel Inácio, mede 483,90 metros, perfazendo a área de 352.327,96 m<sup>2</sup>, existe no terreno uma casa de alvenaria medindo 254,52 metros quadrados.) Nada mais havendo a constar do Fls. 115/78.  
Florianópolis, vinte e oito de dezembro de ano de mil novecentos e oitenta e oito. (28.12.78) S.P.F. - F. - E. - . . . . .  
Sub-Chefe . . . . .

# ANEXO 7

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMARCA DE  FLORIANÓPOLIS

**GLECI PALMA RIBEIRO MELO**

OFICIAL  
SELVA PALMA RIBEIRO  
Oficial Maior  
VALCYR MELO  
Escrivente Juramentado

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

MATRÍCULA

- 7216 -

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

FOLHA

- 1 -

FLORIANÓPOLIS 05 DE Setembro DE 1979.

MATRÍCULA  
- 7216 -

**IMÓVEL:** Um terreno e benfeitorias, situado no lugar denominado Campeche, neste Município, com as seguintes dimensões e confrontações:--  
partindo do ponto PFI ao ponto 1, num segmento reto de 580,00m, rumo de 41º00'00" NW, confrontando com a Estrada de Acesso à Praia do Campeche; do ponto 1 ao ponto 2, num segmento de 57,00m, rumo de 39º08'21"NE, confrontando com Maria Barreto da Rocha; do ponto 2 ao ponto 3, num segmento reto de 35,00m, rumo de 03º29'07"NW, confrontando com Maria Marta Barreto da Rocha; do ponto 3 ao ponto auxiliar, num segmento reto de 242,70m, rumo de 42º00'45"NE, confrontando com Maria Marta Barreto da Rocha e a estrada que segue para a Lagoa da Conceição; do ponto auxiliar ao ponto 8A, num segmento reto de 220,00m, rumo de 43º34'52"NE, confrontando com a estrada que segue para a Lagoa da Conceição; do ponto 8A ao ponto 9, num segmento reto de 214,75m, rumo de 51º34'23"SE, confrontando com sucessoras de Maria Vicenza de Ramos; do ponto 9 ao ponto 11, num segmento reto de 247,50m, no rumo de 46º07'01"SE, confrontando com Inácio Braz Dionizio Cavalcanti, Ardori Francisco Luz e Edir Meira; do ponto 11 ao ponto 12, num segmento reto de 71,30m, rumo de 52º27'27"SW, confrontando com João Francisco; do ponto 12 ao ponto 13, num segmento reto de 394,40m, rumo de 24º26'23"SW, confrontando com Dionisio Rafael Inácio, Miguel Mateus, Maria Augusta, Ana Martins, Nicolau Scheidt; do ponto 13 ao ponto 14, num segmento reto de 184,65m, rumo de 50º16'57"SE, confrontando com Nicolau Scheidt; do ponto 14 ao ponto 15, num segmento reto de 46,00m, rumo de 41º02'55"SW, confrontando com Pedro Manoel da Rocha; do ponto 15 ao ponto 17, num segmento reto de 79,00m, rumo de 18º32'47"SW, confrontando com Dionisio Rafael Inácio e Elenir Manoel Inácio; do ponto 17 ao ponto 18, num segmento reto de 92,50m, rumo de 38º47'21"SE, confrontando com Elenir Manoel Inácio e Zélio Manoel Inácio; do ponto 18 ao ponto 19, num segmento reto de 81,75m, rumo de 51º12'32"SW, confrontando com Bertoldo Rafael Inácio; continuando do ponto 19 ao ponto de partida PFI, num segmento reto de 268,00m, rumo de 40º57'35"NW, confrontando com a Estrada que dá acesso à Praia do Campeche, perfazendo uma área total de 352.267,9604m<sup>2</sup>.

**PROPRIETÁRIA:** UNIÃO FEDERAL.

**REGISTRO ANTERIOR:** Não tem.

A Oficial:

Gleci Palma Ribeiro Melo.

Av.1/7216 - em 05 de setembro de 1979.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMARCA DE  FLORIANÓPOLIS

**GLECI PALMA RIBEIRO MELO**

OFICIAL

**SELVA PALMA RIBEIRO**

Oficial Maior

**VALCYR MELO**

Escrevente Juramentado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

MATRÍCULA

- 7216 -

FOLHA

- 1 -

VERSO

Diário Oficial de 04.06.79, do Presidente da República nos termos do art. 2º, item I da Lei nº 5.972, de 11.12.73, alterada pelas Leis nº 6.282 de 09.12.75 e nº 6.584, de 24.10.78.

Averbado por:

~~Gleci Palma Ribeiro Melo~~ Oficial.

I.

**GLECI PALMA RIBEIRO MELO**

Oficial do 2º Ofício do Registro de Imóveis

Comarca de Florianópolis — Estado de Santa Catarina

CERTIFICA que a presente fotocópia é igual ao original arquivado neste Cartório (Art. 2º Decreto nº 2.148 de 25.04.1940).

Florianópolis, 13 de Setembro de 1979

A Oficial .....

## ANEXO 8

Serviço Público Federal



### CERTIDÃO Nº 14/80.

Certifico que as fls. 149v. à 151 do Livro nº 01 de Termos de Entrega, consta o registro nos seguintes termos: TERMO DE ENTREGA do próprio nacional situado no lugar denominado Campeche, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, que faz o Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, ao Ministério da Aeronáutica, conforme processo protocolizado sob o nº 0768-27990/78. Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, compareceram, de um lado, como outorgante do presente termo, o Serviço do Patrimônio da União, representado neste ato pelo Delegado Emmanuel da Silveira Câmara e, de outro lado, como outorgado, o Ministério da Aeronáutica representado pelo Senhor Capitão Intendente Aer. Roberto Pereira Ferraz conforme Portaria de 25/10/79, publicada no D.O. de 07/11/79. Pelo representante do Serviço do Patrimônio da União foi dito: PRIMEIRA - que a União Federal é senhora e legítima possuidora do imóvel situado no lugar denominado Campeche, Município de Florianópolis, Santa Catarina, adquirido por força do Decreto nº 83.544, de 04 de junho de 1979, tendo em vista o disposto no artigo 2º item I da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, alterada pelas Leis nºs 6.282, de 09 de dezembro de 1975 e 6.584, de 24 de outubro de 1978, título esse devidamente transcrito sob matrícula nº 7.216, fls. 1, do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, o qual assim se descreve e caracteriza: partindo do ponto PPI ao ponto 1, num segmento reto de 580,00m.; rumo de 41º 00' 00" NW, confrontando com a Estrada de Acesso à Praia do Campeche; do ponto 1 ao ponto 2, num segmento de 57,00m., rumo de 39º 08' 21" NE, confrontando com Maria Barreto da Rocha; do ponto 2 ao ponto 3, num segmento reto de 35,00m., rumo de 03º 29' 07" NW, confrontan

MOD. 33

SERVICIO PUBLICO FEDERAL



de 07 de junho de 1971; TERCEIRA - que, na forma prevista no Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946 a presente entrega é feita nas seguintes condições: a) cessada a aplicação, revertirá o próprio nacional à administração do Serviço do Patrimônio da União, independentemente de ato especial ( art. 77 ); b) a entrega fica sujeita a confirmação 2 (dois) anos após a lavratura deste termo, cabendo ao Serviço do Patrimônio da União ratificá-la, desde que nesse período, tenha o imóvel sido utilizado no fim para que é entregue ( art. 79, § 1º ); c) não poderá ser permitida a invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel em fim diferente do que justificou a entrega ( art. 79, § 2º ); QUARTA - que, verificada a ocorrência de transgressão às medidas proibitivas do art. 79, do Decreto-lei nº 9.760 de 1946, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os preceitos da hierarquia funcional. Pelo representante do outorgado foi dito que recebia o próprio nacional na forma prescrita neste termo. E eu, Boaventura Proença, escrevi o presente termo, que lido e achado conforme vai assinado por mim e pelos presentes. Ass.: Emmanuel da Silveira Câmara, Roberto Ferraz e Laura Maria dos Santos Cardenuto. E nada mais havendo a constar eu, Raul de Azeite Santos, passei a presente certidão aos primeiros dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta ( 01/02/80 ), a qual vai visada pelo Substituto Eventual - Chefe da Seção de Coordenação e Contratos da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina.

\*  
E. Proença  
17/02/80

S.P.U. - Delegacia no Estado de Santa Catarina

Raul de Azeite Santos  
Chefe de Seção de Instrução - SCC.  
Substituto Eventual - Chefe SCC.  
Portaria nº. 64 de 05/04/78

Serviço Público Federal



confrontando com Maria Marta Barreto da Rocha; do ponto 3 ao ponto auxiliar, num segmento reto de 242,70m., rumo de 42° 00' 45" NE, confrontando com Maria Marta Barreto da Rocha e a estrada que segue para a Lagoa da Conceição; do ponto auxiliar ao ponto 8A, num segmento reto de 220,00m., rumo de 43° 34' 52" NE, confrontando com a estrada que segue para a Lagoa da Conceição; do ponto 8A ao ponto 9, num segmento reto de 214,75m., rumo de 51° 34' 23" SE, confrontando com sucessores de Maria Vicenza de Ramos; do ponto 9 ao ponto 11, num segmento reto de 247,50m., no rumo de 46° 07' 01" SE, confrontando com Inácio Braz Dionizio Cavalcanti, Ardori Francisco Luz e Edir Meira; do ponto 11 ao ponto 12, num segmento reto de 71,30m., rumo de 52° 27' 27" SW, confrontando com João Francisco; do ponto 12 ao ponto 13, num segmento reto de 394,40m., rumo de 24° 26' 23" SW, confrontando com Dionisio Rafael Inácio, Miguel Mateus, Maria Augusta, Ana Martins, Nicolau Scheidt; do ponto 13 ao ponto 14 num segmento reto de 184,65m., rumo de 50° 16' 57" SE, confrontando com Nicolau Scheidt; do ponto 14 ao ponto 15, num segmento reto de 46,00m., rumo de 41° 02' 55" SW, confrontando com Pedro Manoel da Rocha; do ponto 15 ao ponto 17, num segmento reto de 79,00m., rumo de 18° 32' 47" SW, confrontando com o Dionisio Rafael Inácio e Elenir Manoel Inácio; do ponto 17 ao ponto 18, num segmento reto de 92,50m., rumo de 38° 47' 21" SE, confrontando com Elenir Manoel Inácio e Zélio Manoel Inácio; do ponto 18 ao ponto 19, num segmento reto de 81,75m., rumo de 51° 12' 32" SW, confrontando com Bertoldo Rafael Inácio; continuando do ponto 19 ao ponto de partida FPI, num segmento reto de 268,00m., rumo de 40° 57' 35" NW, confrontando com a Estrada que dá acesso à Praia do Campeche, perfazendo uma área total de 352.257,960m<sup>2</sup>; SEGUNDA - que, tendo em vista as Ordens de Serviço nºs SPU 3 e 4, de 27 de julho e 26 de dezembro de 1972, a autorização de transferência de jurisdição dada pelo Diretor-Geral do Serviço do Patrimônio da União em despacho de 29 de outubro de 1979, o referido próprio nacional é entregue ao outorgado, a cujo encargo ficará enquanto aplicado em suas atividades específicas, exceto se ocorrer a hipótese prevista na Lei nº 5.658, de MOD. 32

---

---

## ANEXO 9

---

---

UNACAMP

Doc. 3

GOV. DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL

CONTRATO Nº 003/PRO/FRPAT-5/87

### CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MI  
NISTÉRIO DA AERONÁUTICA, ATRAVÉS DO  
QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL (V CO  
MAR), COM AUTORIZAÇÃO DO COMANDO GE  
RAL DE APOIO (COMGAP), E A SOCIEDA  
DE AMIGOS DO CAMPECHE (SAC), OBJET  
VANDO A CESSÃO DE USO GRATUITO DE I  
MÓVEL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO. SITU  
ADO EM FLORIANÓPOLIS-SC.

Aos        dias do mês de março do ano de mil novecentos e  
oitenta e sete, no Quartel General do Quinto Comando Aéreo Regio  
nal, à rua Guilherme Schel nº 3950, no município de Canoas (RS),  
presente, de um lado, o MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, neste ato re  
presentado pelo Comandante do QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL (V  
COMAR), Maj Brig-de-Ar FERNANDO LUIZ VERÇOSA SERÇA DA MOTTA, nos  
termos do disposto no nº 03 do Art 5º do Regulamento do COMAR,  
aprovado pela Portaria nº 0171/GMS, de 26 de fevereiro de 1985,  
e, de outro lado, a SOCIEDADE AMIGOS DO CAMPECHE (SAC), neste ato  
representada pelo Vice-Presidente do SAC, Sr Vicente Manoel da  
Silva, por autorização do Presidente do SAC, Sr ANTÔNIO CARLOS  
COUSSEAU, em conformidade com a Norma do Sistema de Patrimônio do  
Ministério da Aeronáutica (NSMA 87-1), firmam o presente Termo  
de Contrato objetivando a CESSÃO DE USO GRATUITO de imóvel de  
propriedade da União, sob as cláusulas e condições seguintes:



UAMCAMP

SERVIÇO COMAR 511.0001  
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
Quinto Comando Aéreo Regional

Continuação do Contrato nº 003/PRC/SERVI T-5/87.-

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objetivo regular a CESSÃO DE USO GRATUIT que o Ministério da Aeronáutica faz à SOCIEDADE AMIGOS DO CAMPECHE (SAC), de parte do imóvel de propriedade da União, cadastrado na Subdiretoria de Patrimônio da Aeronáutica sob tombo número SC.002.001, cujas características são: terreno sem benfeitorias, com área total de 42.000,00 m<sup>2</sup> (quarenta e dois mil metros quadrados), situado na localidade denominada Campeche, no município de Florianópolis-SC, de forma retangular, o qual confronta-se, ao Norte, numa extensão de 150,00 metros, com a estrada que vai para Mato Dentro e Praia Lagoa Joaquina, a Oeste, numa extensão de 280,00 metros, com a estrada asfaltada que vai à Praia do Campeche, ao Sul, numa extensão de 150,00 metros, com propriedade da União Federal e, ao Leste, numa extensão de 230,00 metros, com propriedade da União Federal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - CONVENÇÕES

Para fim de simplificação, fica adotada neste contrato a seguinte convenção:

- a) CEDENTE, para o Ministério da Aeronáutica;
- b) COMGAP, para o Comando Geral de Apoio;
- c) CESSIONÁRIO, para a Sociedade Amigos do Campeche (SAC);
- d) IMÓVEL, para o terreno de propriedade da União, cedido gratuitamente para uso da SAC e descrito na Cláusula Primeira;
- e) SDPA, para a Subdiretoria de Patrimônio da Aeronáutica;
- f) DSPU(SC), para a Delegacia do Serviço de Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina;
- g) SEFA, para a Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Aeronáutica;
- h) V COMAR, para o Quinto Comando Aéreo Regional; e,
- i) BAFL, para a Base Aérea de Florianópolis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO IMÓVEL

Para todos os efeitos decorrentes do presente contrato, dá-se ao IMÓVEL cedido o valor de R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil cruzados), equivalente a 7.894,74 OTNs, conforme Laudo de Avaliação elaborado pelo Serviço Regional de Patrimônio do

Continuação do Contrato nº 005/PRO/SERPAT-5/87.-

VCOMAR, em 07 de outubro de 1986, assinado pelo Maj Engº CARLOS AFONSO SIMÕES LOPES GASTAL.

#### CLÁUSULA QUARTA - FINALIDADE DA CESSÃO

A cessão de que trata este contrato é feita para a finalidade única e exclusiva de ocupação do IMÓVEL pelo CESSIONÁRIO, para as seguintes atividades:

- a) Proporcionar a difusão da cultura física; e,
- b) Realizar reuniões de caráter social e cultural.

#### CLÁUSULA QUINTA - BENFEITORIAS

As benfeitorias erigidas pelo CESSIONÁRIO no imóvel ora cedido em uso, incorporar-se-ão, sem qualquer indenização, ao patrimônio do CEDENTE, nos seguintes casos:

- a) Findo o prazo contratual; e,
- b) Em consequência do constante nas letras a, b e c da Cláusula oitava.

#### SUBCLÁUSULA ÚNICA

Ocorrendo qualquer evento que caracterize o interesse administrativo na retomada da área ora cedida, o CESSIONÁRIO obrigará-se-á a devolvê-la incontinenti avaliando-se as benfeitorias por ele CESSIONÁRIO erigidas, e consentidas pelo CEDENTE, devendo as mesmas incorporar-se ao patrimônio deste último, mediante justa indenização

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

CEDENTE e CESSIONÁRIO ficam, cada um por seu lado, obrigados a cumprir as obrigações a seguir estipuladas:

- a) o CEDENTE - entregar o IMÓVEL ao CESSIONÁRIO nas condições que se encontra na data da assinatura deste contrato.
- b) o CESSIONÁRIO - providenciar e/ou executar até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura deste contrato o cercamento do perímetro do IMÓVEL.
- c) o CESSIONÁRIO deverá durante a vigência deste contrato:
  - 1º) exercer a vigilância sobre o IMÓVEL e seu uso;

Continuação do Contrato nº 003/PRC/SERPAC-8487.-

2º) assumir os encargos de qualquer tipo que venha a incidir sobre o imóvel durante a vigência deste contrato ou de sua prorrogação;

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS

O prazo para uso do IMÓVEL pelo CESSIONÁRIO é de 10 (DEZ) anos, contados a partir do início da vigência deste contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Encerrado o prazo previsto nesta cláusula, cessará, de ple no direito, a ocupação do IMÓVEL pelo CESSIONÁRIO, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O interesse pela renovação contratual deverá ser manifes tado pelo CESSIONÁRIO, por escrito, 180 (cento e oitenta) dias antes do final deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA CESSÃO

O presente contrato poderá encerrar-se antes do prazo es tabelecido na Cláusula Sétima se ocorrerem os seguintes casos:

- 19/11/87
- a) o CESSIONARIO não cumprir o estabelecido na letra b e nos in cisos 1º e 2º da letra c, tudo da Cláusula Sexta;
  - b) ao IMÓVEL for dada pelo CESSIONÁRIO aplicação diversa da que foi estabelecida nos termos da Cláusula Quarta; e,
  - c) ficar evidenciado a não observância, pelo CESSIONÁRIO, das pos turas municipais relativas ao uso do IMÓVEL.

Manterá, contudo, o CESSIONÁRIO, a posse, para todos os fins de direito a das benfeitorias erigidas pelo mesmo e com o consentimento expresso do CEDENTE, durante a vigência do presen te contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

O CEDENTE se reserva o direito de fiscalização sobre o I MÓVEL, através de inspeções periódicas, sempre que assim as enten der necessária.

Continuação do Contrato nº 003/PRC/SERPAT-5/87.-

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE

Ao CESSIONÁRIO cabe a responsabilidade pela indenização de perdas e danos que venham a ser causados ao CEDENTE ou a terceiros, em decorrência de eventos de qualquer natureza que ocorram na área do IMÓVEL cedido, durante o prazo de vigência deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor, para todos os fins de direito, na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CÓPIAS

Do presente contrato serão extraídas tantas cópias quanto necessárias para os órgãos interessados, tais como:

- 01 (uma) para o COMGAP;
- 01 (uma) para a SAC;
- 01 (uma) para a SDPA;
- 01 (uma) para a SEFA;
- 01 (uma) para o V COMAR;
- 01 (uma) para a DSPU/SC; e
- 01 (uma) para a BAFL.

E por assim haverem contratados, lavrou-se o presente contrato, que, após lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das partes.

Canoas, de março de 1987.

APROVO:

Ten Eric Martins Costa  
Ten Brig do Ar - FERNANDO DE ASSIS MARTINS COSTA  
Cmt do COMGAP

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DA AERONAUTICA  
Quinto Comando Aereo Regional

- 06 -

Continuação do Contrato nº 005/PRC/SERPAT-5/87.-

pelo CEDENTE

*M. Brig. F. L. Seroa da Motta*  
Maj Brig do Ar - FERNANDO LUIZ V. SEROA DA MOTTA  
COMANDANTE DO V COMAR

pelo CESSIONÁRIO

*Vicente Manoel da Silva*  
VICENTE MANOEL DA SILVA  
VICE-PRESIDENTE DA SAC

TESTEMUNHAS:

*Carlos Afonso Simões Lopes Gastal*  
CARLOS AFONSO SIMÕES LOPES GASTAL - Maj Eng<sup>o</sup>

*João Carlos Pedroso de Moraes*  
JOÃO CARLOS PEDROSO DE MORAES - Cap Int